

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH  
Programa de Pós Graduação em Sociologia - PPGS**

**A mobilidade social dos negros no Rio  
Grande do Sul: os efeitos da  
discriminação racial nas trajetórias de  
vida**

**Marcus Vinicius Spolle**

Porto Alegre  
Junho/2010

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH  
Programa de Pós Graduação em Sociologia - PPGS**

# **A mobilidade social do negro no Rio Grande do Sul: os efeitos da discriminação nas trajetórias de vida**

**Marcus Vinicius Spolle**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**

**Orientador:  
Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos**

**Porto Alegre  
2010**

MARCUS VINICIUS SPOLLE

**A MOBILIDADE SOCIAL DO NEGRO NO RIO GRANDE  
DO SUL: OS EFEITOS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL  
NAS TRAJETÓRIAS DE VIDA**

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos (orientador)  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Beatriz Ana Loner  
Universidade Federal de Pelotas

## AGRADECIMENTOS

Ao professor José Carlos dos Anjos, orientador e interlocutor nos diversos grupos de reflexão.

Ao pessoal do PGDR, que tanto contribui para a minha compreensão sobre a questão racial, conjuntamente com a discussão sobre as comunidades remanescentes de quilombolas.

Aos colegas de curso, principalmente, Mercedes e Rosangela, pessoas com quem participei dos grupos de estudos e garantiram a possibilidade de grandes discussões teóricas que tanto contribuíram na elaboração deste trabalho, além de momentos fraternais.

Aos amigos que me acompanharam em toda essa jornada, sempre dando força nas horas mais difíceis.

Ao professor Nelson do Valle Silva, pela contribuição metodológica em um momento difícil para elaboração do modelo matricial.

Um agradecimento especial ao povo da UFMG, principalmente, Claudinei que com muita paciência despojamento me acolheu naquela cidade e ao pessoal do MQ que me ajudou a entender as questões metodológicas quantitativas que tanto utilizei no meu trabalho.

À Márcia, mais que companheira foi revisora, conselheira em metodologia, além de ter me dado incentivo nos momentos críticos, garantindo a elaboração deste trabalho e à Laís e à Marília, que mesmo de longe sempre me estimularam.

Finalmente, a CAPES, cuja bolsa me permitiu uma dedicação integral a pesquisa.

## Resumo

*A proposta deste trabalho é investigar e analisar a mobilidade social do negro no Rio Grande do Sul a partir dos microdados da PNAD-96 (Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio), observando as peculiaridades da trajetória desse grupo racial na sociedade gaúcha e, principalmente, os efeitos da discriminação racial ocorrida no processo de mobilidade social, que resultam na dificuldade do negro ascender socialmente a partir de um determinado patamar social, deixando esse grupo racial confinado em atividades menos valorizadas pelo mercado de trabalho e pela sociedade. A perspectiva da pesquisa é trabalhar com a análise do modelo matricial de mobilidade intergeracional, para o Estado, observando as diferentes trajetórias ocupacionais em duas gerações. Além disso, analisar, a partir de um estudo de caso, as estratégias de reconversão dos capitais sociais dos trabalhadores portuários negros, no período pós-abolição até a década 70, auge do prestígio da categoria e, depois, na década 90, dos trabalhadores pertencentes ao Sindicato dos Arrumadores do município de Pelotas, verificando as mudanças que incidiram de maneira negativa no prestígio da categoria.*

## **Abstract**

*This study is aimed at investigating and analyzing the social mobility of black people in Rio Grande do Sul, on the basis of PNAD-96 microdata (National Survey of Sampling by Domiciles in Brazil). Therefore, the trajectory peculiarities of such a racial group and mainly the possible effects of racial discrimination that occurred within this social mobility process are observed. Such effects point out to the difficulty of black people upward social mobility from a certain social level, which have led this racial group restricted to activities underrated by the labor market and society. The research perspective of this study is to analyze the matrix model of intergenerational mobility for the State, noting the different trajectories in two generations. Moreover, on the grounds of a case study, strategies for restructuring the capital of black Dockers, from post-abolition time to the 1970s – the pinnacle of the class prestige – are analyzed. Likewise, in the 1990s, changes that negatively affected the class prestige of the workers from Ushers Union of Pelotas are discussed.*

## Sumário

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1 - A MOBILIDADE DO NEGRO: UMA QUESTÃO DE RAÇA OU DE CLASSE?	23
1.1. A perspectiva integradora de Gilberto Freire	23
1.2. A perspectiva da integração desigual de Florestan Fernandes	28
1.3. A mobilidade social do negro no Brasil	32
1.4. Mobilidade social, globalização e flexibilização do trabalho	42
CAPÍTULO 2 – A MOBILIDADE DO NEGRO NO RIO GRANDE DO SUL	47
2.1. Mobilidade intergeracional do Negro no Rio Grande do Sul PNAD 96	50
CAPÍTULO 3 – NEGRO EM PELOTAS	76
CAPÍTULO 4 – OS ARRUMADORES DE PELOTAS	97
4.1. A formação e característica sócio-econômica dos trabalhadores vinculados ao sindicato dos arrumadores de Pelotas	97
4.2. Trajetórias de vida dos arrumadores de Pelotas e a questão da reconversão dos capitais sociais	109
4.2.1. Trajetória rural-urbana	112
4.2.2. Trajetória urbana contínua em conexão com a rede arroseira	116
4.2.3. Trajetória urbana permeada pela adscrição	121
4.3. Percepção da adscrição observada pelos arrumadores na sua trajetória de vida	128
CONCLUSÃO	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	149

## Tabelas, Gráficos, Figuras, Mapa e Quadro

Tabela 1: Grupo ocupacional pai por cor do respondente % - RS	55
Tabela 2: Grupo ocupacional atual por cor do respondente % - RS	56
Tabela 3: Status dos Indivíduos brancos em 1996 RS (números absolutos)	57
Tabela 4: <i>Status</i> dos Indivíduos pretos em 1996 RS (números absolutos)	58
Tabela 5: <i>Status</i> dos Indivíduos pardos em 1996 RS (números absolutos)	59
Tabela 6: <i>Status</i> dos indivíduos brancos em 1996 RS (percentuais)	60
Tabela 7: <i>Status</i> dos indivíduos pretos em 1996 RS (percentuais)	61
Tabela 8: <i>Status</i> dos indivíduos pardos em 1996 RS (percentuais)	62
Tabela 9: Mobilidade ocupacional intergeracional dos homens, segundo grupos de cor, 1996 – RS (percentuais)	63
Tabela 10: Mobilidade ocupacional intergeracional dos homens, segundo grupos de cor, 1996 – Brasil (percentuais)	64
Tabela 11: Fluxos de saída dos grupos ocupacionais PNAD 96 – RS (percentuais)	66
Tabela 12: Pessoas de 25 anos ou mais de idade por nível educacional pós-graduação concluído, cor ou raça - Brasil / RS – 2000	68
Tabela 13: Pessoas de 25 anos ou mais de idade por nível educacional superior concluído, cor ou raça e grupos de idade	70
Tabela 14: População residente por cor ou raça – RS / Pelotas - 2001 e 2006	81
Tabela 15: Pessoas de 10 anos ou mais de idade por cor ou raça, sexo, classes de rendimento nominal mensal	82
Gráfico 1: Cor dos Sindicalizados (Arrumadores de Pelotas)	100
Gráfico 2: Escolaridade por grupo de cor dos Arrumadores de Pelotas	101
Gráfico 3: Idade por grupo de cor dos Arrumadores de Pelotas	102
Gráfico 4: Tempo de sindicalização dos Arrumadores de Pelotas	103
Gráfico 5: Origem dos Arrumadores de Pelotas	104
Gráfico 6: Estado Civil dos Arrumadores de Pelotas	105
Gráfico 7: Número de filhos dos Arrumadores de Pelotas	105
Mapa I - Porto de Pelotas	90
Figura 1: Detalhe do Porto de Pelotas	91
Figura 2: Vista aérea do Porto de Pelotas	92
Figura 3: Foto da sede do sindicato dos Arrumadores de Pelotas	98
Quadro I: Estratos Ocupacionais, Valores Médios e Ocupações Representativas	52

## Introdução

A discussão sobre desigualdade racial, no Brasil, vem ganhando importância nos últimos anos, em razão da polêmica estabelecida em torno das cotas raciais, na universidade, e das políticas compensatórias, utilizadas como formas de enfrentar o racismo. Para Silva (2000), essas desigualdades são produzidas pelo chamado “ciclo de desvantagens acumulativas” em que a marca racial entra como elemento crucial no processo de geração de desigualdades.

Para o autor, as explicações sobre as causas dessa desigualdade estariam vinculadas à ideologia racial da “sobrevivência da escravidão” ou mesmo da “herança da pobreza”. Mas tais explicações seriam insuficientes, já que o desenvolvimento econômico não conseguiu mudar a situação dessa população. Assim, se faz necessário analisar se indivíduos de cores diferentes e seus filhos têm a mesma chance de alocar posições distintas na hierarquia social, ou investigar a mobilidade social dos indivíduos.

Este trabalho pretende investigar a mobilidade social dos negros, reunidos nas categorias dos grupos de cor preto e pardo, no Rio Grande do Sul, buscando a relação entre desigualdade social e racismo. A proposta é demonstrar as consequências da adscrição racial no Rio Grande do Sul, como também a invisibilidade do negro na sociedade gaúcha enquanto participante competitivo da sociedade de classes.

O conceito de mobilidade social está vinculado à discussão de classe feita por Bourdieu (2007). Mais do que buscar a trajetória ocupacional dos indivíduos, a proposta é verificar como a variável cor ou raça, interfere na construção da classe, para além das variáveis renda e condição sócio-profissional, que sempre foram utilizadas para estratificar a sociedade.

A discussão sobre a mobilidade social dos negros no Rio Grande do Sul será feita a partir da variável cor da pele, na perspectiva de discutir a relação entre

raça e classe na organização da estratificação da sociedade gaúcha. Essa relação tem a mesma perspectiva da discussão feita por Bourdieu, sobre a classe social, ou o que ele define de classe construída, e proposta no seguinte trecho:

*“A classe não é definida por uma propriedade (...) nem por uma soma de propriedades (sexo, idade, origem social ou étnica [...], remuneração, nível de instrução) tampouco por uma cadeia de propriedades (...), mas pela estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que confere seu valor próprio a cada uma delas e aos efeitos que ela exerce sobre as práticas. A construção (...) de classes (...) implica, portanto, levar em consideração de modo consciente (...) a rede das características secundárias, de maneira mais ou menos consciente, sempre que é feito apelo a classes construídas em base em um critério único (...); trata-se também de apreender a origem das divisões objetivas, ou seja, incorporadas ou objetivadas em propriedades distintas, com base na qual os agentes têm mais possibilidade de se dividirem e de voltarem a agrupar-se realmente em suas práticas habituais, além de se mobilizarem ou serem mobilizados (...) pela e para a ação política individual ou coletiva” (Bourdieu, 2007: 101).*

Nesse sentido, a cor da pele deixa de ser somente um critério de classificação a ser incorporado a uma somatória de outros critérios dos indivíduos, mas pode ser analisado enquanto um instrumento que, de maneira individual ou coletiva, mobiliza os indivíduos a agruparem-se ou diferenciarem-se.

Assim, este trabalho pretende discutir a variável raça, não como mais um componente da classe social, mas como uma categoria que interfere na sua composição. Os instrumentos de adscrição racial agem de maneira paralela na classificação dos indivíduos dentro da classe, como construção ideológica e marcam o indivíduo, não sendo um atributo disponível a ser incorporado na lógica competitiva, mas que pode ser usado como forma de seleção, que está muito mais vinculado ao *status* atribuído do que ao adquirido.

Cabe ressaltar que a categoria negra, utilizada neste estudo, é uma construção feita a partir da agregação dos grupos de cor pardo e preto, das variáveis raça ou cor criadas pelo IBGE, e foi escolhida por fatores metodológicos e teóricos. Em termos metodológicos, pretende-se trabalhar com os dados quantitativos levantados pela PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), pesquisa realizada pelo IBGE, que utiliza a variável cor ou raça, através da autoatribuição induzida, definida desde 1970 em cinco categorias: branco, pardo, preto, amarelo e indígena. As categorias preto e pardo são muito próximas, em termos estatísticos, o que dificulta a sua diferenciação. Em sua discussão sobre o sistema classificatório de cor ou raça do IBGE, Rafael Osório (2003) sustenta e reafirma que a utilização da categoria negro como agregação dos grupos de cor pardos e negros pode ser justificada, em termos estatísticos, pela uniformidade e semelhança da estrutura sócio-econômica entre os dois grupos, pois os pretos e pardos diferenciam-se muito dos brancos, mas pouco se diferenciam entre si e a agregação resolve o problema limítrofe entre as duas categoria. Em termos teóricos, a justificativa apóia-se no fato de as discriminações, potenciais ou efetivas sofridas pelas duas categorias, são de mesma natureza, principalmente se forem utilizadas estas categorias para discutir as questões das desigualdades sociais, no caso, tema desta tese.

Esta proposta de trabalhar a relação raça e mobilidade social difere das interpretações que trabalham a mobilidade social de maneira estrutural, em que a estratificação é mera soma de variáveis, como renda, educação, ou mesmo uma hierarquia sócio-profissional. Em vista disso, pretende-se trabalhar as variáveis, levando em conta as ações que os agentes sociais utilizam nas estratégias de reprodução. Nesse sentido, as chamadas variáveis independentes não são tão independentes assim, pois interferem de maneira diferenciada na trajetória desses agentes, tanto de maneira individual como coletiva nas suas estratégias de sobrevivência na sociedade.

Seguindo o mesmo caminho que Nelson do Valle Silva (2000), que aplicou esse método para relacionar a componente cor da pele aos padrões de condição de vida e posição social, pretende-se demonstrar, em termos

estatísticos, que indivíduos do mesmo estrato e de origem social semelhantes enfrentam formas diferenciadas de mobilidade social. Em especial, provar que pretos e pardos têm maior dificuldade em seu processo de ascensão social e que as desigualdades sociais são decorrentes de instrumentos de discriminação racial que, segundo Pierson (1971), seria um sistema de atitudes que implicam em um tratamento diferenciado das pessoas baseado na idéia de raça, que pode implicar em segregação e desigualdade racial. Com isto, este trabalho pretende evidenciar a questão da cor nos índices de pobreza e desigualdade social, que normalmente não aparecem nas pesquisas econômicas do Rio Grande do Sul, que acabam por invisibilizar o negro enquanto problema social.

As questões da discriminação e das desigualdades raciais, no Brasil, são os eixos centrais do estudo de Carlos Hasenbalg (2005), em que enfoca as causas e as formas de incorporação de não brancos na sociedade brasileira. O autor analisa o conceito de raça como aspecto importante na subordinação da reprodução das classes sociais e como instrumento de distribuição dos indivíduos, dentro do sistema de estratificação social. Nesse sentido, além dos efeitos históricos da herança da escravidão na conformação dos negros, dentro da sociedade de classes, haveria, através da adscrição racial, uma diferenciação na possibilidade de mobilidade racial entre brancos e não brancos no Brasil.

Segundo Hasenbalg, o crescimento econômico, a partir da segunda metade do século XX, não resultou na diminuição das desigualdades sociais no Brasil, sendo que a população negra é a que sofre maior impacto, uma vez que estaria dentro da população mais pobre do país. (Hasenbalg e Silva, 1992)

A desigualdade racial também ficou evidenciada no estudo de Luciana Jaccoud e Nathalie Beghin (2002:27), que mostra, a partir da análise da evolução da PNAD nacional de 1995 a 2001, que a renda média *per capita* mensal dos indivíduos brancos corresponde a mais do que o dobro da renda média dos indivíduos negros. Além do mais, as autoras vinculam cor da pele e pobreza quando fazem uma análise por recorte de cor, cujos resultados mostram que,

nesse período, não houve alteração na proporção de negros pobres, que representam mais do que o dobro da quantidade de brancos pobres. Assim, as autoras concluem que *a pobreza no Brasil é muito maior entre a população negra*.

Esses estudos revelam que, no Brasil, a discussão sobre a participação do negro na sociedade de classes deve estar associada à questão da desigualdade e da discriminação racial, o que interfere na competitividade entre os indivíduos de diferentes raças. Em função disso, o desenvolvimento desta pesquisa está fundado sobre o mesmo tipo de vinculação no Rio Grande do Sul e deverá se voltar para o Estado como um todo, trabalhando os dados da PNAD de 1996, analisando a mobilidade de negros e brancos dentro do Estado. Também pretendo investigar a questão da reconversão dos capitais sociais paternos, na trajetória de vida dos indivíduos, através de um estudo de caso, mais especificamente, o município de Pelotas, situado no extremo sul do estado, local que comporta, conjuntamente com o município de Rio Grande, o maior contingente proporcional da população negra de todo o Rio Grande do Sul e, historicamente, o local originário das charqueadas e da utilização da mão de obra escrava no sul do país.

A discussão sobre a participação do negro na construção da sociedade gaúcha pela historiografia, como também a questão da desigualdade racial no Rio Grande do Sul, dispõe a necessidade de se fazer um levantamento histórico de como as pesquisas nas ciências sociais sobre esse tema foram desenvolvidas no Estado, na perspectiva de entender como diferentes autores trabalharam relação raça e classe, como também a questão da mobilidade racial dos negros, desde a indústria do charque no século XIX, que utilizava a mão de obra escrava, até a introdução do trabalho assalariado na região.

No Rio Grande do Sul, a questão racial e a participação do negro na formação da população gaúcha é polêmica. Mario Mestri Filho (1979) identificou, nas ideias dos primeiros historiadores gaúchos, um discurso “embranquecedor”, que negava a participação do negro na formação do povoamento gaúcho e

fortalecia o mito de um estado formado pela etnia branca. Um exemplo disso é o caso de Manuelito de Ornelas:

*“O Rio Grande nascia do impulso desbravador de três correntes humanas, diferenciadas nos seus propósitos mas semelhantes nas suas origens raciais. E o lastro, em que se fundiam as correntes alienígenas, era o índio – o tape, no litoral, o guarani, nas missões e o charrua, nos plainos da Banda Oriental. Pelo oeste e sul, ingressavam os espanhóis com os estandartes cristãos dos jesuítas. Pelo nordeste, os mamelucos de Piratininga e Laguna, impelidos, não pelo sonho do ouro e das esmeraldas mas à procura dos rebanhos espanhóis e do índio traficável. Pelo litoral, os ilhéus, simples arroteadores da terra”* (Ornelas -1976:5).

Nesse discurso, é possível observar que os negros não aparecem na formação da população gaúcha. Quando finalmente o negro aparece na historiografia gaúcha, a situação da sua condição de escravo é atenuada pela “democracia racial”.

Antes de Maestri, na década de 60, Fernando Henrique Cardoso, em seu estudo sobre *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional (2003)*, analisou a economia escravista das charqueadas e a sua transformação, a partir da abolição da escravatura, em 1888. Cardoso expôs a questão ideológica da participação do negro na produção gaúcha, através da “democracia gaúcha”, ressaltando que:

*“(...) inexistindo diferenças acentuadas no modo de existência material que marcassem profundamente a condição de senhor em face da condição de escravo, o abrandamento nas relações entre senhores e escravos, permitido pelo patriarcalismo brasileiro tradicional, não encontrava condições para manifestar-se sem o risco de ser confundido com o igualitarismo, que possibilitava a perda de prestígio social. Numa sociedade que desenvolvia entre seus membros a violência e o arbítrio como elementos essenciais para a manutenção das posições de domínio, tal consequência só poderia significar, ao contrário do*

*que estipula a ideologia da “democracia rural”, um tratamento para o escravo que, além de ser assimétrico, era brutal” (Cardoso – 2003:168).*

O autor, ainda, segue afirmando que o discurso da sociedade tradicional gaúcha caracterizava-se como uma construção ideológica porque era uma tentativa de tornar homogêneo o comportamento social, que estava desvinculado da sociedade real, sem qualquer preocupação com os negros recém-saídos de uma sociedade escravista.

Depois da abolição, essa construção ideológica, além de esconder a relação patrimonial e de violência entre escravo e senhor, iria encobrir as relações desiguais entre brancos e negros.

Comparando o negro na sociedade de castas com a sociedade de classes, Cardoso chega à conclusão de que os abolicionistas mais criticavam a economia escravocrata do que se preocupavam com a situação do negro liberto:

*“(...) a análise do processo abolicionista e da desagregação de ordem servil no sul mostra que a reintegração da ordem fez-se em benefício dos grupos dominantes que emergiram no passado escravocrata. Promoveu-se a imigração e criaram-se as condições de revalorização do trabalho livre necessárias para o êxito do sistema capitalista assalariado, mas não houve qualquer movimento que revelasse a consciência da responsabilidade social dos braços pela situação degradada do negro, nem atitudes e expectativas dos brancos que fosse favorável aos negros” (Cardoso, 2003:350).*

O autor conclui que o processo de reintegração deu-se de forma precária, já que a marca característica do trabalho escravo foi transferida para o negro liberto, consolidando a metamorfose do escravo em negro.

Quanto ao processo de inclusão do negro no mercado de trabalho, Fernando Henrique Cardoso afirma que houve uma tentativa de ajustamento à nova

ordem de classes, desenvolvidos principalmente por ex-escravos, advindos das atividades urbanas (artesanato e trabalho doméstico). Essa tentativa deu-se através de uma reação crítica à espoliação social imposta pelos brancos. Tal reação mostrava certa consciência e a formação de uma “Ideologia da negritude”, na luta contra o preconceito, no processo de ressocialização dos negros.

Porém, apesar desses esforços, Cardoso ressalta que poucos trabalhadores negros conseguiram, com sucesso, empreender o movimento de luta contra a alienação social. Tudo isso reafirmava:

*“As condições globais de formação da sociedade de classes e o sentido efetivo do processo de desagregação da ordem servil, já indicados, não propiciaram, contudo, que nessa fase, os negros obtivessem sua inserção na ordem social na qualidade de iguais aos brancos, tal qual, formalmente passaram a ser depois da Abolição. O insucesso dessas tentativas evidencia, também, a precariedade da nova ordem democrática que se supôs implantada no país e a persistência de traços acentuados do antigo regime na sociedade de classes que se formara”* (Cardoso, 2003: 354).

Fernando Henrique Cardoso sustenta, de forma semelhante a Florestan Fernandes e Roger Bastide, em seus estudos sobre brancos e pretos em São Paulo, encomendados pela UNESCO na década de 50, que a sociedade de classes no Brasil é resultado do sincretismo entre a sociedade escravista de castas do antigo regime e a sociedade democrática de classes, que tem nos dispositivos ideológicos de adscrição racial, tais como a “democracia racial”, a forma de interdição da realização plena dos direitos entre os indivíduos. (Fernandes, 1965).

Para compreender melhor a forma como se deu a inserção do negro na sociedade capitalista no período pós-abolicionista, no Brasil, é necessário discutir a questão do fim do trabalho escravo em uma sociedade em que ser homem livre significava não trabalhar, já que os senhores de escravos não

trabalhavam. A abolição, nesse sentido, significava libertar o escravo do trabalho e não para o trabalho. Segundo José de Souza Martins (1996), o trabalhador imigrante, europeu e depois japonês, substituiu a mão de obra escrava e resolveu essa questão.

Além disso, outro problema acarretado pela emancipação do escravo foi a questão da terra, uma vez que pairava a ameaça sobre os latifundiários do destino de um grande contingente de negros, que poderiam ocupar suas terras. Até 1850, a terra não era mercadoria e a sua aquisição estava vinculada à doação de sesmarias aos súditos portugueses livres. A possibilidade de o escravo tornar-se livre e ter acesso a terra foi resolvida com a Lei da Terra de 1850, transformando-a em mercadoria. O trabalhador negro, liberto, sem dinheiro e sem direito a terra e trabalho, vai deixar o campo e tornar-se trabalhador urbano (Martins, 1996).

No caso do Rio de Janeiro, já foram muito estudados os distúrbios sociais causados pela presença massiva de libertos, que ocuparam cortiços em bairros centrais da cidade, o que resultou como reação, no processo de reurbanização do espaço citadino, com a expulsão dos negros moradores de “cabeças de porco” nas regiões centrais, para as favelas localizadas nos morros (Chalhoub, 1996).

Anterior ao período da abolição, as atividades portuárias já possibilitaram aos escravos, mais do que oferta de trabalho, a “liberdade” de deslocamento e convívio na cidade e outros portos, porém, apesar dessa pequena autonomia, eram escravos de ganho, mesmo que responsáveis pela sua própria subsistência, não se constituíram em mão de obra livre para o trabalho.

Após a abolição, a atividade portuária terá um papel muito importante na incorporação do negro no mundo do trabalho assalariado, já que havia uma rejeição de trabalhadores brancos livres nas atividades do transporte de carga, desenvolvidas no período anterior só por escravos. (Soares, 1988).

No caso da cidade do Rio de Janeiro houve um processo de inserção de negros no trabalho da estiva. Em seu trabalho sobre trabalhadores portuários e estivadores no Rio de Janeiro, Maria Cecília Velasco e Cruz mostrou uma relação intensa entre carregadores escravos e a formação do Sindicato de Estivadores. Para a autora, existe uma rede de sociabilidade e solidariedade que garantiu, desde o período da escravidão, o controle sobre o trabalho avulso, por meio da ação dos sindicatos (Cruz, 2000).

Nesse sentido, pode-se afirmar que há semelhanças entre o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, na forma como deu-se a inserção de parte da população negra no mercado de trabalho. Principalmente se forem analisadas as regiões portuárias gaúchas, tais como Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, locais aonde vai se concentrar parte do trabalhador negro, vinculado ao serviço portuário. É inegável que a atuação de sindicatos e redes de solidariedade, nesse período inicial, foi uma forma de auxiliar esse processo de inserção. Em seu trabalho sobre o negro operário, na cidade de Pelotas, Beatriz Loner (2001) salienta a importância dessas instituições, e a dupla militância exercida pelos negros, tanto no sindicato como nessas organizações, principalmente as de cunho mutualista, cultural e esportivo.

No mesmo período do trabalho de Loner, ainda nos anos 90, Ilka Boaventura Leite (1996) desenvolveu a questão da invisibilidade do negro na região sul do país em sua tese de doutorado, questionando a inexpressividade da participação do negro na sociedade gaúcha e catarinense. Mas, em seu trabalho, ela não discutiu a questão da mobilidade social do negro.

Dayse Macedo Barcelos, também nos anos 90, pesquisou sobre a relação da família e a ascensão social de negros em Porto Alegre, questão que já havia sido trabalhada nos anos 60 por Fernando Henrique Cardoso (1960), porém em outra perspectiva, a da reação dos brancos frente a ascensão social dos negros em Porto Alegre. O trabalho de antropologia social da autora propôs-se a fazer um estudo das trajetórias de 18 indivíduos que tiveram ascensão na sociedade porto-alegrense e a importância da família nessa estratégia de ascensão. Apesar de Dayse Barcelos utilizar dados da PNAD de 1987 e do

censo de 1991, ela os utiliza de maneira mais geral e ilustrativa das proporções de negros e brancos no Rio Grande do Sul. Dessa forma, ela não tem a dimensão da mobilidade do negro na sociedade gaúcha e da quantificação da ascensão desse grupo no mesmo período. Apesar de a pesquisa coletar as estratégias de ascensão social, a pesquisa acaba inferindo uma suposta ascensão das classes médias negras em Porto Alegre, que não pode ser comprovada por falta de dados quantitativos que mostrassem esse movimento.

No próprio estudo de caso, essa dimensão, da inconsistência da ascensão dos grupos negros, enquanto fenômeno mais amplo, é confirmada pela autora:

*“Essas características, como vimos (...) são próprias de classes não consolidadas em suas posições sociais, sem tradição e capital social acumulado. Sendo o grupo estudado pertencente a essas classes médias, ele necessita fundar essa tradição reafirmando o “valor” nos planos grupal e intergrupal, como meio de instaurar a permanência dos canais abertos com a “garra” e a “fé” das quais a “luta” se nutre.” (Barcellos, 1996: 320)*

Porém, apesar do estudo não comprovar o fenômeno da ascensão social das classes médias negras como uma tendência geral, dado que não é essa a intenção da pesquisa, é importante salientar que uma explicação para a não generalização do fenômeno pode expressar nos depoimentos que mostram as dificuldades encontradas pelos entrevistados para conseguir a ascensão social. Segundo essas declarações, há uma dificuldade em conseguir separar a carreira individual das relações familiares, assim quando o indivíduo ascende socialmente, ele tem que “carregar a família junto”. Justificando assim a opção da autora de não trabalhar a ascensão do negro em Porto Alegre, mas a ascensão da família negra porto-alegrense.

Nesse sentido, esta pesquisa, por trabalhar os microdados da PNAD-96, período muito próximo ao estudado pela autora, pode esclarecer a questão da mobilidade dos grupos negros, não em Porto Alegre, mas no Estado do Rio Grande do Sul, e discutir a sua ascensão ou não, além de verificar, na parte de estudo de caso, em Pelotas as estratégias de reconversão de capitais sociais

na perspectiva de compreender reproduções dos indivíduos dentro da estrutura de classe.

Depois desses trabalhos, só recentemente, o assunto foi abordado pelo importante trabalho de Luciana Garcia de Mello (2005), que analisa os mecanismos de discriminação no mercado de trabalho no Rio Grande do Sul.

Porém, com exceção do trabalho de Luciana, não houve pesquisas que tenham acompanhado a trajetória desse grupo étnico do período pós-abolicionista até hoje, que tornassem visível a situação social do negro na sociedade gaúcha. Assim, cabe questionar se houve realmente a inserção dos negros, ou se a pesquisa sociológica também incorporou o discurso da democracia racial, que encobre os conflitos étnicos e as diferenças de cor.

A proposta deste estudo também não pretende dar conta de acompanhar o grupo de trabalhadores negros do período pós-abolicionista até o presente momento, mas acompanhar um grupo específico e dois momentos diferenciados: nos meados do século XX, início da estiva e depois os arrumadores, hoje, na região de Pelotas. Além de trabalhar o Estado como um todo na análise de um modelo matricial de mobilidade social, através dos dados da PNAD 96.

Tudo leva a crer que os estudos sobre a desigualdade social não levaram em conta a cor da pele. Muito se discutiu sobre o ritmo lento do desenvolvimento social e econômico da metade sul do Rio Grande do Sul, porém, será que os indicadores que apontam para índices reduzidos de escolaridade, renda, condições de saúde ou habitação têm cor?

Da República Velha até hoje, o negro ficou invisível, dentro das pesquisas sociais do Rio Grande do Sul. Pouco se sabe das características sociais, econômicas e culturais desse grupo racial.

Enfim, os estudos sobre o negro no Rio Grande do Sul, no período pós-abolicionista, não trataram da mobilidade social deste grupo na sociedade gaúcha.

Cabe ainda ressaltar que o projeto original também pretendia trabalhar as mesmas categorias portuárias em Rio Grande, principalmente estivadores e arrumadores. Mas, assim que comecei as primeiras investidas para levantamento dos dados, identifiquei que havia uma mudança significativa no vínculo com o porto entre os arrumadores de Rio Grande e os de Pelotas. O Sindicato dos arrumadores de Rio Grande, como também o dos estivadores do mesmo local, continua vinculado ao porto, através do Órgão da Gestão de Mão-de-obra (OGMO), desde 1993. Tudo indica, a partir de informações levantadas no OGMO e com o presidente do Sindicato dos Arrumadores de Rio Grande, que há , em Rio Grande, uma continuidade em termos de *status* e de prestígio dos arrumadores e dos estivadores de Rio Grande, se comparado com os antigos trabalhadores portuários, porém não são mais identificados como uma categoria negra. Isto porque a quantidade de emprego disponível e de renda proporcionada e a qualificação exigida hoje modificaram a composição racial da categoria. De qualquer forma, faz-se necessária uma pesquisa para confirmar essa afirmação.

Já no caso dos arrumadores de Pelotas, segundo depoimento do presidente do sindicato, a partir 1993 houve a desvinculação ao porto de Pelotas e o início da prestação de serviço a outros setores da economia pelotense, principalmente, o setor agroindustrial rizicultor, o que resultou na intensificação da precariedade da categoria. Além disso, esse processo de modernização do porto resultou na quase extinção dos estivadores de Pelotas. Assim, ao perceber esse fenômeno da mudança de prestígio, centralizei o meu estudo nos arrumadores de Pelotas.

A presente tese contém quatro capítulos que pretendem trabalhar as dificuldades da mobilidade social do grupo negro no Estado do Rio Grande do Sul.

No primeiro capítulo, discuto a questão teórica sobre a mobilidade do negro no Brasil, principalmente, se está vinculada à raça ou à classe. Descrevo as diferentes posturas em torno da questão da inserção do negro na sociedade de classes após a abolição da escravatura, além da questão da relação entre desenvolvimento social e econômico, e desigualdade racial e social.

No segundo capítulo, faço uma análise intergeracional dos microdados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do ano de 1996, do Estado do Rio Grande do Sul, a partir da variável raça ou cor. Além disto, também trabalho outros dados do censo, ligados, principalmente à questão da escolaridade no Rio Grande do Sul, na perspectiva de confirmar as tendências observadas na análise da mobilidade social.

No terceiro capítulo, apresento a questão do negro no município de Pelotas, desde o fim do escravismo nas charqueadas até a inserção do negro no mundo do trabalho assalariado. Além disto, apresento os estudos históricos e sociológicos sobre esse período e os depoimentos dos portuários, estivadores aposentados do Porto de Pelotas, que serão importantes para a análise comparativa das reconversões dos capitais sociais com a categoria portuária dos arrumadores do mesmo município, no presente.

Por fim, no quarto e último capítulo, desenvolvo o estudo de caso, com o objetivo de analisar, de maneira mais qualitativa, a questão da mobilidade do negro no Rio Grande do Sul, com a categoria profissional dos arrumadores portuários da cidade de Pelotas, na perspectiva de observar, dentro das diferentes trajetórias de vida, os caminhos utilizados na reprodução desses atores sociais dentro da estrutura de classe.

## Capítulo 1

### **A mobilidade do negro: uma questão de raça ou de classe?**

A questão da inserção do negro na sociedade capitalista, no Brasil, considerado a partir da abolição da escravidão, já foi amplamente discutida dentro das mais variadas perspectivas teóricas nas Ciências Sociais. Se, por um lado, estudos apontam para a incorporação gradual desse grupo étnico no processo de desenvolvimento capitalista, de outro, revelam uma incorporação parcial e incompleta, em que a discriminação, através da marca, no caso, a cor da pele, impossibilitaria a alguns grupos de cor, pretos e pardos, o livre acesso ao mercado de trabalho, além da interferência na mobilidade social do negro e no aumento na desigualdade racial no país.

#### **1.1. A perspectiva integradora de Gilberto Freire**

Dentro da perspectiva teórica que aponta para a incorporação do negro no processo de desenvolvimento capitalista, pode-se salientar o pensamento de Gilberto Freyre, na década de 30, através da noção de “democracia racial”, formulação feita em seus principais ensaios, *Casa Grande e Senzala* (1992) e *Sobrados e Mucambos* (1961). O autor, discípulo de Franz Boas, valorizou a noção de cultura em detrimento a raça e analisou a relação de interação entre senhor-escravo, dentro da dimensão da acomodação e simbiose dos grupos étnicos, que tem por resultado o surgimento do “mulato” como fundador da nação moderna brasileira, teoria que supera, ou como sugere Renato Ortiz (1985), consegue ritualizar a fábula das três raças e o dilema da mestiçagem da visão racista, desenvolvida, no Brasil, no final do século XIX, em que os intelectuais conseguiam interpretar a realidade brasileira, sem modificá-la. Tal visão tinha, como principal saída para construção da civilização brasileira, o incentivo à miscigenação do negro, ex-escravo com imigrante europeu, o que

resultaria no processo de embranquecimento, porém, os teóricos racialista não viam a miscigenação com bons olhos, e esta só poderia ser transitória, pois o mestiço era indolente e degenerava a raça (Nina Rodrigues, 1976). Freyre reabilita o mestiço como o detentor da mobilidade e ascensão social, fator de integração entre raça e classe, símbolo da identidade brasileira e da modernização de uma sociedade tradicional.

A noção de “morenidade” de Freyre foi usada politicamente pelo Estado Novo, na construção da identidade nacional. Segundo Marcos Maio (1998), após a Segunda Guerra Mundial e depois do holocausto, a questão racial passa a ganhar importância, principalmente com a persistência da intolerância e a segregação racial nos Estados Unidos e na África do Sul. Nesse contexto, o Brasil passa a ser referência de exemplo de integração racial. Assim a questão da mestiçagem passa ser estudada por pesquisadores americanos e ganha um caráter mais “científico” e menos culturalista, no final da década de 30, com os estudos de Donald Pierson sobre relações étnicas na Bahia.

Em seu livro, *Branços e Negros na Bahia*, Pierson (1971) expôs a tese de que o Brasil era uma “sociedade multirracial de classes”, conclusão feita a partir da pesquisa desenvolvida na cidade de Salvador, onde verificou que a segregação residencial era apenas aparente, pois não existia uma linha de castas ou de cor, ou um padrão racial de discriminação, como nos EUA. Isso permitiu caracterizar a sociedade baiana como uma sociedade de classes com grupos abertos e com possibilidade de mobilidade social. Em função disso, ao fim da escravidão, o processo de miscigenação dificultou a formação de linhas de castas, ou uma discriminação racial como a dos EUA. Dessa forma, Pierson justifica a teoria de Gilberto Freyre sobre a importância da mestiçagem na construção da nação brasileira, pois a familiaridade com os mestiços, a tolerância dos casamentos inter-raciais garantem a construção de uma sociedade multirracial de classes. Pierson não nega a existência de preconceito de cor no Brasil, mas a discriminação estaria na classe, não na cor; esta seria somente um critério a mais para classificação do indivíduo dentro da classe:

*“Não há dúvida que a cor é um dos critérios de posição social no Brasil, e, sendo todos os outros critérios iguais, quanto mais escura a pigmentação da pele, mais baixa é a posição, e quanto menor a pigmentação, mais elevada é a posição. Contudo, esta é simplesmente a mesma situação que existe com referência a todos os outros critérios: quanto mais baixo o status da família a que uma mesma pessoa pertence, sendo todos os outros critérios iguais, tanto mais baixa a posição social e, quanto mais elevada a posição social da família, sendo todos os outros critérios iguais, tanto mais alta a classe social da pessoa em apreço; quanto menor for a instrução duma pessoa, sendo todos os outros critérios iguais, tanto mais baixa a sua classe social e quanto mais vasta for a instrução, sendo todos os outros critérios iguais, tanto mais elevada a sua classe social, etc.” (Pierson, 1971:49-50).*

Nesse sentido, essa visão reforça a teoria da “democracia racial”, já que mais que a cor do indivíduo, o que importa para a sua colocação dentro da hierarquia social é o seu desempenho, isto é, a possibilidade de adquirir riqueza, educação, prestígio social.

Em seu estudo sobre a população soteropolitana, Pierson atribuiu a lenta mobilidade social devido ao isolamento da sociedade baiana e à baixa competitividade da mesma.

Donald Pierson defende que a incorporação da população negra na sociedade de classes é uma questão de desenvolvimento econômico e dar-se-á de forma lenta e progressiva, à medida que os indivíduos adquirem *status* através da educação, do enriquecimento e dos casamentos inter-raciais. O *status* adquirido é a principal característica das sociedades de classes capitalistas modernas.

Outros autores ligados à mesma linha de pensamento de Pierson, como Marvin Harris e Thales de Azevedo, reforçam seus argumentos, centrando mais na

questão da não utilização de instrumentos raciais de classificação pela classe dominante e mais na mobilidade social dos mestiços.

Harris, na década de 60, verifica que, no Brasil, há uma ausência de agrupamento racial definido, pois não existe um método de segregação sistematizado, como na sociedade americana, que separe o indivíduo superior do subordinado, o que o autor chama de hipodescendência<sup>1</sup>.

No Brasil, não há uma regra de identidade racial rígida porque, segundo Harris, o português tinha tendências históricas à miscigenação, caracterizando a alma lusitana da então colônia. Em segundo lugar, com o fim da escravidão, a classe dominante não necessitou discriminar a raça para garantir a dominação; a discriminação era garantida pela subordinação de classe. Assim, para o autor, o preconceito, no Brasil, não levou à segregação como nos Estados Unidos, o que reforça a idéia de que a cor é apenas um critério entre tantos para classificar o indivíduo na classe. Assim, os critérios de classificação dos indivíduos dentro da classe estão vinculados a outros fatores, principalmente ao *status* adquirido:

*“Um brasileiro nunca é simplesmente um ‘homem branco’ ou ‘um homem preto’; ele é rico ou instruído e branco; ou rico instruído homem de cor; ou pobre e ignorante homem de cor; ou pobre e ignorante branco. O resultado dessa qualificação de raça por educação e nível econômico determina a identidade da classe a que o indivíduo pertence. É a classe a que ele pertence e não a raça que determina a adoção de atitudes subordinadas ou superiores entre os indivíduos específicos na relação face a face” (Harris, 1967: 96).*

Já Thales de Azevedo (1956) compartilha, em seu livro *Cultura e situação racial no Brasil*, das mesmas idéias teóricas dos autores americanos, em que as discriminações estariam ligadas à classe e não à raça. Porém, o autor ressalta a importância da categoria *status* social. Assim, a estratificação social

---

<sup>1</sup> A classificação dos indivíduos não está na sua cor, mas na cor da sua descendência, isto é, mestiços são considerados negros.

seria determinada pela combinação do *status* atribuído (ligado à cor) ao *status* adquirido (aquisição de prestígio através do dinheiro ou da educação).

Segundo o autor, a sociedade baiana estaria dividida em três estratos: alta (elite), média e baixa (pobre). A cor branca (*status* atribuído) vincular-se-ia ao primeiro estrato, enquanto os mestiços e pretos, aos dois últimos. Mas haveria a possibilidade de mobilidade através do *status* adquirido através do casamento e da educação. Assim, algumas situações inverteriam o *status* atribuído: preto com dinheiro e educação acabaria “embranquecendo”, ou branco sem educação e pobre “enegreceria”.

Em suma, para a escola baiana, como ficou conhecida, a mobilidade social dos indivíduos far-se-ia por prestígio (*status* adquirido), como educação, casamento e emprego. Dentro desse conceito, a cor poderia ser um dos fatores de reconhecimento, mas não é o determinante, conforme reforça o ditado popular: “o dinheiro embranquece”.

Na visão de Antonio Sérgio Guimarães, esses autores irão influenciar novas gerações de intelectuais, que fortalecem a idéia da existência, no país, da “democracia racial”, como algo inerente ao povo brasileiro e a não aceitação dessa idéia representaria a importação de um discurso fora da realidade brasileira:

*“Autores como Maggie e Fry tendem a ver a ‘democracia racial’ como parte constituinte da formação social brasileira, como uma matriz cultura periodicamente atualizada por políticas, discursos e crenças. Daí porque a recusa à democracia racial, pelo menos da maneira radical como o movimento negro a fez, foi interpretada como resultado da aplicação de um discurso externo a essa matriz nativa” (Guimarães, 2002:55).*

Para Yvone Maggie (1995), cada sociedade tem uma forma de fazer as suas escolhas classificatórias. A classificação é uma construção social. No caso brasileiro, evita-se evidenciar a diferença entre “preto” e “branco”; as pessoas evitam a oposição ou o confronto. No Brasil, os termos cor e raça foram utilizados para definir lugar social do escravo e do preto livre, ou àqueles “que

foram negados a cor do dia”. Assim a cor ou raça carrega a carga da desigualdade biológica e social. Como a sociedade brasileira foi fundada em mitos que falam da raça e da cor: mistura das três raças; a democracia racial; e o branqueamento. A saída para oposição branco e preto remete a esses mitos fundadores. O uso de moreno-claros ou escuros não evidencia a ausência de luz, uma classificação cultural que permite falar nas raças sem trazer a oposição de maneira notória, o que permite ao indivíduo, enquanto moreno, possa ter a ascensão social que, de certa maneira, reedita a escola baiana.

Esse discurso, segundo Guimarães, camufla o conflito racial e reforça a idéia de “paraíso racial” existente no país, pois contém o argumento que coloca a questão das desigualdades raciais ligadas à dinâmica do próprio desenvolvimento capitalista e podem ser amenizadas a partir da resolução dos problemas econômicos, da racionalidade e da competição de mercado, voltando à questão do *status* adquirido.

## **1.2. A perspectiva da integração desigual de Florestan Fernandes**

Em oposição à idéia da existência de um “paraíso racial”, Florestan Fernandes e Roger Bastide defenderam nos anos 50, que a incorporação do negro na sociedade capitalista havia se efetivado de maneira desigual e precária, e a “democracia racial” seria uma ética mascarada, em que o negro não se diferenciava em uma realidade anteposta ao branco, impossibilitando as lutas vinculadas a questões étnicas ou raciais:

*“Como as oportunidades de competição subsistiam potencialmente abertas ao ‘negro’, parecia que a continuidade do paralelismo entre a estrutura social e a estrutura racial da sociedade brasileira constituía uma expressão clara das possibilidades relativas dos diversos estoques raciais de nossa população(...). Imposto de cima para baixo, como algo essencial à respeitabilidade do brasileiro, ao funcionamento normal das*

*instituições e ao equilíbrio da ordem nacional, aquele mito acabou caracterizando a 'ideologia racial brasileira, perdendo-se por completo as identificações que o confirmavam à ideologia e às técnicas de dominação de uma classe social' (Fernandes, 1965, vol.I:198).*

Para Fernandes, a passagem da ordem escravista tradicional para a sociedade de classes não possibilitou ao negro, que vivia a heteronomia da situação de classe, fosse incluído nas novas relações, e usufrísse da potencialidade da nova ordem competitiva, pois os papéis e posições sociais foram perpetuadas através da marca. Octavio Ianni, outro teórico ligado a essa linha, afirma, em seu estudo sobre a sociedade escravocrata em Curitiba, que a situação jurídica da relação entre escravo e senhor na sociedade tradicional é metamorfoseada para relação entre o branco, o negro e o mulato, na sociedade de classes, relações de dominação visíveis e marcadas pela cor da pele (Ianni, 1965).

Assim, o moderno foi gestado na crise da ordem escravocrata e, por consequência, restringe as relações contratuais. Nesse sentido, a integração do negro na sociedade de classes é dificultada para a realização dos princípios da ordem competitiva de classe aberta e democrática. Florestan Fernandes afirma que, logo após a abolição, o negro é excluído da sociedade de classes, em que “a ordem competitiva emergiu e expandiu-se, compactamente como um autêntico e fechado *mundo dos brancos*” (Fernandes, 1965, vol.II: 389); e depois, com o processo de urbanização e industrialização, o negro será integrado, mas como cidadão de segunda classe. E conclui:

*“(...) as estruturas da sociedade de classes não conseguiram, até o presente, eliminar normalmente as estruturas pré-existentes na esfera das relações raciais, fazendo com que a ordem social competitiva não alcance plena vigência na motivação, na coordenação e no controle de tais relações” (Fernandes, 1965, vol.II: 391).*

Costa Pinto e Oracy Nogueira, autores que também participaram do estudo encomendado pela Unesco em 1950<sup>2</sup>, chegaram a conclusões muito próximas às de Fernandes. Ao estudar as relações raciais no Rio de Janeiro, Costa Pinto, a partir da análise dos censos de 1872 a 1940, observou que os negros tinham menor participação que os brancos nos estratos superiores das ocupações profissionais, por ramos de atividades. Além disso, essa representação não seria resultado das heranças históricas da escravidão, mas das barreiras étnicas criadas para a ascensão do negro no Brasil. Ele desmistifica a idéia de mobilidade ascendente do mestiço, e considera que a única ascensão do negro no Rio de Janeiro foi a da transformação de escravo em proletário:

*“Resumindo os traços principais da situação da população de cor no sistema de estratificação social no Distrito Federal, pode-se, à luz desses dados, afirmar que o fato mais notável da mobilidade social até hoje operada e que representa, ao mesmo tempo, o maior afastamento em relação ao padrão tradicional de emprego quase exclusivo nas plantações tropicais, na indústria extrativista e no serviço doméstico, é representado pela proletarização em massa de homens e mulheres de cor, paralela a sua integração nas condições da vida urbana. Embora permaneçam teoricamente abertas a eles a portas de outras camadas sociais e os meios de atingi-las, o progresso objetivo, concretamente conseguido, pela população de cor com o desenvolvimento da economia industrial e das instituições liberais, após 1888 e 1891, foi a urbanização acompanhada de intensa proletarização, e a identificação de sua condição e de suas aspirações com a condição e aspirações das classes trabalhadoras, que constituem a esmagadora maioria da população urbana” (Costa Pinto, 1998: 122).*

Tal conclusão será reforçada, mais tarde, na década de 80, por Nelson do Vale da Silva, nos estudos sobre mobilidade social, através dos microdados da

---

<sup>2</sup> Projeto concebido por Arthur Ramos, em 1949, período em que se tornou Diretor do Departamento de Ciências Sociais, da Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO). A proposta inicial era desenvolver pesquisas e usar a da imagem do Brasil como um exemplo de paraíso das relações raciais (Maio, 1999).

PNAD. Na década de 50, ainda não havia sido desenvolvida tal metodologia capaz de comprovar as idéias de Costa Pinto. Para isso, seria necessário desenvolver um método de análise da mobilidade social que propiciasse a comparação intergeracional de averiguar a trajetória social do filho em relação ao pai.

Já Oracy Nogueira, desenvolveu o conceito de *marca* através da discussão sobre preconceito racial de marca e de origem na comparação entre Brasil e EUA. Os indivíduos com maior número de marcas são identificados dentro de suas condições étnico-raciais e estão sujeitos ao preconceito e à discriminação racial, princípio organizador da estrutura social:

*“[...]onde o preconceito é de marca, a probabilidade de ascensão social está na razão inversa da intensidade das marcas de que o indivíduo é portador, ficando o conceito de raça disfarçado sob o de classe, com o qual tende a coincidir: [...]” ( Nogueira, 1985:90).*

Nogueira conclui que a marca interfere na mobilidade social dos indivíduos, e na sua trajetória ocupacional.

A partir dos anos 80, a crítica à democracia racial, a luta pelas ações afirmativas e a defesa de políticas compensatórias, vão ser incorporadas como bandeira ao movimento negro. Não que anteriormente o movimento não criticasse o mulatismo de Gilberto Freire e defendesse a negritude. Segundo Guimarães (2002), o movimento organizado negro, na década de 30, como a FBN, (Frente Brasileira Negra) e, nos anos 50, como o TEN (Teatro Experimental Negro) ainda tinham um cunho mais nacionalista e desenvolvimentista e ainda não defendiam políticas que pudessem superar o alheamento do branco à situação sócio-econômica da população negra, que serão defendidas mais tarde, como forma de inserir a população negra no sistema produtivo e social.

Assim, autores críticos à democracia racial, como Guimarães, propõem a reintrodução do conceito raça como uma categoria analítica. Para esse último

autor, o discurso racista é instrumento de autodefesa que ajuda combater o racismo e recuperar o sentimento étnico, além de fortalecer as políticas compensatórias. Nesse sentido, o autor viabiliza, no debate acadêmico, o que o movimento negro já vinha fazendo em termos de reivindicação:

*“Pois bem, é justo aí que aparece a necessidade de teorizar as “raças” como elas são, ou seja construtos sociais, formas de identidade baseadas numa idéia biológica errônea, mas socialmente eficaz para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios. Se as raças não existem num sentido estrito e realista de ciência, ou seja, se não são um fato do mundo físico, elas existem, contudo, de modo pleno, no mundo social, produtos de formas de classificar e de identificar as ações humanas.*

*(...) Ora, No Brasil, a teorização de “raças”, definida como formas de classificar e identificar que podem produzir comunidades, associações ou apenas modos de agir e pensar individuais, constitui para a sociologia, o instrumento apto a revelar condutas políticas e instituições que, ainda inadvertidamente, conduzem à discriminação sistemática e à desigualdade de oportunidades e de tratamento entre grupos de cor” (Guimarães, 2005:67).*

### **1.3. A mobilidade social do negro no Brasil**

A discussão da inserção da população negra tem sido canalizada, principalmente pelo movimento negro, com mais ênfase, mais para a reivindicação de políticas públicas de inclusão social do que para a questão do desenvolvimento econômico. Pois o chamado desenvolvimento econômico propiciado pela sociedade industrial promoveu o aumento da mobilidade social, principalmente a estrutural, isto é, a mudança de um padrão rural para o urbano, mas não garantiu, necessariamente, a diminuição da desigualdade, principalmente a racial.

Segundo Jessé Souza (2006), a questão do desenvolvimento econômico não pode mais ser tratada como uma “generalização liberal” em que a sociedade é composta por inúmeros *homo economicus*, que tem a mesma disposição, capacidade e comportamentos disciplinados e autocontrolados. É necessário entender a desigualdade no país não como algo fugaz, herança do nosso período pré-moderno, mas como parte da lógica efetiva do processo de modernização. Para o autor, a desigualdade brasileira e a sua naturalização é resultado da eficácia de valores e de instituições modernas construídas dentro da sociedade brasileira e que a racionalidade civilizatória da sociedade capitalista reproduz. Nesse sentido, reafirma as conclusões de Florestan Fernandes sobre a modernidade periférica, em que a produção e a reprodução da desigualdade dão-se por ações de agentes sociais que mantêm a marginalização de alguns grupos sociais através de formas adscritivas, que agem sobre determinada classe de pessoas, fazendo com que elas sintam mal-estar de serem humilhadas como um sentimento presente na vida cotidiana. Porém, Souza trabalha com a discussão da formação de um *habitus* precário dentro da lógica do desenvolvimento capitalista periférico, explicação para a existência de uma categoria de pessoas desclassificadas que não seriam incorporadas como cidadãos na sociedade, e de certa forma reedita a discussão sobre a questão da discriminação no Brasil ser de classe e não de raça, defendida pela escola americana. Dessa forma, não leva para a discussão da distinção de classe a questão da marca como fator importante para a adscrição, os marginalizados no Brasil seriam aqueles excluídos do processo de modernização racional independente da cor. Nesse sentido, Jessé Souza acaba por desprezar a contribuição crucial da obra de Florestan, quanto a crítica à democracia racial, que é a criação ideológica do preconceito de ter preconceito e as formas para identificar a população que terá um *habitus* precário e ficará fora dos processos de competição dentro do mercado.

Assim, cabe discutir se o processo de industrialização e urbanização realmente incorporou a população negra brasileira ao mercado. É possível questionar ainda a forma dessa incorporação, ou seja, se a inserção desse grupo efetivou-se nos mesmos moldes dos demais grupos étnicos.

Tal questão foi desenvolvida por Hasenbalg, em seu trabalho sobre discriminação e desigualdade raciais no Brasil (2005), em que discutiu as causas e as formas de incorporação de não brancos, na sociedade brasileira, e analisou o conceito de raça enquanto aspecto importante da subordinação da reprodução das classes sociais. O autor considera a raça como um princípio de distribuição dos indivíduos dentro do sistema de estratificação social. Nesse sentido, além dos efeitos históricos da herança da escravidão na conformação dos negros, no interior da sociedade de classes, haveria, através da adscrição racial, uma diferenciação na possibilidade de mobilidade racial, entre brancos e não brancos, mudando o foco da questão da introdução do negro na sociedade de classes brasileira via desenvolvimento econômico.

Hasenbalg e Silva, em outra obra, reintroduzem o questionamento sobre o mito da democracia social, discutida não mais no sentido de herança tradicional, mas como dispositivo de adscrição de possibilidade de ascensão social do negro dentro da sociedade moderna e capitalista, principalmente se comparadas as mobilidades intergeracionais de brancos e negros:

*“Com isto desabam definitivamente as imagens sobre relações raciais no país vinculadas à noção de democracia racial. Caem por terra também as teorias que postulam uma diluição das diferenças raciais como efeito do desenvolvimento e da modernização; discriminação e desigualdades raciais não mais podem ser vistas como uma herança do passado escravista. A vasta mobilidade social propiciada pelo crescimento econômico desde os anos 1940 deixou de afetar a população não branca, que continua concentrada nos estratos socioeconômicos inferiores. A cor das pessoas é um determinante importante das chances de vida, e a discriminação racial parece estar presente em todas as fases do ciclo de vida individual” (Hasenbalg & Silva, 1992:11).*

Os autores sustentam que o desenvolvimento econômico necessariamente não ocasionou um desenvolvimento social, com a diminuição da desigualdade social, em razão da existência de barreiras raciais no Brasil. Essa contribuição

dos estudos de Hasenbalg e Silva foi ressaltada por Osório, que também estuda a mobilidade social:

*“Posteriormente, outros estudos feitos a partir de pesquisas realizadas nas décadas de 1980 e 1990 reforçaram a nova visão. Todos, sem exceção, mostraram tanto a persistência temporal das desigualdades raciais quanto a sua reprodução nos processos de mobilidade e, ainda, a perpetuação das distinções intraclasses, ou intra-estratos, entre brancos e negros. Tais resultados são ainda mais relevantes quando se considera que os referidos estudos lançam mão de esquemas diversos de estratificação social, algo que produz por vezes diferenças significativas nos volumes de mobilidade total, de circulação e estrutural, mas não diferenças nas conclusões a que chegam os pesquisadores acerca da divergência entre os padrões de mobilidade dos negros e dos brancos. Entre essas conclusões, ressalta-se o caráter inequívoco da existência de barreiras raciais que se sobrepõem às de classe nos processos de mobilidade social, contribuindo para a constante reprodução do status coletivo subalterno dos negros” (Osório, 2004: 22).*

Por sua vez, a discussão sobre mobilidade social dentro da sociedade brasileira vai ser utilizada, enquanto método, pela primeira vez no Brasil por Pastore (1979), no final da década de setenta. Seu estudo teve o objetivo de analisar a relação entre desenvolvimento e ascensão social.

Porém, o uso dessa metodologia neste trabalho, deve ser problematizada conceitualmente de forma diferenciada, o que implica na discussão das diversas interpretações sobre as concepções de estrutura de classe ou estratificação social utilizadas na análise da mobilidade social.

Assim, para se pensar a mobilidade social na sociedade capitalista, é necessário discutir como a teoria sociológica trabalha a questão da classificação dos indivíduos sobre os estratos sociais e sua relação com a estruturação de classes. Há diferentes formas de focar esta questão, de acordo com cada vertente teórica, em que a mobilidade ganha configurações e

significados diferenciados. Consequentemente, a análise da construção das variáveis na composição dessa mobilidade social tem um caráter singular para cada visão.

Duas vertentes teóricas têm se voltado para a questão da desigualdade social e da divisão social de classes: a primeira, de origem marxista, tem como ponto de partida a divisão de classes, trabalhando mais a questão dos recursos; e a outra, mais próxima à sociologia norte-americana, ou também das chamadas “teorias liberais da industrialização” que trabalham a teoria da estruturação, privilegia a questão dos incentivos.

Na tradição marxista, o conceito de classe é fundamental. Ele está vinculado aos conceitos de modo de produção e às formas de apropriação da propriedade privada e dos meios de produção, bem como às formas de exploração. A classe é definida pelas posições estruturadas no próprio sistema. Nessa visão, as transformações ocorrem na estrutura de posições do sistema social e são determinadas pelas dinâmicas de exploração e organização do modo de produção, tendo como eixo central a discussão das formas de ordenação e subordinação entre os agentes, não trabalhando com os aspectos distributivos do sistema, pois, nessa lógica, o processo produtivo condiciona a esfera da distribuição. Em Marx, a distribuição, enquanto repartição do produto social, está relacionada às formas de renda, lucro, juros e salários, e pressupõe formas de produção historicamente desenvolvidas. Dessa forma, a mobilidade interna estaria delimitada pela estrutura de classe, a partir da propriedade dos meios de produção. Na teoria das classes, as relações de produção determinam a base para as relações assimétricas entre as classes sociais:

*“Um indivíduo que participe na produção por meio do trabalho assalariado, participa na repartição dos produtos, resultado da produção, na forma de salário. A articulação da distribuição é inteiramente, determinada pela articulação da produção. A própria distribuição é um produto da produção, não só no que diz respeito ao objeto, podendo apenas ser distribuído o resultado da produção, mas também no que diz respeito à forma, pois o modo preciso na produção determina as formas particulares da*

*distribuição, isto é, determina de que forma o produtor participará na distribuição” (Marx, 1987: 12).*

Assim, na visão marxista, a produção é que determina a forma como o indivíduo vincula-se a distribuição e aos padrões de consumo de comportamento de classe e, por maiores que forem os incentivos, a mobilidade do trabalhador não irá ultrapassar o que foi determinado pela relação de produção.

Continuando nessa mesma perspectiva, Poulantzas, outro autor marxista, vai desenvolver a questão da reprodução das posições sociais na reprodução ampliada do capital e na estruturação da classe dentro da divisão social do trabalho e, ao final, deduz que a mobilidade social perpetua a estrutura de classe (Poulantzas, 1975).

Posteriormente, já na visão neomarxista, Erik Olin Wright (1978) vai definir classe como uma divisão social, gerada a partir da divisão desigual de poderes e direitos sobre os recursos produtivos relevantes na sociedade e, a partir dessa definição, cria um modelo investigativo de estruturação de classe na sociedade capitalista. Para o autor, os ativos produtivos de um indivíduo determinam o seu bem-estar e as estratégias de aquisição desse bem, o que possibilita a quantificação e a localização da posição do indivíduo dentro das relações de classe. Esse modelo, além da influência da visão neoweberiana, servirá de inspiração para Pastore construir uma análise estrutural sobre a mobilidade e a classificação dos indivíduos na sociedade brasileira.

Por fim, outro autor da vertente neomarxista, Ralph Miliband, afirma que a análise de classes:

*“(...) está preocupada basicamente com o processo de dominação e subordinação de classes, o que constitui uma condição essencial do processo de exploração; ou para formular em outros termos, a exploração no sentido em que foi definida aqui, sempre foi o principal objetivo da dominação” (Miliband, 1999: 475).*

O autor ainda salienta que a análise de classes tem por tarefas: identificar as classes que compõem a sociedade; demonstrar os mecanismos de dominação e exploração; e levantar os conflitos de classe.

Segundo Ribeiro (2003), para essa vertente, os indivíduos têm acesso desigual aos recursos, fazendo com que os mais privilegiados tenham mais chances de mobilidade que os menos privilegiados. Assim a possibilidade de mobilidade social está limitada pela posição de classe.

Já na teoria da estruturação, o conceito de classe está mais vinculado a grupos delimitados por fatores econômicos, tais como renda e ocupação. Essa vertente enfatiza a noção do mercado e da liberdade econômica dos indivíduos. Nesse sentido, a sociedade é caracterizada pela desigualdade estrutural, de um lado, e a igualdade de oportunidades, de outro, que pode ser alocada pelos indivíduos. O que os autores vinculados à teoria da estruturação, como Davis e Moore (1945), defendem, é que as desigualdades de condições garantem a estrutura de incentivos necessárias para a garantia do funcionamento da sociedade moderna industrial. Os fatores de desigualdade ou recompensas seriam determinados pela importância da função relativa a cada posição e o nível de treinamento ou talento exigido. Assim, as posições dentro do sistema de estratificação estariam inversamente relacionadas às exigências em termos de habilidades e qualificações, trabalhando com uma visão mais meritocrática da sociedade.

Segundo esses autores, a estratificação social é universal e representa a distribuição desigual dos direitos e obrigações dentro de uma sociedade. Assim, para essa teoria, a estrutura de classe apresenta-se como um somatório de diferentes variáveis individuais, que podem mensurar e classificar os indivíduos em escalas de estratificação. Na teoria da estruturação, os estratos sociais estão definidos por critérios quantitativos que estabelecem uma ordem hierárquica, centrada em medidas da distribuição e do consumo do produto social. Retomam a idéia de Pierson de que as sociedades capitalistas de classes diferenciam-se das sociedades tradicionais, pelo seu caráter mais

meritocrático, o que possibilita que as posições da sociedade sejam preenchidas de acordo com as características adquiridas e não pelas atribuídas, isto é, as pessoas mais “capazes” venham a ocupar as posições “corretas” na sociedade.

Para Davis e Moore, os fatores que determinam a colocação dos indivíduos na sociedade seriam a importância dentro da sociedade ou função desenvolvida, e o talento individual ou treinamento necessário para ocupá-la. As principais funções, nas quais se baseiam as estratificações são: a religião, o governo, a riqueza, a propriedade, o trabalho e o conhecimento técnico, que podem ser investigados empiricamente, a partir de criação de índices para o estabelecimento de um sistema de estratificação. As variáveis utilizam os critérios de renda, origem dos rendimentos, a riqueza, a educação, o prestígio da ocupação, o local de residência, a raça ou etnia. Para essa vertente, as desigualdades de condições “incentivam” os indivíduos a procurar as melhores posições sociais e, por consequência, aumentam a mobilidade social, que pode ser verificada empiricamente. Assim, a concorrência estimularia os indivíduos a avançarem na hierarquia social, possibilitando a que todos tenham chance de percorrer a todos os estratos sociais.

Já para Hasenbalg, as duas concepções não dão conta do tema da mobilidade social, identifica problemas, tanto nos teóricos da estruturação social, que focam suas interpretações na mobilidade, desprezam as fronteiras de classe, não colocam ênfase na existência de conflitos e interesses entre as classes; quanto nos autores marxistas, que não levam em conta as questões trazidas pela mobilidade social, principalmente no que tange aos padrões de distribuição e consumo, e seu reflexo na estrutura social, destacando somente os conflitos de classe.

Outro autor que compara as duas vertentes é Stavenhagem (1962). Em sua análise sobre estratificação social e estrutura de classe, aponta a mobilidade social como a forma dinâmica de estudar a estratificação social. Para o autor:

*“Os estudos sobre mobilidade baseiam-se no fato de que os sistemas de estratificação do mundo moderno não são rígidos e permitem a passagem de um indivíduo de um status ou de uma “classe” a outro. A mobilidade social no campo da estratificação é uma mobilidade vertical, que se distingue da mobilidade horizontal e geográfica. Ainda que teoricamente seja a situação total de estratificação a que está implícita no fenômeno da mobilidade, os investigadores tomam geralmente como ponto de partida as mudanças na ocupação do indivíduo” (Stavenhagem, 1962: 144).*

Stavenhagem salienta, ainda, que os estudos sobre mobilidade têm objetos distintos de análise, tais como: a descrição da mobilidade vertical; os efeitos da mobilidade sobre as atitudes de classe e consciência de classe; os efeitos das atitudes e dos tributos pessoais sobre as possibilidades do indivíduo colocar-se em movimento; e o efeito da mobilidade sobre o indivíduo.

De qualquer maneira, a criação de modelos a partir da classificação de classe e a observação dos estratos sociais vão permitir analisar as formas de mobilidade social e verificar as variáveis que interferem nas formas na organização social.

Outra importante contribuição para a discussão de classes, que irá influenciar na construção de um modelo de mobilidade social, é a vertente neoweberiana. A partir do conceito de Max Weber sobre classe, dispersos em inúmeros trabalhos, Jonh Goldenthorpe(1969) e seus colaboradores irão desenvolver uma análise de classe nos estudos de mobilidade social. Partem do princípio conceitual weberiano de classe definida pelos recursos e ativos que os indivíduos alcançam e levam para o mercado e que repercutem nas chances dos mesmos e seu posicionamento dentro da estrutura social, ou *“situação de classe”* (Weber, 1979). A partir dessa visão, Goldenthorpe vai elaborar as primeiras versões do modelo do esquema CASMIN, *Comparative Analyse os Social Mobility in Industrial Nations*, desenhado para verificar os padrões de mobilidade social.

No caso brasileiro, a partir dessa vertente, pode ser pensada a importância da variável raça na formação das classes e dos estratos sociais. Para tanto, é necessário concebê-la não como parte, ou variável, que compõe a classe, mas algo autônomo e independente, que interfere na sua organização. Resgatando a análise de classe, é possível tratar a raça como uma construção feita a partir de dispositivos ideológicos de dominação. Para Hasenlbalg, a raça pode ser vista como atributo, socialmente elaborado, que interfere na reprodução das classes sociais. Assim, as minorias raciais estariam dentro das estruturas raciais da produção capitalista, porém, as práticas racistas e a discriminação racial determinariam a posição de pretos e pardos nas relações de produção e distribuição.

Nessa perspectiva, analisar a mobilidade social pode quantificar os efeitos das discriminações na formação da classe e visibilizar a interferência do fator raça nesta composição, não como mais uma variável que compõe a construção das hierarquias dos estratos sociais, mas como fator importante na composição do ser social.

Para Miliband, a relação entre classe e raça ou gênero é diferenciada, pois esses atributos são intrínsecos à formação do ser social e essa diferenciação vai refletir-se na análise social, seja ela qual for. O autor afirma:

*“É perfeitamente legítimo para as mulheres, os negros e outros dizer e sentir com grande intensidade que eles são, acima de tudo, mulheres e negros ou o que quer que seja, e que isso, mais que do que qualquer coisa, é o que lhes dá sua identidade e define o seu ser ‘social’. Mas a sua consciência de uma identidade particular, por importante que seja sob vários aspectos, e não menos politicamente, não reduz a importância da classe como parte intrínseca do seu ‘ser social’ – e, diria eu, como parte decisiva do ‘ser social’. É razoável e necessário ver o ‘ser social’ como uma entidade complexa e contraditória na qual muitas identidades diferentes coexistem e por vezes colidem, e quanto mais rigorosamente a análise conseguir separar os indivíduos, mais complexo e variado o ‘ser social’ está fadado a*

*revelar-se. Toda a análise social, nesse sentido, e não apenas a análise de classes, tem um caráter 'reducionista'. Ainda assim, permanece o fato de que a localização na estrutura social é crucial para se determinar as maneiras pelas quais as pessoas vivenciaram a discriminação, a exploração e a opressão" (Miliband, 1999: 497).*

Não se pode desprezar nem a classe, em termos de dominação e exploração, nem os aspectos raciais, que identificam os indivíduos, pois o racismo tornou-se parte da estrutura capitalista, que reproduz uma divisão racial. De acordo com Hasenbalg, a opressão racial beneficia brancos capitalistas e brancos não capitalistas, e conclui que:

*"(...) a raça, como traço ideologicamente e historicamente construído, passa a ser o critério mais importante na regulação dos mecanismos de recrutamento de agentes a preencher os estratos do sistema da estrutura de classes e da estratificação social, que tem como conjunto de práticas uma ideologia que manifesta-se em uma divisão racial do trabalho" (Hasenbalg, 2005: 124).*

Nesse sentido é importante verificar o comportamento da variável raça na mobilidade social, principalmente como, em termos geracionais, os indivíduos conseguem mobilizar os capitais sociais disponíveis e ultrapassar ou não as barreiras sociais.

#### **1.4. Mobilidade social, globalização e flexibilização do trabalho**

Além da relação raça e classe, é necessário também pensar as recentes transformações do mundo do trabalho, vivenciadas nas últimas décadas e que remetem para discussão dos processos de globalização e flexibilização, e os seus efeitos através da precarização do trabalho formal, conforme descreve Ricardo Antunes em *Adeus ao Trabalho* (2000). A partir dos anos 80, os processos de terceirização, flexibilização e desregulamentação da força de

trabalho expulsam parte dos trabalhadores para o mercado informal, ou seja, a exclusão, através da reengenharia, tornou-se parte integrante desse novo processo produtivo (Antunes, 2000).

Segundo Robert Kurz,(1997), o sistema produtor de mercadoria esgotou a sua possibilidade de crescimento dentro da lógica fordista/taylorista, esbarrando na contradição entre o imenso desenvolvimento tecnológico e a manutenção da base de consumo.

Com o advento da revolução tecnológica da microeletrônica, foi dado o salto no crescimento que iria se refletir como crise de geração de empregos, nos anos 80. Sem uma base nacional que garantisse o consumo, foi necessária a expansão transnacional, ou o chamado processo de globalização que, por sua vez, gerou o questionamento na lógica da produção fordista e no padrão do consumo de massa. Essas transformações implicaram alterações na lógica das políticas estatais e do próprio Estado, ou seja, o neoliberalismo e a “invenção” do Estado mínimo vão garantir a desregulamentação dos direitos trabalhistas e o baixo custo da força de trabalho, tanto nos países centrais como na periferia, pois o capital globalizado e sem pátria agora busca produzir onde o custo da produção é baixo: salários, matéria-prima ou infraestrutura. (Kurz, 1997).

Dentro dessa lógica de racionalização, a forma de produzir do sistema produtor de mercadoria também foi modificada com a flexibilização da produção. Por sua vez, a produção em escala do padrão taylorista/fordista foi substituída pela produção de produtos em pequena escala e com grande diversidade, para atender esse novo e escasso mercado. A flexibilização fez-se em vários sentidos: flexibilidade dos produtos frente às necessidades do mercado, flexibilidade do trabalhador que se torna polivalente (um homem/cinco máquinas), a flexibilidade da força de trabalho frente à terceirização e à desregulamentação do trabalho. Assim, o sistema produtor de mercadorias tende a utilizar todas as formas para baratear o custo de produção com o amparo do Estado, precarizando as condições de vida do trabalhador.

Nilde Balcão, em seu trabalho sobre terceirização e desmontagem do contrato de trabalho, discute as inúmeras formas que o conceito de flexibilidade pode tomar, tais como terceirização, desregulamentação e precarização da força de trabalho:

*“A flexibilização no direito do trabalho é, então, a corrente de pensamento segundo a qual a necessidade de natureza econômica justifica a postergação dos direitos dos trabalhadores. Por outro lado, a flexibilização do direito do trabalho pode significar também que trabalhadores e empresas devem estabelecer a regulamentação de suas relações sem total subordinação ao Estado, diretamente ou através de suas entidades sindicais, procurando regulá-las na forma que melhor atenda aos interesses de cada um, trocando-se recíprocas concessões” (BALCÃO, 2000: 19).*

Para Balcão, a flexibilização estaria associada à precarização, por conta da difusão dos contratos atípicos, que supõem a utilização de mão de obra alheia, sejam eles trabalhadores contratados, autônomos ou quaisquer outras das modalidades que os exemplos multiplicam e que têm tornado contrato típico, minoritário no mercado de trabalho.

Esse mecanismo de precarização da força de trabalho vai ser exposto pela análise de Ricardo Antunes. Nesse sentido, o autor enfatiza esse processo como reflexo das transformações na base produtiva e no fortalecimento de flexibilização do trabalho. Nessa visão:

*“(...) a classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais. Tornou-se qualificada em vários setores, como na siderurgia, em que houve uma relativa ‘intelectualização’ do trabalho, mas desqualificou-se e precarizou-se em diversos ramos (...). Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador ‘polivalente e multifuncional’ da era informacional, capaz de operar máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade sua dimensão mais ‘intelectual’ (sempre entre aspas). E, por outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem*

*qualificação, que hoje está presenciando as formas de part-time, emprego temporário, parcial, precarizado, ou mesmo vivenciando o desemprego estrutural” (Antunes, 2005:31).*

Segundo o autor, a precarização irá incidir de forma intensa sobre determinados grupos de trabalhadores, tais como os negros, as mulheres e os imigrantes.

A reflexão sobre inovação tecnológica e exploração, como também o seu impacto em cada segmento da classe trabalhadora, é recorrente na discussão sociológica sobre o processo produtivo capitalista. Ao discutir as transformações tecnológicas da maquinaria e da grande indústria, Marx aponta a utilização da mão de obra feminina e infantil como forma de ampliar a mais-valia absoluta:

*“Já se fez alusão à ruína física das crianças e pessoas jovens, bem como das mulheres trabalhadoras, que a maquinaria submete à exploração do capital primeiro diretamente nas fábricas que rapidamente crescem com base nela, e, depois, indiretamente, em todos os demais ramos industriais” (Marx, 1984:24).*

Porém, hoje, esse tipo de exploração ganha um novo contorno, pois, no caso descrito por Marx, a inovação tecnológica e organizacional do trabalho possibilitou a substituição do trabalhador mais qualificado pelo de menor qualificação, permitindo a ampliação da mais-valia relativa. Já no caso da acumulação flexível, a inovação criou categorias diferenciadas de trabalhadores (uma elite “intelectualizada” e a grande maioria precarizada, desenvolvendo atividades de maneira informal), hierarquizadas.

O que pretendo analisar, no capítulo sobre a mobilidade do trabalhador negro no Rio Grande do Sul, é se essa divisão pode ser feita através de critérios discriminatórios ligados ao gênero ou à raça. Já ao trabalhar com as trajetórias dos trabalhadores do Sindicato dos Arrumadores de Pelotas, tenho como objetivo verificar se o fator étnico foi usado como forma de discriminação nesse

processo de fragmentação da classe trabalhadora e, principalmente, como uma categoria, que já teve certo prestígio no passado, passou a ser desvalorizada e precária, de forma a entender os impedimentos da mobilidade social, verificando seus efeitos no cotidiano dos indivíduos e nas trajetórias de suas vidas como geracionalmente os trabalhadores mobilizaram seus capitais sociais.

Essa questão foi também trabalhada por Bourdieu (2007), quando discutiu as lutas de classe na França, quando chamou a atenção para o processo de formação da classe construída, como instrumentos ou disposições que os agentes utilizam para garantir a sua reprodução dentro de determinado estrato ou estrato inferior. Assim, características como cor da pele podem ser usadas como marca para segregar um grupo na competição para a reprodução do estrato social.

Esse processo de transformação no mundo do trabalho afetou a todos os trabalhadores; contudo cabe verificar se, nessas transformações, a variável cor da pele será utilizada como fator diferencial no mercado de trabalho gaúcho.

Em suma, a modernização alterou o *status* ou interferiu na mobilidade social dos negros do Rio Grande do Sul e das categorias que eram vinculadas ao Porto, conforme será apresentada no capítulo sobre a análise intergeracional dos microdados da PNAD 1996.

## Capítulo 2

### A mobilidade do negro no Rio Grande do Sul

Os autores apresentados no capítulo anterior mostram que, no início do século XX, a questão da dificuldade da inserção do contingente de negros na sociedade moderna periférica demonstra uma persistência da desigualdade social. Assim, é importante averiguar qual o destino desse grupo no mercado de trabalho hoje, dimensionando a capacidade dos negros de enfrentar as mudanças no mundo do trabalho. Para isso, esta pesquisa pretende trabalhar com os indicadores que possibilitem a visibilidade desse grupo racial, elaborados a partir dos dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 1996 e analisar a mobilidade do negro do Estado do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, para se fazer a discussão sobre a mobilidade do negro no Rio Grande do Sul foi desenvolvida, nesta pesquisa, a análise de uma base de dados que possibilitou a construção de um modelo de estratificação social e permitiu a comparação racial e intergeracional dos indivíduos. A base disponível para desenvolvimento de tal modelo foi a PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, de 1996. Depois desse ano não foi mais disponibilizado no questionário a pergunta sobre a ocupação e a escolaridade do pai do entrevistado, o que impossibilitou a construção da matriz intergeracional com os dados das PNADs posteriores.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) deu início à implantação de um sistema de pesquisas domiciliares no Brasil, foi criada em 1967 pelo IBGE e foi sendo aprimorada, enquanto metodologia, na década de 1970. A pesquisa cobre todo o território nacional, exceto a zona rural da Região Norte, e as informações disponibilizadas são representativas para as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas. Trata-se de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios, que investiga diversas características socioeconômicas. Algumas dessas características têm caráter permanente,

como educação, trabalho, rendimento e habitação; e outras possuem o caráter variável, como as características sobre migração, mobilidade social, saúde, nutrição e outros temas, que são incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação. A PNAD tem como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país.

Em seu histórico sobre o uso dos microdados e a questão da cor e raça, Rafael Osório (2003) afirma que a primeira PNAD a pesquisar a cor dos entrevistados foi a de 1976, ainda não introduzindo a questão da raça. As PNADs de 1977, 1981 e a de 1984 deixam de trabalhar com as informações sobre as cores dos indivíduos. Nos anos de 1982, 1984, 1985 e 1986, a cor voltou a ser captada pela PNAD, mas sem que essa variável fizesse parte do corpo temático da pesquisa, só sendo trabalhada em boletins temáticos suplementares. No ano de 1985, foi captada também a cor dos filhos residentes fora do domicílio. Foi a partir de 1992 que o sistema classificatório usado pela PNAD incorpora a categoria “indígena” e a variável “cor” passa a ser designada “cor ou raça”. A variável de “cor ou raça” da PNAD utiliza a mesma forma de captação de informação que o Censo, por meio de autoatribuição induzida; dessa forma está sujeita aos mesmos problemas relativos à definição da cor dos demais residentes pelo membro entrevistado do grupo doméstico no Censo.

A partir dos dados da PNAD, José Pastore (1979) desenvolveu, no Brasil, o método que construiu um modelo capaz de verificar a mobilidade estrutural, isto é, as transformações sociais, enquanto resultados de mudanças estruturais externas, tais como as mudanças econômicas, tecnológicas, demográficas, etc. Esse modelo foi uma versão brasileira de um Sistema Internacional de Classificação da Estratificação Social, semelhante ao Sistema CASMIN (*Comparative Analysis of Social Mobility in Industrial Nations*), criado por autores que trabalham com uma perspectiva neoweberiana da análise de classes, tais como Goldthorpe (1987), Goodman (1979) e Hauser (1980). Para esses autores a questão da mobilidade social é vista a partir dos recursos, isto é, quanto maior a desigualdade de recursos para o indivíduo, menor mobilidade

social. Essa vertente identifica as barreiras à mobilidade ocupacional e as fronteiras de "classe".

Pastore estudou mais a relação entre os diversos estratos sociais do que a trajetória social dos indivíduos, evitando a perspectiva teórica da estratificação, que centraliza mais na questão dos incentivos. Através dessa metodologia, ele organizou os grupos ocupacionais dos pais dos chefes de famílias, e dos próprios chefes, com o objetivo de fazer uma comparação intergeracional da mobilidade e a sua relação entre o processo de urbanização e industrialização no Brasil. Porém, como argumenta Bourdieu (2007), na crítica à análise da mobilidade social, esse tipo de pesquisa parte da construção de estratos de classe que só levam em conta algumas variáveis, e só podem ser trabalhadas do ponto de vista linear como um somatório de propriedades, principalmente os princípios da renda, escolaridade e sócio-profissionais, não possibilitando uma análise mais sincrônica da estratificação social, na qual outras variáveis são trabalhadas, como as estratégias usadas pelos agentes na luta para reprodução da sua posição social.

Na visão de Bourdieu, é necessário cuidado na quantificação do uso das chamadas variáveis "dependentes" ou "independentes" e na criação das categorias:

*“Em suma, a propriedade evidenciada pelo nome utilizado para designar uma categoria – ou seja, na maior parte das vezes, a profissão – corre o risco de dissimular a eficácia das propriedades secundárias que, apesar de serem realmente constitutivas da categoria dividida desta forma, não são evocadas expressamente” (Bourdieu, 2007:98).*

O que reforça a utilização suplementar, nesta pesquisa, de outra metodologia, além da análise da mobilidade intergeracional, tal como o estudo de caso, de cunho mais qualitativo, que possa ajudar a aprofundar outras dimensões que interferem na formação da classe ou mesmo da estratificação social, como será desenvolvido na investigação da trajetória de vida dos trabalhadores portuários, nos capítulos 3 e 4.

Justamente pensando na importância das chamadas variáveis independentes, Hasenbalg e Silva (1988) aplicaram o método da mobilidade social, a partir da variável cor, averiguando a mobilidade para brancos, pretos e pardos, o que possibilitou uma discussão mais ampla sobre a desigualdade racial e a questão da relação entre raça e outras variáveis na construção das classes sociais, já que só a relação entre mobilidade e desenvolvimento não dava conta das desigualdades sociais no Brasil, chegando à conclusão que a raça é um fator determinante na produção da desigualdade social brasileira.

Porém, o estudo dos dois pesquisadores tem uma dimensão nacional. Suas conclusões sobre a mobilidade racial não podem ser diretamente atribuídas e generalizadas da mesma forma para as diferentes localidades do Brasil, no que tange às particularidades de cada local, em especial, para o Rio Grande do Sul, que tem as suas especificidades históricas e sociais. Além disso, os dois autores não trabalham a dimensão qualitativa em seu trabalho. Em razão disso, esta pesquisa está aplicando o mesmo método no tratamento das informações, com o objetivo de trabalhar a relação entre raça e mobilidade social na dimensão da sociedade gaúcha, além de evidenciar as questões da desigualdade racial no Estado.

## **2.1. Mobilidade intergeracional do negro no Rio Grande do Sul**

Para a execução deste estudo, foi feito um exame dos microdados da PNAD 96, última pesquisa temática sobre cor e mobilidade geracional, realizada pelo IBGE, com o objetivo de dimensionar, para o Rio Grande do Sul, a análise da mobilidade intergeracional. É necessário esclarecer que os microdados da PNAD 96 foi o último levantamento que possibilitou esse tipo de análise, pois a utilização dos dados nas pesquisas PNADs posteriores a esse ano é inviável, uma vez, que depois de 1996, não foram mais coletadas informações sobre a ocupação e escolaridade do pai do informante. Assim, serão utilizados outros

dados mais atualizados do IBGE, vinculados à questão da mobilidade social, como renda e educação, para reforçar os dados das conclusões, retirada da análise intergeracional da mobilidade social, a partir dos microdados da PNAD 1996. Porém, é necessário esclarecer que essas variáveis isoladamente não podem ser utilizadas para a construção das classes utilizadas pelos modelos que avaliam mobilidade.

Seguindo os passos de Hasenbalg e Silva (2003), o primeiro procedimento metodológico foi o levantamento da classificação ocupacional do pai do respondente (chefe de família) e depois do próprio respondente, a partir da variável cor ou raça.

O método parte da construção de um modelo com estratos sociais, levando em consideração as variáveis: escolaridade, renda e importância da ocupação sócio-profissional. Segundo Ribeiro (2007), os estratos são desenvolvidos fazendo as distinções entre dois tipos de relação de emprego: proprietários (empregadores e autônomos) e empregados. O esquema também trabalha com a divisão de trabalho não manual urbano e manual urbano, rural. Depois de construídos os estratos faz-se o cruzamento matricial das ocupações do pai com a do filho, verificando-se a de mobilidade social dos indivíduos. A partir desse cruzamento dos estratos com a variável raça ou cor, é possível analisar a trajetória de mobilidade social de brancos, pretos e pardos, dentro da mesma categoria ocupacional; além da possibilidade de se cruzar o *status* ocupacional do pai.

A tabela de mobilidade social foi criada a partir de uma classificação cruzada, também chamada de tabela de contingência. Essa tabela classifica os indivíduos de acordo com sua ocupação, em dois momentos do tempo, segundo Pastore e Silva:

*“Num continuum de tempo, o ponto no passado é denominado **origem** ocupacional e o ponto mais recente **destino** ocupacional”. (Pastore e Silva, 2001:27).*

A variável mais frequentemente usada para representar a origem ocupacional, nos estudos de mobilidade, é a ocupação paterna. Ela é considerada, em alguns casos, num determinado ponto da juventude do indivíduo, quando este tinha 15 ou 16 anos e, em outros, quando obteve seu primeiro emprego remunerado. Já a questão do destino está relacionada à ocupação do filho ou do respondente no momento da realização da pesquisa.

A partir dessas dimensões, são atribuídos valores, que possibilitam a classificação em seis estratos ocupacionais, seguindo o critério de distância social, medida pelo índice de *status* socioeconômico (ISS) e podem ser observados no quadro a seguir:

## Quadro I

### Estratos Ocupacionais, Valores Médios e Ocupações Representativas.

Estrato	Ocupações Representativas	ISS	Rendimento	Escolaridade
<b>1 Baixo Inferior:</b> trabalhadores rurais não qualificados	Produtores agropecuários autônomos; outros trabalhadores na agropecuária; Pescadores	2,90	222,16  (319,50)*	2,19  (2,55)
<b>2 Baixo Superior:</b> trabalhadores urbanos não qualificados	Comerciantes por conta própria; Vigias; serventes; trabalhadores braçais sem especificação; vendedores ambulantes; empregadas domésticas.	6,49	440,35  (527,16)	4,94  (3,64)
<b>3 Médio Inferior:</b> trabalhadores qualificados e semi-qualificados.	Motoristas; pedreiros; mecânicos de veículos; marceneiros; carpinteiros; pintores e caiadores; soldadores; eletricitistas de instalações.	8,68	538,08  (503,31)	5,19  (3,24)
<b>4 Médio Médio:</b> trabalhadores não manuais, profissionais de nível baixo e pequenos proprietários	Pequenos proprietários na agricultura; administradores e gerentes na agropecuária; auxiliares administrativos e de escritório; reparadores de equipamentos; praticistas e viajantes comerciais; Praças das Forças Armadas.	17,01	995,46  (1426,07)	8,71  (4,00)
<b>5 Médio Superior:</b> profissionais de nível médio e Médios Proprietários	Criadores de gado bovino; diretores, assessores e chefes no serviço público; administradores e gerentes na indústria e no comércio; chefes e encarregados de seção; representantes comerciais.	27,19	1498,97  (1793,74)	10,05  (4,21)
<b>6 Alto:</b> profissionais de nível superior e Grandes proprietários.	Empresários na Indústria; administradores e gerentes de empresas financeiras, imobiliárias e securitárias; engenheiros; médicos; contadores; professores de ensino superior; advogados; oficiais das Forças Armadas.	44,06	2.344,20  (1933,17)	12,79  (3,53)

\* Entre parêntesis estão os desvios-padrões.

Esses estratos foram levantados a partir do sistema de classes neoweberiano, na versão brasileira do projeto CASMIN – *Comparative Analysis of Social Mobility in Industrial Nations*, desenvolvida por John Godenthorp (1987). O modelo possibilitou a análise da mobilidade social. Leva em conta três fatores: a **desejabilidade** das classes de origem às diferentes classes de destino; os **recursos disponíveis** pelos indivíduos das diferentes classes de origem, que determinam as possibilidades de acesso às classes de destino; e, por fim, as **barreiras** aos movimentos. Os recursos que possibilitam a mobilidade podem ser econômicos, culturais e sociais; já as barreiras estão relacionadas às necessidades impostas de se possuir meios de produção, ou educacionais, para se atingir determinada atividade ocupacional. Para desenvolver o sistema CASMIN e classificar os indivíduos nos estratos sociais, é necessário, em primeiro lugar, organizar os respondentes em grupos ocupacionais em temas de trabalho. Em segundo lugar, atribuir uma situação de emprego (empregador, autônomo, empregado ou supervisor). Por fim, as classes são obtidas do cruzamento dos dados relevantes da classificação ocupacional com a situação de emprego.

Na primeira vez que Pastore utilizou o sistema CASMIN, no Brasil, ele adotou o modelo para seis grupos, proposto por Silva (1973), com os estratos baixos: inferior e superior; médios: superior e inferior; e as elites. Esse mesmo modelo também foi utilizado para análise comparativa das PNADs de 1973 e 1996 feita por Nelson do Valle Silva (2000).

O modelo elaborado por Silva seguiu os mesmos referenciais de Bogue (1963), e a sua construção dá-se a partir de três procedimentos: elaboração de uma escala que mede a posição escolar e a econômica de cada indivíduo; a combinação dessas posições que gera um *status* para cada indivíduo; os estratos individuais são combinados dentro de cada ocupação criando um *status* ocupacional.

O modelo CASMIN foi desenvolvido por outros pesquisadores brasileiros, com inúmeras versões e modelos com diferentes números de estratos, em esquemas de dez, dezesseis, onze e sete classes. Cabe ressaltar que esses

modelos, com um número maior de estratos, padronizaram o modelo para utilização internacional, mas como a presente análise pretende reproduzir e comparar a pesquisa da PNAD de 1996 para o Rio Grande do Sul, foi utilizado o mesmo modelo de seis estratos de classes ocupacionais das primeiras versões desenvolvidas por Pastore e Silva. A amostra é composta por 3.783 chefes de família, homens, com idade entre 20 e 64 anos.

Após a classificação das ocupações, aplicam-se esses valores às ocupações aos pais dos chefes de família pesquisados pela PNAD; depois, repetiu-se o mesmo procedimento para os chefes de família. A partir desses dados, cruzou-se a ocupação do pai com a do filho, obtendo-se uma matriz de mobilidade.

A matriz de mobilidade faz a transição de *status* que relaciona a origem, no caso da pesquisa, o *status* do pai com o destino social, que corresponde ao último emprego no qual o respondente permaneceu nos últimos seis meses de 1996. A análise dos dados por linha garante a visão origem-destino, isto é, em que ponto o indivíduo chegou dentro da escala social. Já na análise por coluna, sabe-se de onde provêm os indivíduos que compõem os diferentes níveis de destinos.

A partir dos microdados da PNAD, é possível distribuir a população por cor, dentro de uma estrutura ocupacional e fazer uma comparação intergeracional entre os indivíduos, isto é, se o indivíduo ascendeu, permaneceu no mesmo estrato ou decaiu na escala de ocupação social. Nesse sentido, chama-se de mobilidade total a quantidade proporcional de indivíduos que se desloca afastando-se da diagonal principal, subindo ou descendo na estrutura social.

Este procedimento foi feito com o banco de dados dos indivíduos moradores no Estado do Rio Grande do Sul da PNAD 1996. Levantou-se, inicialmente, a ocupação dos pais dos chefes de famílias, a ocupação do pai do respondente quando o mesmo tinha 15 anos de idade, compondo-se os dados de origem:

**Tabela 1:**  
**Grupo ocupacional pai por cor do**  
**respondente % - RS**

Grupo ocupacional do pai	Cor do respondente		
	Branca	Preta	Parda
<b>1-Baixo Inferior</b>	50,3	41,0	42,1
<b>2-Baixo Superior</b>	12,7	21,0	17,0
<b>3-Médio Inferior</b>	16,5	26,0	27,0
<b>4-Médio Médio</b>	12,7	11,2	9,4
<b>5-Médio Superior</b>	3,6	0,7	2,6
<b>6-Alto</b>	4,1	0,3	1,9
<b>Total</b>	100	100	100

PNAD 1996 - RS

Pode-se observar, na Tabela 1, que os grupos ocupacionais dos pais de cor branca, preta e parda têm maior concentração percentual de indivíduos nos três primeiros estratos. Cabe ressaltar, nessa faixa, o grande percentual de brancos no estrato ocupacional um (50,3%), que é composto por trabalhadores rurais e com baixa escolaridade e renda. Essa predominância do grupo de cor branca é novamente verificada nos três últimos estratos, caracterizado por agrupar indivíduos de maior renda e escolaridade, perfazendo um total de 20,4% dos brancos. Já nos grupos de cor pretos e pardos, há uma maior concentração de indivíduos nos três primeiros estratos da classificação, totalizando 88% para os pretos e 86% para os pardos.

Em seguida, utilizou-se o mesmo procedimento feito em relação a seus pais, para com os dados do respondente, obtendo-se também a classificação ocupacional do chefe de família, no período em que se realizou a pesquisa (1996), isto é, o levantamento do grupo ocupacional da atividade em que o respondente exercia no primeiro trabalho em que permaneceu pelo menos seis meses, que irão compor os dados de destino:

**Tabela 2:**

**Grupo ocupacional atual por cor do respondente % - RS**

Grupo ocupacional atual	Cor do respondente		
	Branca	Preta	Parda
1-Baixo Inferior	22,6	21,1	20,2
2-Baixo Superior	20,8	34,0	30,2
3-Médio Inferior	27,3	29,9	32,2
4-Médio Médio	13,2	8,0	10,6
5-Médio Superior	9,1	5,8	5,5
6-Alto	6,9	1,6	1,2
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0

PNAD 1996 – RS

A Tabela 2 mostra que, na classificação ocupacional dos respondentes (filhos), houve, em comparação aos pais, uma dispersão do número de pessoas nos três primeiros estratos. Ressalta-se que o grupo de respondente branco diminuiu pela metade o número de pessoas do estrato um, baixo inferior, em relação à proporção de pais que pertenciam ao mesmo estrato na Tabela 1.

Ao compararem-se os três grupos de cor dos respondentes pode-se perceber que o estrato um, baixo inferior, que corresponde aos que mantiveram as atividades rurais paternas, tem um número muito aproximado nos três grupos de cor, com uma maior concentração no grupo de cor branca (22,6%) e nos três casos não chega a totalizar um quarto da população total; já nas atividades três e quatro (baixo superior e médio inferior) compostas por trabalhadores urbanos manuais, destaca-se a maior incidência de pretos (63,9%) e pardos (62,4%) com índices muito semelhantes, enquanto o grupo branco tem 48,1%. Por fim, os estratos quatro, cinco e seis, que correspondem aos trabalhadores não manuais, qualificados e urbanos, têm a sua maior representação no grupo de cor branca com 29,2%, enquanto os grupos de cor pretos e pardos ficam com uma representação bem menor, 15,4% e 17,3%, respectivamente. Essas informações serão aprofundadas no cruzamento das tabelas acima

apresentadas, o que irá possibilitar a análise da mobilidade social dos grupos de cor do Estado do Rio Grande do Sul.

Com as informações apresentadas nas Tabelas 1 e 2, foi possível fazer o cruzamento intergeracional da população pesquisada. Como os dados ocupacionais do pai e do chefe de família estão divididos por grupos de cor, foi necessária, para se fazer a comparação, a elaboração de mais três tabelas, uma para cada um dos grupos de cor (brancos, pretos e pardos), conforme pode ser observado na sequência:

**Mobilidade ocupacional intergeracional dos homens, segundos grupos de cor, 1996 – RS (números absolutos)**

**Tabela 3: Status dos Indivíduos brancos em 1996 - RS (números absolutos)**

Grupo ocupacional atual - Brancos						
Grupo ocupacional do Pai	1 Baixo Inferior	2 Baixo Superior	3 Médio Inferior	4 Médio Médio	5 Médio Superior	6 Alto
1-Baixo Inferior	586	306	352	123	72	35
2-Baixo Superior	17	105	105	73	40	32
3-Médio Inferior	20	103	204	69	55	35
4-Médio Médio	30	65	108	80	54	36
5-Médio Superior	9	17	15	21	20	23
6-Alto	1	14	15	22	27	42

**Tabela 4: Status dos Indivíduos pretos em 1996 – RS (números absolutos)**

<b>Grupo ocupacional atual - Pretos</b>						
<b>Grupo ocupacional do Pai</b>	<b>1 Baixo Inferior</b>	<b>2 Baixo Superior</b>	<b>3 Médio Inferior</b>	<b>4 Médio Médio</b>	<b>5 Médio Superior</b>	<b>6 Alto</b>
<b>1-Baixo Inferior</b>	21	14	12	5	1	0
<b>2-Baixo Superior</b>	2	12	9	2	2	0
<b>3-Médio Inferior</b>	2	11	13	3	4	0
<b>4-Médio Médio</b>	1	8	3	0	0	2
<b>5-Médio Superior</b>	0	0	1	0	0	0
<b>6-Alto</b>	0	0	0	0	0	0

**Tabela 5: Status dos Indivíduos pardos em 1996 – RS (números absolutos)**

<b>Grupo ocupacional atual - Pardos</b>						
<b>Grupo ocupacional do Pai</b>	<b>1 Baixo Inferior</b>	<b>2 Baixo Superior</b>	<b>3 Médio Inferior</b>	<b>4 Médio Médio</b>	<b>5 Médio Superior</b>	<b>6 Alto</b>
<b>1-Baixo Inferior</b>	28	19	16	5	5	2
<b>2-Baixo Superior</b>	1	13	13	1	2	0
<b>3-Médio Inferior</b>	4	13	23	8	1	0
<b>4-Médio Médio</b>	0	8	4	4	0	0
<b>5-Médio Superior</b>	2	1	0	0	0	0
<b>6-Alto</b>	0	0	0	2	1	0

As Tabelas 3, 4 e 5, apresentadas por cor do indivíduo, em termos absolutos, possibilitam visualizar a posição ocupacional do pai, ao mesmo tempo em que se observa a ocupação do filho e é base de dados pela qual se verifica a mobilidade intergeracional.

Dessa visualização simultânea, foi possível construir as Tabelas 6, 7 e 8, agora com os dados percentuais, o que permitiu a análise da mobilidade social:

**Mobilidade ocupacional intergeracional dos homens, segundos grupos de cor, 1996 – RS (percentuais)**

**Tabela 6: Status dos indivíduos brancos em 1996 - RS (percentuais)**

Grupo ocupacional atual – Brancos %							
Grupo ocupacional do Pai	1 Baixo Inferior	2 Baixo Superior	3 Médio Inferior	4 Médio Médio	5 Médio Superior	6 Alto	
1-Baixo Inferior	20,0	10,5	12,0	4,2	2,5	1,2	50,3
2-Baixo Superior	0,6	3,6	3,6	2,5	1,4	1,1	12,7
3-Médio Inferior	0,7	3,5	7,0	2,4	1,9	1,2	16,5
4-Médio Médio	1,0	2,2	3,7	2,7	1,8	1,2	12,7
5-Médio Superior	0,3	0,6	0,5	0,7	0,7	0,8	3,6
6-Alto	0,0	0,5	0,5	0,7	0,9	1,4	4,1
	22,6	20,8	27,3	13,2	9,1	6,9	100,0

**Tabela 7: Status dos indivíduos pretos em 1996 – RS (percentuais)**

Grupo ocupacional atual – Pretos %							
Grupo ocupacional do Pai	1 Baixo Inferior	2 Baixo Superior	3 Médio Inferior	4 Médio Médio	5 Médio Superior	6 Alto	
1-Baixo Inferior	16,4	10,9	9,5	3,5	0,7	0,0	41,0
2-Baixo Superior	1,9	9,0	7,1	1,4	1,6	0,0	21,0
3-Médio Inferior	1,9	8,2	10,1	2,3	3,1	0,3	26,0
4-Médio Médio	0,9	5,9	2,4	0,3	0,3	1,3	11,2
5-Médio Superior	0,0	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0	0,7
6-Alto	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,3
	21,1	34,0	29,9	8,0	5,8	1,6	100,0

**Tabela 8: Status dos indivíduos pardos em 1996 – RS (percentuais)**

Grupo ocupacional atual – Pardos %							
Grupo ocupacional do Pai	1 Baixo Inferior	2 Baixo Superior	3 Médio Inferior	4 Médio Médio	5 Médio Superior	6 Alto	
1-Baixo Inferior	15,9	10,6	9,1	2,8	2,7	0,9	42,1
2-Baixo Superior	0,7	7,0	7,5	0,5	1,3	0,0	17,0
3-Médio Inferior	2,0	7,1	12,9	4,2	0,5	0,3	27,0
4-Médio Médio	0,3	4,5	2,2	2,2	0,3	0,0	9,4
5-Médio Superior	1,4	0,8	0,3	0,0	0,3	0,0	2,6
6-Alto	0,0	0,3	0,3	0,9	0,5	0,0	1,9
	20,2	30,2	32,2	10,7	5,5	1,2	100

Os dados na diagonal das tabelas, em vermelho, de cada grupo de cor, indicam os indivíduos que mantiveram a mesma situação ocupacional do pai; já os números apresentados em preto, na parte superior à linha diagonal, correspondem aos indivíduos que tiveram uma ascensão frente à situação ocupacional do pai; e, por fim, nos dados apresentados abaixo da linha diagonal, em azul, estão os indivíduos que tiveram um descenso em relação à situação ocupacional do pai.

A somatória de cada bloco de valores de dados (em vermelho, em azul e preto) para cada grupo de cor indica o percentual do tipo de cada mobilidade. Assim, foi possível realizar a comparação entre os diferentes grupos de cor do tipo de mobilidade do chefe de família em relação à ocupação de seus pais. As três últimas tabelas sintetizam, em uma só, o resultado (ascendente, descendente ou imóvel):

**Tabela 9: Mobilidade ocupacional intergeracional dos homens, segundos grupos de cor, 1996 – RS (percentuais)**

<b>Tipo de mobilidade</b>	<b>Branços %</b>	<b>Pretos %</b>	<b>Pardos %</b>
<b>Ascendente</b>	48,3	42,0	40,7
<b>Imobilidade</b>	35,4	35,8	38,3
<b>Descendente</b>	16,4	22,2	21,3

A Tabela 9 foi construída por meio da soma de cada uma das possibilidades de mobilidade das Tabelas 6, 7 e 8, ou seja, no caso do grupo branco, a soma dos números da Tabela 6, realçados em preto, resultou em 48,3%, em relação a todos os brancos; do mesmo modo que a soma, na tabela de mobilidade dos brancos, de todos os números realçados em vermelho, totalizou 35,4%; cabendo o mesmo procedimento aos que descenderam, cuja soma atingiu 16,4%, de todos os brancos. Para cada um dos outros grupos de cor, foi feito o mesmo procedimento.

Ao analisar os dados da tabela acima, sobre a mobilidade para o Rio Grande do Sul, podemos observar que os brancos tiveram o maior índice de mobilidade ascendente (48,3%) em relação aos demais grupos de cor; os pardos foram os que apresentaram maior índice de imobilidade (38,5%); e os pretos, o maior índice de descenso (22,2%) em relação aos demais grupos de cor.

O grupo de cor branca concentra (Tabela 6) o maior índice de imobilidade no estrato um – baixo inferior (20,0%). Assim, os pequenos agricultores brancos, com baixa escolaridade, tendem a manter os seus filhos nessa situação. Ao mesmo tempo, esse grupo de cor também concentra o maior número de indivíduos nos estratos quatro – médio - (21,9%); cinco - médio superior - (1,4%); e seis – alto (1,7%); estratos que correspondem os níveis de escolaridade, renda e ocupação mais elevados da sociedade.

Pode-se observar, em primeiro lugar, que há, no Rio Grande do Sul, uma significativa mobilidade ascendente dos brancos em relação aos demais grupos

de cor, a ponto de quase metade dos brancos terem uma mobilidade ascendente. Quanto à imobilidade, os três grupos de cor têm os índices muito semelhantes e, de certa maneira, pequeno, em torno dos 37 %, o que significa que a maioria dos grupos de cor tem uma grande mobilidade; dificilmente os filhos mantêm a ocupação paterna. Porém, o que chama atenção é a grande tendência de descenso dos grupos de cor pretos e pardos em relação aos brancos, dados que reafirmam a questão da desigualdade racial no Estado e a expectativa de uma mobilidade negativa. Tal situação aponta para uma intensificação da mesma tendência, levantada por Nelson do Valle da Silva (2000), para o Brasil, que também observou uma maior mobilidade racial ascendente do grupo da cor branca. Ao se comparar a evolução de cada grupo de cor, essa situação também se repete dentro dos estratos ocupacionais com pequenas diferenças entre o índice nacional frente ao estadual.

No caso do Brasil, apesar de os brancos terem índices maiores de ascensão, pretos e pardos não têm um descenso tão grande como no caso do Rio Grande do Sul:

**Tabela 10 - Mobilidade ocupacional intergeracional dos homens, segundo grupos de cor, 1996 – Brasil (percentuais)**

<b>Tipo de mobilidade</b>	<b>Brancos %</b>	<b>Pretos %</b>	<b>Pardos %</b>
<b>Ascendente</b>	52,5	43,9	45,5
<b>Imobilidade</b>	33,1	42,6	42,4
<b>Descendente</b>	14,4	13,5	12,1

Fonte: PNAD 96, construída por Nelson do Valle Silva

Podemos perceber que os índices de mobilidade descendente do Brasil são muito semelhantes, entre os três grupos, próximo dos 13%, com uma pequena margem para o grupo branco, que apresenta maior número de indivíduos em descenso.

No caso do Rio Grande do sul, além de a mobilidade ascendente ser menor que a dos brancos, existe uma tendência ao descenso, atingindo índices bem maiores que as do nacional. Enquanto no Brasil os pretos e os pardos estão próximos aos 13%, no Rio Grande de Sul atingem o índice de 22% (Tabela 9). Além disso, no caso gaúcho, os grupos de cor preto e pardo não têm muitos representantes nos últimos estratos das Tabelas 7 e 8, principalmente acima do nível 4, o que mostra um fenômeno da existência de uma linha de impedimento, ou seja, uma “barreira”, um obstáculo à ascensão social dos grupos de cor pardos e pretos, acima de determinado estrato social, o que pode ser visualizado nas tabelas anteriores, em que esses grupos não apresentam, estatisticamente, representantes nos estratos 5 e 6, dos níveis ocupacionais.

Nelson do Valle Silva (2000:24), na análise dos processos de mobilidade social do Brasil, em que compara os dados das PNADs dos anos de 1973 e 1996, evidencia a dificuldade de romper a barreira entre os estratos manuais e não manuais, principalmente nos centros urbanos, o que, para o autor, parece configurar uma barreira de classe. No caso dos grupos de cor pretos e pardos do Rio Grande do Sul na PNAD de 1996, esta tendência ganha certa magnitude.

Para propiciar uma análise mais detalhada da mobilidade, por nível ocupacional dos chefes de família, utilizou-se a tabela dos fluxos de saídas dos indivíduos dos grupos ocupacionais, desses chefes, com o objetivo de comparar a mobilidade, entre os indivíduos de cada grupo de cor, e verificar as variações da mobilidade e as desigualdades sociais dentro do mesmo grupo:

Tabela 11:

Fluxos de saída dos grupos ocupacionais – PNAD 96 - RS(percentuais)

Grupo ocupacional Pai	Cor	Grupo ocupacional atual %					
		1	2	3	4	5	6
1	Branco	39,8	20,8	23,9	8,4	4,9	2,4
	Preto	39,9	26,6	23,1	8,6	1,7	0,0
	Pardo	37,8	25,3	21,6	6,6	6,5	2,2
2	Branco	4,6	28,3	28,3	19,5	10,9	8,5
	Preto	9,0	42,8	33,8	6,6	7,8	0,0
	Pardo	4,0	41,3	44,3	3,0	7,4	0,0
3	Branco	4,1	21,2	42,0	14,3	11,3	7,2
	Preto	7,3	31,4	39,0	9,0	12,1	1,3
	Pardo	7,5	26,2	47,9	15,7	1,9	0,9
4	Branco	8,0	17,4	29,1	21,5	14,4	9,6
	Preto	8,7	53,9	22,4	0,0	3,2	11,9
	Pardo	2,7	47,9	23,4	23,4	2,7	0,0
5	Branco	8,3	16,2	14,0	20,2	19,4	22,1
	Preto	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0
	Pardo	52,0	28,8	9,6	0,0	9,6	0,0
6	Branco	0,8	11,5	12,1	18,1	22,4	35,1
	Preto	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0
	Pardo	0,0	13,0	13,0	48,1	25,9	0,0

Nota: valores percentuais de cada linha totalizando 100%.

A partir desses dados, pode-se afirmar que a ascensão ou a estabilidade dos grupos pardos e pretos ocorre em ocupações que não exigem uma grande qualificação profissional ou escolaridade, apresentando poucos representantes nos níveis cinco e seis da tabela.

A ascensão dos pretos e pardos concentra-se, principalmente, nos estratos 2 e 3; e a partir do estrato 3, tendem a não manter o estrato ocupacional do pai. Nota-se que os estratos 1 e 2 têm, como principais características, ocupações em que predominam trabalhadores rurais e trabalhadores urbanos não

qualificados. Por fim, a principal característica, observada na mobilidade do Rio Grande do Sul, foi a quase inexistência estatística de representantes pardos e pretos no estrato 6, a partir dos pais do estrato 5 e 6, esses filhos têm por característica abranger profissionais de nível médio e superior, urbanos e qualificados. Já no caso do grupo de cor preta, há poucos filhos representantes em todos os estratos, o que mostra que, nesse grupo, poucos pais ultrapassam o estrato 4 e a barreira não é intergeracional. Já a tendência da dificuldade de manter ou ascender de estrato ocupacional, pelos brancos, concentra-se mais nos estratos 4, 5 e 6. Até o estrato 3 a ascensão do grupo branco é sempre maior que o *status* ocupacional do pai. A partir do estrato 4 é que os filhos encontram maior dificuldade em superar o nível ocupacional do pai.

Por serem estratos mais elevados da tabela, os filhos têm dificuldade em ultrapassar o *status* ocupacional do pai. Cabe ainda salientar que, apesar desta dificuldade, esse grupo apresenta índices de ascensão ou permanência nos estratos superiores da tabela acima que os grupos pretos e pardos.

Pode-se concluir que, apesar de os três grupos de cor apresentarem um comportamento muito próximo quanto à imobilidade, o grupo branco leva uma vantagem na ascensão; e pretos e pardos têm um maior descenso que os brancos. Existe, além disso, uma dificuldade a mais para os pardos e pretos em ultrapassar determinado limite de ascensão social. Mais que desigualdade entre os grupos de cor, esses dados apontam para a impossibilidade de mobilidade desse grupo a partir de um limite, principalmente no estrato 6, em que encontramos poucos representantes negros (pretos e pardos) dentro da organização social gaúcha.

Assim, para que se tenha uma dimensão da existência de uma “barreira social” para os pretos e pardos aos estratos mais altos da classificação social do Estado do Rio Grande do Sul, é necessário levantar outros dados além da PNAD.

Uma variável importante para dimensionar a questão da “barreira social” são os dados educacionais do nível superior, graduação e pós-graduação. No censo

de 2000, levantado pelo IBGE, quatro anos depois da PNAD 96, foram tabulados os dados referentes às pessoas com mais de 25 anos de idade: primeiramente os que possuem pós-graduação e, depois, os que terminaram a graduação, no Estado do Rio Grande do Sul, o que é uma variável importante para garantia de um *status* mais alto na sociedade, conforme estão apresentados na tabela a seguir:

**Tabela 12:**

<b>Pessoas de 25 anos ou mais de idade por nível educacional concluído, cor ou raça - Brasil / RS – 2000</b>			
<b>Nível educacional concluído = Superior - mestrado ou doutorado</b>			
<b>Ano = 2000</b>			
<b>Brasil, Unidade da Federação</b>	<b>Cor ou raça</b>	<b>Variável</b>	
		<b>Pessoas de 25 anos ou mais de idade (Pessoas)</b>	<b>Pessoas de 25 anos ou mais de idade (Percentual)</b>
<b>Brasil</b>	<b>Total</b>	302.043	100,0
	<b>Branca</b>	261.057	86,4
	<b>Preta</b>	5.532	1,9
	<b>Amarela</b>	5.823	2,0
	<b>Parda</b>	27.864	9,2
	<b>Indígena</b>	701	0,2
	<b>Sem declaração</b>	1.067	0,3
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>Total</b>	20.901	100,0
	<b>Branca</b>	20.180	96,5
	<b>Preta</b>	286	1,3
	<b>Amarela</b>	78	0,4
	<b>Parda</b>	246	1,2
	<b>Indígena</b>	34	0,2
	<b>Sem declaração</b>	77	0,3

Fonte IBGE: Censo Demográfico 2000.

A Tabela 12 mostra que o número de pretos (1,3%) e pardos (1,2%) que têm pós-graduação é muito menor que o número de brancos que obtiveram esse título (96,5%), dentro do Rio Grande do Sul. Se forem comparados os mesmos índices para o Brasil, o número de pretos e principalmente pardos, no Rio Grande do Sul, também leva desvantagem em relação aos mesmos grupos raciais, para os índices brasileiros. A relação proporcional de pretos, pardos e brancos que possuem o título de pós-graduação, também, não corresponde à proporção da população residente, por cor, no Estado, respectivamente 5,17%, para os pretos; 7,48%, para os pardos; e, 86,5%, para os brancos, são dados do censo IBGE 2000. Além disso, o número de pós-graduandos brancos (20.180) corresponde a 0,2% do total da população do mesmo grupo de cor para o Estado (8.817.727), já a soma de pós-graduandos pretos e pardos (532) corresponde a 0,04 % da população desses mesmos grupos de cor para o Rio Grande do Sul (1.289.505) no ano de 2000. Do que se conclui que o número de pós-graduandos brancos é três vezes maior que o número de negros que tiveram esse mesmo percurso em relação à população total.

Essa tendência é reproduzida também nos dados de graduação levantados pela pesquisa censitária do IBGE, apresentada na tabela a seguir:

Tabela 13:

<b>Pessoas de 25 anos ou mais de idade por nível educacional concluído, cor ou raça e grupos de idade</b>			
<b>Nível educacional concluído = Superior - graduação</b>			
<b>Ano = 2000</b>			
<b>Brasil, Unidade da Federação</b>	<b>Cor ou raça</b>	<b>Variável</b>	
		<b>Pessoas de 25 anos ou mais de idade (Pessoas)</b>	<b>Pessoas de 25 anos ou mais de idade (Percentual)</b>
<b>Brasil</b>	<b>Total</b>	5.485.710	100,0
	<b>Branca</b>	4.531.679	82,6
	<b>Preta</b>	118.316	2,2
	<b>Amarela</b>	126.866	2,3
	<b>Parda</b>	680.456	12,4
	<b>Indígena</b>	7.051	0,1
	<b>Sem declaração</b>	21.341	0,4
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>Total</b>	391.026	100,0
	<b>Branca</b>	376.444	96,3
	<b>Preta</b>	6.279	1,6
	<b>Amarela</b>	585	0,1
	<b>Parda</b>	6.797	1,7
	<b>Indígena</b>	277	0,1
	<b>Sem declaração</b>	643	0,2

Fonte IBGE: Censo Demográfico 2000.

Os dados da Tabela 13 reafirmam a disparidade entre brancos e negros (pretos e pardos), e se forem comparados com os dados da pós-graduação, é possível verificar que no Rio Grande do Sul o número de indivíduos pretos (1,6%) e pardos (1,7%) que terminaram a graduação é muito inferior que os brancos que totalizam 93,3% dos grupos restantes. Se forem comparados com a população

do Estado no ano de 2000, o número de graduandos formados do grupo de cor branca (376.444) representa 4,2% do total da população dessa mesma cor no estado (8.817.727), já a soma de pretos (13.076) representa 1,0% do total da população destes dois grupos de cores (1.289.505) no ano de 2000. Na comparação, o número de brancos que terminaram a graduação é quatro vezes superior ao número de negros no Rio Grande do Sul. Esses dados mostram que, como já foi apresentado na tabela anterior, a desigualdade da proporção da escolaridade do nível superior entre brancos e negros no Estado é enorme.

Assim, a quase inexistência de representantes negros nos estratos 5 e 6 do quadro de mobilidade pode ser explicada pelo componente educacional, e o capital herdado não é reconvertido em capital adquirido. No Rio Grande do Sul, o negro não entra na disputa social, e fatores de marca, tais como sexo e raça, determinam práticas que correspondem às propriedades de classe. Segundo Bourdieu:

*“(...) uma classe define-se no que ela tem de mais essencial pelo lugar e valor que atribui aos dois sexos e a suas disposições socialmente construídas. Eis o que faz com que, por um lado, o número de maneiras de realizar a feminilidade corresponda ao número de classes e de frações de classe; e, por outro, no seio das diferentes classes, a divisão entre sexos assumam formas completamente diferentes, tanto nas práticas quanto nas representações” (Bourdieu – 2007: 102)*

No trecho acima, a mesma discussão para a questão de gênero, pode ser estendido para o fator cor da pele, que também irá interferir na construção da classe. Não é coincidência que determinadas profissões, consideradas mais baixas, estão vinculadas tanto às mulheres quanto aos negros e, no caso gaúcho, esses últimos também tenham dificuldade em almejar outras profissões diferentes daquelas que estão vinculadas à força física e ao trabalho desqualificado.

No caso do Rio Grande do Sul, a marca racial garante o impedimento ao acesso do negro à recursos educacionais e mantém a raridade relativa dos diplomas só para a parcela branca da população gaúcha.

Esses dados educacionais (Tabelas 12 e 13) reforçam a idéia da existência da barreira social para pretos e pardos no Estado, pois somente o grupo de cor branca tem acesso aos diplomas de pós-graduação, o que deixa os negros (pretos e pardos) na desvantagem na disputa pelos diplomas, reduzindo as possibilidades de ascensão social desse grupo somente para os níveis não especializados dos estratos sociais.

Nesse sentido, a análise dos microdados da PNAD 96, na perspectiva da mobilidade social de pretos e pardos, demonstra a existência de uma barreira social encontrada pelos negros do Rio Grande do Sul nos estratos ocupacionais mais altos da sociedade gaúcha; somado a isto, os dados do IBGE, sobre o número de pós-graduando e graduandos no Estado reafirmam a discussão sobre a situação desigual entre negros e brancos dentro da sociedade de classes, feita por Florestan Fernandes na década de 50, em São Paulo. Passado mais de meio século, a situação do negro pouco se alterou. Segundo Carlos Antonio Costa Ribeiro (2007), ao analisar a questão da mobilidade social no Brasil no período de 1973 a 1996, chegou-se às mesmas conclusões de Florestan Fernandes quanto à desigualdade no Brasil, isto é, que apesar do desenvolvimento industrial do país, preservou-se, na sociedade de classes, as distâncias e barreiras sociais da antiga sociedade patrimonial. Assim, o processo de urbanização e industrialização não apagou as características da sociedade escravocrata e agroexportadora, herdando grandes contrastes e desigualdades sociais.

Para Florestan, a integração do negro na sociedade de classes competitiva, no Brasil, não se complementou. A marca (*status* atribuído) inviabilizou a aquisição de capital cultural, educacional, econômico, capaz de colocá-lo em situação de igualdade de oportunidade. Segundo o autor:

*“(...) as estruturas da sociedade de classes não conseguiram, até o presente, eliminar normalmente as estruturas pré-existentes na esfera das relações raciais, fazendo com que a ordem social competitiva não alcancem plena vigência na motivação, na coordenação e no controle de tais relações” (Fernandes, 1965: 392).*

Segundo Fernandes, mais que um problema social, esse padrão de desenvolvimento social perpetua a concentração racial de renda, de prestígio social de poder político. O que também é reafirmado por Jessé Souza (2006), na discussão da invisibilidade da desigualdade brasileira. Nesse sentido, a dominação social, no Brasil, acaba naturalizando a desigualdade, e possibilitando que uma classe inteira de indivíduos tenha acesso, em detrimento de outras, aos recursos escassos disponibilizados dentro da sociedade brasileira. Apesar de o autor trabalhar a desigualdade sem levar em conta a questão da cor, considera a desigualdade frente aos marginalizados de maneira geral.

Ao se pensar a linha de impedimento ou barreira social apontada na PNAD 96 para pretos e pardos, negros, nos estratos 5 e 6, como a impossibilidade de mobilidade intergeracional às ocupações mais prestigiadas pela sociedade gaúcha, dificilmente os pais pretos e pardos investirão na carreira do filho, sabendo que não existe na sociedade a possibilidade de ascensão depois de determinado patamar social; mais do que a desigualdade social, há a desigualdade de expectativa na ascensão social, pois todos os representantes da elite têm a cor branca.

Nessa mesma direção, dos Anjos evidencia a análise do número de negros nos cursos de pós-graduação do Rio Grande do Sul. Apesar da ampliação e diversificação dos cursos de pós-graduação no Brasil, a inserção de negros nesses cursos continua discreta, o que expõe a dificuldade de essa população ascender socialmente. Segundo o autor, a família negra sabe que o grande investimento em educação nas séries iniciais não irá reverter em possibilidade de seu filho entrar em uma universidade e conseguir um emprego diferente

daquele possível para uma pessoa negra. Isso porque há uma desigualdade na possibilidade de expectativa de ascensão social e não somente uma desigualdade de renda. Para dos Anjos, a cor da pele tem um papel importante enquanto capital simbólico e essa dimensão não pode ser desprezada como um princípio de subestimação de indivíduos negros na competição do mercado. Nesse caso, aponta a dificuldade dos não brancos nas esferas mais institucionalizadas como o campo dos profissionais liberais, universidade e profissões vinculadas à elite intelectual, não possibilitando ao negro a criação de uma rede de influência, que crie canais de absorção dentro das mesmas. A interdição dá-se em dois níveis: primeiramente, no nível das exigências de volume de capital agregadas ao direito ao ingresso; e, em segundo lugar, a cor da pele, dentro do funcionamento das interações sociais mais delicadas, funciona como de forma de gerar expectativas negativas. Assim, para o autor:

*“(...) poderíamos dizer que a sociedade brasileira conforma aos dominantes um habitus racista que se expressa sobretudo, nos momentos de seleção para cargos e funções dos espaços sociais mais institucionalizados. (...) Mais ainda do que a ausência de capital econômico, cultural e social, as trajetórias negras carregam uma herança (negativa) que se reproduz continuamente, a qual é o destino na forma como ele é socialmente construído e incorporado”( Anjos, 2008: 21).*

Conforme a afirmação acima, a possibilidade de uma estratégia de reconversão de capitais para garantia de uma mobilidade ascendente fica comprometida, dado que os capitais simbólicos são negativos.

Nesse sentido, é necessário investigar, nas trajetórias dos indivíduos negros, as relações estratégicas que pais e filhos utilizaram para garantir a reprodução ou mobilização dos capitais sociais disponíveis, que vão desde a migração de áreas rurais para urbanas, como também as possibilidades educacionais disponíveis para o grupo e as redes de influência na escolha de determinadas ocupações na vida profissional.

## CAPÍTULO 3

### Negro em Pelotas

No capítulo anterior ficou demonstrada quantitativamente a existência de uma barreira social na sociedade gaúcha que quase impossibilita a mobilidade social de pretos e pardos aos níveis mais altos da escala social; mais ainda comprova a desigualdade social entre brancos e negros no Rio Grande do Sul. Os dados da PNAD 96, mostram a grande dificuldade de uma mobilidade ascendente de grande parcela da população negra, além da dificuldade em ter acesso a determinadas ocupações, principalmente aquelas que exigem um capital social, educacional, econômico que garanta sua reprodução. Assim, neste capítulo, é necessário aprofundar *o modus operandi* do racismo. Para tanto, tomarei como foco os herdeiros da categoria profissional em que a massa negra pós-escravidão melhor se inseriu no mundo do trabalho, no caso, os trabalhadores portuários de Pelotas, para depois entender as formas pelas quais esses trabalhadores conseguiram ou não transferir para seus filhos os capitais sociais construídos.

Além disso, é importante explicitar como se dá a invisibilização do negro com a simultânea discriminação. Nesse sentido, é necessário aprofundar o entendimento da discussão sobre raça e classe, ou os mecanismos dos esquemas classificatórios de classe.<sup>1</sup>

O processo de modernização dos portos, nos anos 90, acarretou mudanças econômicas e sociais, cujos desdobramentos ainda podem ser observados até hoje. A partir do processo de modernização do Porto de Rio Grande, houve uma grande queda no movimento do Porto de Pelotas, refletindo aí na diminuição da geração de empregos, obrigando os arrumadores portuários a prestarem serviço de maneira precária a outros setores da economia pelotense, principalmente na indústria do arroz. Nessa nova situação, esses

---

<sup>1</sup> Bourdieu salienta: “a classe objetiva não deve ser confundida com a classe mobilizada, conjunto de agentes reunidos com base na homogeneidade das propriedades objetivadas ou incorporada que definem a classe objetiva, tendo em vista a luta destinada a salvaguardar ou modificar a estrutura da distribuição das propriedades objetivadas” (Bourdieu – 2007: 514, nota 6).

trabalhadores ocupam postos de trabalho totalmente desqualificados e precários.

Muito se tem discutido sobre os impactos da modernização e da globalização na economia e na sociedade, mas poucos são os estudos que analisam esses reflexos sobre a trajetória dos negros no Rio Grande do Sul, como já foi levantado na introdução. Os debates sobre a modernização normalmente estão vinculados à questão do desenvolvimento, e de vertentes, mais meritocráticas, que tratam a desigualdade racial como uma questão competitiva e de acumulação de *status* adquirido, não levando em conta a questão da discriminação racial.

A hipótese de trabalho desta pesquisa é a existência da discriminação e da inclusão ou exclusão de um grupo social. A pobreza, vinculada às populações negras, não é um resultado apenas dos acúmulos de desvantagens de sua trajetória histórica pós-escravidão, mas também de princípios racistas de seleção social, a qual impede a possibilidade de oportunidades iguais para ascensão social dos negros. Além de a pobreza ser muito maior entre a população negra, os dados do Capítulo 2 evidenciam indícios de adscrição, tanto na composição de classe bem como na mobilidade social negativa. Assim, o fator cor da pele tem tanta importância quanto a escolaridade, a renda e a ocupação sócio-profissional e interferirá de sobremaneira nas possibilidades de mobilidade social ou nas possíveis estratégias de reconversão.

A população negra do Rio Grande do Sul, formada por indivíduos da cor preta e parda, enfrentou maior dificuldade para ascender dentro da estrutura social gaúcha que o grupo de cor branca, principalmente para além de um determinado patamar que exige maior investimento educacional. O que vai confinar parte dessa população em determinado *locus* social do trabalho desqualificado e informal. Tal situação contribuiu para uma espécie de interdição do negro nos estratos superiores da sociedade e criou o que podemos chamar de teto de vidro dentro da pirâmide social, em que os indivíduos negros “podem observar” os brancos transitar acima de sua condição social, frustrando a expectativa de ascensão social e qualquer

estratégia de reconversão de capitais, sejam eles sociais, culturais ou econômicos.

Todos os números apresentados no capítulo anterior, sobre a análise da mobilidade social do negro, foram retirados da PNAD 1996 para o Estado do Rio Grande do Sul. O desafio decorrente do caráter provisório da variável mobilidade induz a prosseguir na análise da tendência desses resultados até os dias de hoje.

Para isso, a grande dificuldade reside na falta de continuidade da coleta de informações sobre o pai dos chefes de família, uma vez que, após a PNAD 96, o tema mobilidade não foi mais pesquisado. Por outro lado, tal continuidade dos dados quantitativos só reforçaria ou não a continuidade das generalizações obtidas pela PNAD, não trazendo ângulos diferentes das correlações entre discriminação e mobilidade que o estudo qualitativo pode explicitar. Assim, optou-se por também desenvolver uma análise qualitativa a partir de um estudo de caso com os trabalhadores portuários de Pelotas.

A proposta deste estudo é também verificar se a tendência de mobilidade negativa para os negros (pretos e pardos) em termos intergeracionais, observada nos dados da PNAD de 1996, para o Estado, pode ser observada na trajetória de vida de uma categoria profissional em termos de reconversões de capitais, herdadas ou propiciadas aos seus filhos. O desafio para esta pesquisa será trabalhar com outras variáveis para além da PNAD, em uma perspectiva qualitativa. Assim, neste capítulo, ao invés de fazer a comparação geracional (pai – filho), será trabalhado um grupo ocupacional, em sua trajetória de vida, investigando as diferentes estratégias usadas para garantir a sua colocação dentro da estrutura de classes. Tal procedimento, além de possibilitar a observação da trajetória histórica dos chefes de família, também permitirá trabalhar a desigualdade e a mobilidade entre os grupos de cor. Mais do que investigar a mobilidade geracional, quantificando a ascendência ou descendência em números, a proposta é dimensionar, a partir da trajetória de vida dos entrevistados, as formas de reconversão de capitais sociais. Principalmente analisar de que maneira a capacidade de mobilizar este capital

deu-se em diferentes períodos históricos e com diferentes categorias ocupacionais que podem ser identificadas como vinculadas ao grupo racial negro.

O estudo das trajetórias dos indivíduos, desenvolvido nesta pesquisa, faz uso do método biográfico ou da história de vida, segundo Marre (1991). Essa visão tem a perspectiva de reconstruir as histórias de vida, levando em conta a descontinuidade. Cada história contém a presença de relações básicas e complexas sobre o grupo, a sociedade e o indivíduo. O objetivo da história de vida é reconstruir a partir de uma totalidade sintética do discurso do indivíduo, a experiência humana vivida em grupo e de maneira universal.

Nesse sentido, para se chegar ao geral, através de histórias de vidas singulares, é necessário captar como cada indivíduo interpreta, de modo singular, cada evento vivido, comum a todo grupo. Assim, pode ser observado como esse comum é vivido de maneira singular. Dessa maneira trabalham-se os dois movimentos: a interação e a apropriação.

A proposta da metodologia é traduzir, dentro da trajetória de vida, as diferentes estratégias e capacidade do grupo em interferir na sua trajetória ocupacional e mobilidade social, evitando, assim, uma objetivação dos atores sociais e decifrando as diferentes racionalidades, intencionalidades, das lógicas de engajamento da ação dos indivíduos durante a sua trajetória. Isso possibilita uma sociologia das diferentes gramáticas, das denúncias, das buscas dos princípios, das justificativas.

Assim, através desta metodologia, é possível analisar as diferentes estratégias dos atores na garantia de determinados interesses, instrumentalização do uso e espaço de mobilização dentro da rede.

Nesse sentido, foi necessário, por um lado, acompanhar os efeitos das trajetórias coletivas sobre as individuais, através da matriz de mobilidade, mas, de outro, também é indispensável observar os desvios das histórias individuais sobre as coletivas, pensando-se a questão da formação da classe e sua

reprodução. Na visão de Bourdieu, esse ponto é importante e o autor critica os que tratam o tema com substancialismos:

*“A análise torna-se complicada pelo fato de que determinados membros de uma fração de classe podem ter empreendido uma trajetória individual de sentido oposto à da fração em seu todo: apesar disso, suas práticas não deixam de estar marcadas pelos destinos coletivos (...)” (Bourdieu,2007: 106).*

Tal questão fortalece a associação das duas metodologias, qualitativas e quantitativas, aqui utilizadas.

Além disso, a PNAD só pode ser trabalhada para o Estado e para as regiões metropolitanas, pois a amostragem populacional, abaixo de 1 milhão de habitantes, não é fidedigna na sua representatividade. A desigualdade racial nos municípios de Pelotas não pode ser trabalhada através do modelo de mobilidade social baseado nesses dados.

Se a análise da mobilidade do negro no Rio Grande do Sul, a partir dos microdados da PNAD 96, feita no capítulo anterior, possibilitou dimensionar a situação da população negra no Estado, frente aos processos de adscrição que afetam a capacidade de inserção e mobilidade do negro em uma sociedade democrática, questionando o princípio da igualdade de oportunidades e mostrando que existe uma barreira social para o negro na sociedade gaúcha; porém, essa constatação não possibilita o dimensionamento dos efeitos dessa adscrição no cotidiano dos indivíduos, principalmente em sua trajetória de vida.

Assim, para dar conta dessa questão, esta pesquisa passa a investigar, enquanto estudo de caso, uma categoria profissional cuja composição racial pode ser identificada como negra: os trabalhadores vinculados ao Sindicato dos Arrumadores da cidade de Pelotas, na perspectiva de compreender o impacto das manifestações adscritivas nas vidas deles nessa cidade. No primeiro momento deste estudo, será pesquisada a vida dos trabalhadores portuários aposentados, que vivenciaram o auge das atividades do Porto de Pelotas, com o objetivo de acompanhar as diferenças de prestígio entre essas

duas categorias de trabalhadores em diferentes contextos históricos e sociais, e compreender como a relação entre raça e atividades ocupacionais deu-se no passado e efetiva-se no presente.

Além disso, a comparação permite dimensionar a questão da mobilidade social do grupo nos dois períodos e as reconversões de capitais econômicos, sociais e culturais para as gerações posteriores, procurando demonstrar as dificuldades das categorias ocupacionais, que têm uma predominância de indivíduos negros, em garantir a mobilidade ascendente, ou ultrapassar determinada barreira social, como foi demonstrado no capítulo anterior.

Os sindicatos dos portuários e dos arrumadores estão localizados no município de Pelotas, cidade que teve, historicamente, a maior concentração de escravos no Rio Grande do Sul no período escravocrata. Com a abolição, foi necessário construir a transição da mão de obra cativa para a livre. Se esse processo efetivou-se ou não, de qualquer maneira já foi objeto de estudo de outros pesquisadores.

Esse contingente de população negra chegou a representar 30,7% da população total de Pelotas, perfazendo um total de 7.040 negros e mestiços, até a República Velha, caindo depois para 14,6%, o que correspondia a 15.311 pessoas. Até os anos 40 (Loner, 1999), a população manteve-se nesse patamar, que continua até os dias de hoje, como pode ser observado nos dados sobre a variação da população residente, nos anos de 1991 e 2000, por cor, no Estado do Rio Grande do Sul e no município de Pelotas, como mostra a tabela, a seguir:

Tabela 14:

## População residente por cor ou raça – RS / Pelotas - 2001 e 2006

População residente por cor ou raça					
Unidade da Federação, Região Metropolitana e Município	Cor ou raça	Variável X Ano			
		População residente (Pessoas)		População residente (Percentual)	
		1991	2000	1991	2000
Rio Grande do Sul	<b>Total</b>	9.138.463	10.187.842	100,00	100,00
	<b>Branca</b>	7.942.100	8.817.727	<b>86,91</b>	<b>86,55</b>
	<b>Preta</b>	394.038	527.144	<b>4,31</b>	<b>5,17</b>
	<b>Amarela</b>	4.913	9.656	0,05	0,09
	<b>Parda</b>	766.625	762.365	<b>8,39</b>	<b>7,48</b>
	<b>Indígena</b>	14.481	38.718	0,16	0,38
	<b>Sem declaração</b>	16.306	32.232	0,18	0,32
Pelotas - RS	<b>Total</b>	291.100	323.158	100	100
	<b>Branca</b>	247.580	269.097	85,05	83,27
	<b>Preta</b>	21.648	31.172	<b>7,44</b>	<b>9,65</b>
	<b>Amarela</b>	80	457	0,03	0,14
	<b>Parda</b>	20.980	20.395	<b>7,21</b>	<b>6,31</b>
	<b>Indígena</b>	384	977	0,13	0,3
	<b>Sem declaração</b>	428	1.060	0,15	0,33

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1991- 2000

Na tabela acima, pode-se perceber que a soma da população de pardos e pretos do município de Pelotas é maior que a mesma proporção válida para todo o Estado. Esses números resultam do fato de Pelotas ter sido, no século XIX, o centro da chamada “economia subsidiária” - produção de charque destinado ao consumo dos trabalhadores escravos do sudeste do país, principalmente Minas Gerais. Segundo Cardoso, foi “a indústria do charque, todavia, que tornou a exploração do escravo regular e intensa no Rio Grande do Sul” (Cardoso, 2003:77).

Ao se analisar os dados do IBGE de 2000, é possível perceber uma das dimensões sociais, renda. Assim, a partir desses dados, é possível ver a relação entre pobreza e desigualdade racial que continua presente até os dias atuais, conforme pode-se observar nas tabelas sobre a renda dos municípios de Pelotas, na sequência:

**Tabela 15:**

Pessoas de 10 anos ou mais de idade por cor ou raça, sexo, classes de rendimento nominal mensal e grupos de idade						
Município = Pelotas - RS						
Pessoas de 10 anos ou mais de idade						
Ano = 2000						
Classes de rendimento nominal mensal	Branco		Pretos		Pardos	
	Pessoas	%	Pessoas	%	(Pessoas)	%
Até 1 salário mínimo	36.432	16	2.210	19	3.935	24
Mais de 1 a 5 salários mínimos	76.076	34	4.379	37	5.015	31
Mais de 5 salários mínimos	33.009	15	826	7	971	6
Sem rendimento	81.146	36	4.369	37	6.429	39
<b>Total</b>	<b>226.664</b>	<b>100</b>	<b>11.785</b>	<b>100</b>	<b>16.352</b>	<b>100</b>

Elaborado a partir dos dados do IBGE - Censo Demográfico 2000

Nota: Salário mínimo utilizado: R\$ 151,00.

Os números da tabela mostram que grande parte da população negra, os pardos (63%) e os pretos (56%), de Pelotas, não têm rendimento ou estão abaixo de um salário mínimo. Apesar de a pobreza atingir todos os grupos de cor, cabe discutir por que ela atinge com maior intensidade o grupo de pretos e pardos. Nesse sentido, cabe pensar, como esta dificuldade se reflete na

mobilidade social, instrumentalizada através da marca da cor como forma de adscrição.

Se, historicamente, a região sul registrou um grande número de negros, utilizados pela indústria do charque, durante a escravidão, estudos como os de Fernando Henrique Cardoso e de Beatriz Loner mostram que um grande contingente de trabalhadores permaneceu na região e vai se incorporar ao operariado e às categorias de profissionais ligadas ao porto. Essa particularidade torna este estudo um laboratório inédito no Brasil. Aqui o negro, no pós-abolição, não ficou necessariamente excluído do mundo do trabalho.

As informações sobre o número da população residente no Rio Grande do Sul por cor ou raça do censo do IBGE (Tabela 14), confirmam a existência de um contingente significativo de negros no Estado e, proporcionalmente, em maior número no município de Pelotas.

Contudo, a situação do negro em Pelotas é similar à do resto do Brasil. Esse cenário permite testar a possibilidade de que a desigualdade racial atual não tenha relações pertinentes com a impossibilidade de inserção do negro no mundo industrial do trabalho, no pós-abolição. De fato, nesse município, um segmento importante de negros inseriu-se num setor do mercado, dotado de um relativo prestígio para as classes médias em ascensão. Os mecanismos que bloquearam a continuidade de uma ascensão inicial de negros é algo pouco pesquisado, tanto em suas dimensões quantitativas quanto qualitativas.

No caso de Pelotas, a resistência da incorporação do negro à sociedade de classes e a permanência da marca étnica, que dificulta a sua incorporação no mercado de trabalho, não se efetivou, na sua plenitude, depois da abolição. Isso pode ser observado no trabalho de Beatriz Loner (1999), quando analisa a formação da classe operária em Pelotas, no período da República Velha. Loner verificou que grande parte da população negra do extremo sul do Estado, advinda das charqueadas, encontrou problemas para garantir a sua inserção na sociedade competitiva, confirmando a permanência da marca em determinados tipos de trabalho. Em seu trabalho, a autora registra a grande

dificuldade de aceitação dos negros pela sociedade branca e as estratégias para transpor essas barreiras:

*“A situação do negro na República Velha era extremamente débil. Imerso numa sociedade acostumada a tratá-lo como escravo, frágil em seus apoios culturais e econômicos, abandonado quando da abolição pelos seus parceiros brancos, ele teve que pacientemente tecer uma ampla rede de associações, clubes e jornais, que, ao mesmo tempo, organizassem e conscientizassem os elementos da raça negra, dando-lhes respaldo em momentos de crise” (Loner, 1999:26).*

Assim, na visão de Loner, apesar das dificuldades, os negros não aceitaram passivamente a discriminação, uma vez que eles foram capazes de imprimir dinâmica à própria vida e de buscar estratégias para se afirmarem enquanto grupo social, mesmo que esse esforço e luta não tivesse tanta visibilidade.

Nas últimas décadas do Império, uma forma utilizada pelos trabalhadores negros para conseguir em integrar-se na sociedade, tais como artesãos e operários qualificados, era feita através de entidades de amparo e apoio mútuo, que foram criadas para facilitar o acesso a essas profissões.

Nesse período, as principais entidades da sociedade, que apresentava uma forte presença dos grupos negros, eram as associações mutualistas, que podiam ser vinculados a categorias profissionais, tais como a Fraternidade Artística, formada por artesãos negros, ou de cunho social, como a Feliz Esperança. Essas e outras foram criadas por volta da década de 1870, período inicial da campanha abolicionista no país. Por fim, havia, ainda, entidades de cunho religioso, católicas, como a Irmandade da Santíssima Virgem do Rosário.

Mais tarde, com a abolição e a República, irão surgir entidades mistas, com participação de brancos e negros, ligadas às organizações profissionais tais como a Harmonia dos Artistas, entre outras.

Segundo Lorena Gil e Beatriz Loner (2007), as entidades mutualistas continuaram ainda nesse período a expandir-se, principalmente devido ao seu caráter previdenciário, mas aos poucos ocorreu um deslocamento no sentido do fortalecimento das entidades recreativas, que começaram a ampliar suas atividades e formas, surgindo, assim, ao final da primeira década, as primeiras associações esportivas negras, motivadas pelo segregacionismo no esporte, que as levará, no final da década de 10, a criarem uma federação de futebol, a Liga José do Patrocínio, fundada em 10.06.1919, o que também ocorreu em Porto Alegre e Rio Grande. Em Pelotas, ainda foram criadas as associações culturais e carnavalescas, a maioria em 1917, tais como: *Depois da Chuva*, *o Fica Aí pra Ir Dizendo*, *o Chove Não Molha*, *Está tudo Certo* e *o Quem ri de nós tem paixão*. Havia ainda o Clube negro *Fica Aí pra Ir Dizendo* que era considerado da elite negra, no qual era obrigatório o uso de trajés adequados para frequentá-lo.

Assim, no início do século XX, pode se observar o auge da organização negra, através de clubes recreativos, teatrais, carnavalescos, futebolísticos, entidades mutualistas, de assistência às crianças e de representação étnica (LONER, 1999). A rede associativa formada por essa etnia auxiliava a integração de seus membros na sociedade, em termos de construção de relacionamentos, amizades, relações de compadrio e, obviamente, de oportunidades de emprego e casamento, além da preocupação com a questão educacional, em que algumas entidades ofereciam cursos noturnos para os filhos de seus associados. Nesse sentido, a rede propiciou as oportunidades de reconversão dos capitais sociais, econômicos e, principalmente, simbólicos, para a garantia da mobilidade social dos negros livres, na pós-abolição.

Além disso, para Loner, existia uma dupla militância dos trabalhadores negros em Pelotas: de um lado, nas associações operárias e, de outro, nas associações de raça, vinculadas a atividades recreativas, de representação ou beneficente.

A autora analisou o movimento operário em Pelotas, até a década de 30, em que o contingente negro teve uma participação expressiva. Mesmo não sendo

o seu objeto de pesquisa, uma vez que trabalhou a construção da classe operária, ela evidenciou que, no município, a parcela de trabalhadores negros, divididos em diversas categorias, era significativa:

*“Na última década do Império, os escravos eram cerca de 6.000 no município. Com a Abolição e a República, muitos deles permaneceram na região, desenvolvendo as mesmas atividades que anteriormente nas charqueadas e também empregando-se em fábricas, na construção civil e nos trabalhos do porto. Praticamente eles eram encontrados em todo o tipo de trabalho manual, especialmente naqueles mais árduos e estafantes. Diferentemente de seus companheiros brancos, os trabalhadores negros enfrentavam obstáculos maiores à ascensão social, e assim, ao longo do tempo, estiveram presentes em todas as profissões, incluindo os operários de fábricas, chapeleiros, construtores civis, empregados em indústrias de conservas e alimentação, tipografias, etc.” (Loner, 1999:3).*

A pesquisa de Beatriz Loner evidenciou a participação de um significativo contingente de trabalhadores negros na estiva do Porto de Pelotas. Isso mostra que houve uma inserção inicial de ex-escravos para postos de trabalho considerados próprios de uma classe média insurgente, dado que o trabalho portuário, na época, tinha prestígio social. Os depoimentos coletados nesta pesquisa confirmam o reconhecimento desse prestígio social. Alguns arrumadores chegaram a trabalhar no Porto de Pelotas junto à estiva ou tiveram pais ou conhecidos que fazem alusão a um “tempo áureo” da categoria.

A próxima declaração reforça a importância da profissão de estivador, no período. M. afirma que seu pai chegou a trabalhar como estivador e que era uma categoria importante, pois, naquela época, a grande movimentação de cargas do Porto garantia a oferta de serviço. Além disso, era emprego estável e assegurava uma boa aposentadoria. Ele também fala que era só dizer que já tinha trabalhado no porto, para que não precisasse tirar ficha de antecedentes criminais e mostrar que era limpo para conseguir outro emprego.

No trecho acima é possível perceber que a importância dos estivadores dá-se por vários fatores, tanto pelo volume de serviço e a constância do trabalho, como pelo reconhecimento das instituições, principalmente a policial, que reputava a ocupação como lícita. Assim, os portuários não eram considerados malandros ou marginais. Além disso, ter passado pelo Porto garantia novas oportunidades para outros serviços.

Porém, o fato de ser uma profissão valorizada, significava também que ingressar na categoria requeria estar dentro das redes de influência e de ajuda mútua, tais como o clube negro ou de futebol. O próximo depoimento, de JBS, mostra como podia ser frustrante a espera por uma vaga. Conta que seus pais moravam em Canguçu, na região rural e trabalhavam na roça. Seus pais, ao se casarem, abandonaram o campo e vieram para Rio Grande. A mãe passa a trabalhar como doméstica e o pai tenta uma vaga no porto como estivador, sem sucesso. Com o passar do tempo, seu avô, vendo que o pai não conseguia nenhum serviço no porto, veio buscar o casal em Rio Grande e os levou novamente para o campo e voltaram a trabalhar na roça.

De certa maneira esses depoimentos ratificam as afirmações de Loner, sobre a importância de ser operário para a etnia negra, como forma de ascensão social, no início do século XX:

*“Para este grupo, ser operário, embora significasse uma vida difícil e sofrida, ainda era superior à situação de fazedor de biscates, sem profissão definida, mão de obra apenas para tarefas humilhantes, pesadas ou esporádicas, que era o que a sociedade parecia reservar ao grupo. A situação de pária era menos valorizada do que a situação de operário, mesmo que a segunda implicasse em trabalho pesado e pouca remuneração”* (Loner – 1999:8).

Isso mostra que a precariedade, assinalada por Fernando Henrique Cardoso, das formas de incorporação do negro, não foi tão abrangente.

Nessa época, a passagem de escravo para a situação de operário e estivador implicou na ascensão do prestígio do trabalhador na hierarquia social. Essa transformação no *status* do negro charqueador para o operário pode ser enquadrada dentro do processo de reconversão de capitais sociais, para aquilo que Bourdieu classificou, dentro das duas estratégias de reprodução da condição social, como deslocamento transversal:

*“Pelo fato de encontrar-se hierarquizado em suas duas dimensões (...), o espaço social permite duas formas de deslocamentos que, apesar de não terem qualquer equivalência e cuja probabilidade de ocorrência é bastante desigual, são confundidas pelos estudos tradicionais de mobilidade: em primeiro lugar, os deslocamentos verticais, ascendentes ou descendentes, no mesmo setor vertical do espaço, ou seja, no mesmo campo (...); em seguida os deslocamentos transversais, implicando a passagem de um para outro campo, que podem opera-se seja no mesmo plano horizontal (...), seja em planos diferentes. Os deslocamentos mais frequentes são os verticais: pressupõem somente uma modificação do volume na espécie de capital já dominante na estrutura patrimonial(...), portanto, um deslocamento na estrutura da distribuição do volume global de capital que assume a forma de um deslocamento nos limites de um campo específico.(...) Ao contrário, os deslocamentos transversais pressupõem a passagem para um outro campo, portanto, a reconversão de uma espécie de capital para uma outra ou de uma subespécie de capital econômico ou de capital cultural para uma outra,(...) portanto, uma transformação da estrutura patrimonial que é a condição da salvaguarda do volume global do capital e da manutenção da posição na dimensão vertical do espaço” (Bourdieu, 2007:122-123).*

A passagem de trabalho escravo para assalariado é o deslocamento transversal, pois pela primeira vez o negro tem a possibilidade de utilizar os volumes capitais acumulados para se deslocar socialmente. A mudança da condição jurídica do negro na sociedade pós-escravista, como trabalhador livre, possibilita ao ex-escravo incorporar ou reconverter capital econômico para cultural e vice-versa.

Essa passagem do mundo rural para o urbano, ou do cativo para a condição de liberto, em Pelotas, começa a efetivar-se, no caso do Porto, por volta das décadas de 20 e 30 do século XX, período em que se deu a contratação de trabalhadores da estiva por meio do sindicato. Ficaria, então, a interrogação sobre o destino dos ex-escravos do período da abolição até o início do funcionamento do Porto.

Segundo Gutierrez, o processo de urbanização da cidade de Pelotas esteve vinculado à produção de charque e o início desse processo deu-se a partir de 1828, quando foi estabelecido o logradouro público e a tablada, obras que garantiram a construção de infraestrutura da cidade, e que se efetivam somente em 1851. Para a autora:

*“Construiu-se também a infraestrutura, os equipamentos urbanos, estradas e os portos, e realizavam-se obras desobstrução das vias navegáveis. Mantinham-se os edifícios, a infraestrutura urbana, as vias terrestres e fluviais, lacustres e marítimas” (Gutierrez, 2001:175).*

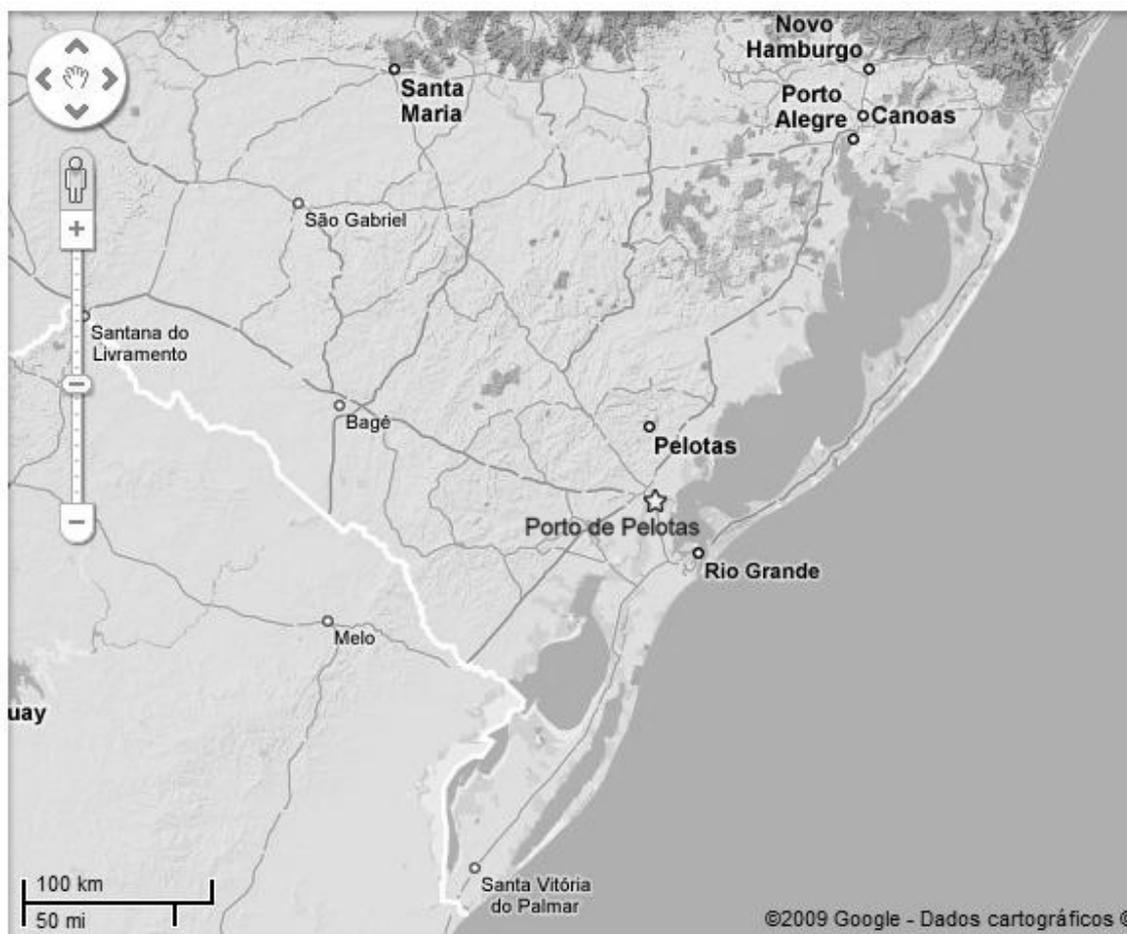
Assim, a planta da cidade de 1835, já apontava a existência do Porto de Pelotas. Apesar das charqueadas terem os seus próprios atracadouros, às margens do Arroio Pelotas, era necessário um porto central da cidade, pois as águas do arroio também serviam para lançar os resíduos das charqueadas, o que dificultava a navegação (Gutierrez, 2001: 169-175).

Além disso, grande parte dos trabalhadores vinculados a navegação, como marinheiros e trabalhadores do Porto, carregadores e estivadores eram escravos de ganho ou libertos que irão desenvolver um trabalho que migrantes ou trabalhadores livres brancos se negam a fazer (Soares, 1988).

No final da década de 1840, havia uma linha regular de vapor, que fazia o trajeto Rio Grande-Pelotas; de Pelotas prosseguia para Porto Alegre, pela Lagoa dos Patos, ou ia para Jaguarão, pelo Canal de São Gonçalo (*O Riograndense*, 1848).

Porém, o estabelecimento oficial do Porto pelo Estado só foi efetivado nas primeiras décadas do século XX, com a autorização do governo federal, para exploração comercial do Porto de Pelotas, em 1928. As obras de construção foram iniciadas em 1933, com o projeto consistindo, essencialmente, em 464 m de cais de atracação e três armazéns. As primeiras operações de movimentação só foram iniciadas a partir 12 de janeiro de 1940, sob a Administração do Porto de Pelotas. (Superintendência de Portos e Hidrovias - sph.rs.gov.br, 2009).

### Mapa I - Porto de Pelotas



Fonte: Google, dados cartográficos 2009.

Assim, anterior ao nascimento oficial do Porto, surge o Sindicato dos Portuários, ligado aos estivadores, criado como categoria em 03.09.1917. Já em 1919, o Sindicato passa a ter a sede na Liga Operária (Loner, 2001:198).

Para resgatar a história do Porto de Pelotas, foram feitas entrevistas com dois portuários aposentados. Os depoimentos resgatam a memória da estiva, a partir da década de 50. Segundo os relatos, até o ano de 1952, o Porto de Pelotas contava com cerca de 200 trabalhadores. A atividade ainda era, naquele momento, uma atividade precária, pois os portuários não tinham carteira assinada e nem direitos trabalhistas, porém já eram institucionalmente reconhecidos desde a criação do Sindicato no final da década de dez. No período de 1958, quando finalmente são concluídas as obras de instalação do Porto, os serviços portuários são interrompidos e somente reiniciados em 1967.

**Figura 1**



Detalhe do Porto de Pelotas

**Figura 2**



Fonte: SPH

Vista aérea do Porto de Pelotas

No final da década de 60, no governo de Leonel Brizola, o Sindicato garante estabilidade e assina as carteiras. Eram somente 60 estivadores. A partir desse período, melhoram as condições de trabalho e salariais.

Esses relatos descrevem diversas situações econômicas diferenciadas pela qual o Porto de Pelotas passou, algumas de prosperidade, outras de crise. Nos anos 50, o Porto teve um grande movimento de mercadorias (cimento, açúcar, ferro, etc). Já na década de 60, principalmente depois do golpe de 64, “o movimento caiu a ponto de, no ano de 1965, não ter um navio atracado no cais”. Já na década de 70 a situação volta a melhorar, com o acordo de Integração Nacional e a vinda do Loyde para Pelotas. A partir desse acordo, o Porto passa novamente a movimentar mercadorias. Segundo esses estivadores, até a década de 80, a atividade portuária era digna e garantia certo prestígio.

Outra evidência da importância e do prestígio da categoria pode ser destacada nos depoimentos e, nos dois casos, os estivadores afirmam que puderam proporcionar aos filhos condições de estudar e terminar a universidade:

***“As filhas estudaram, sim. Uma é engenheira, outra é técnica de enfermagem e tem a outra, que virou secretária na faculdade.” (V. V.)***

***“Tenho dois filhos, um tem 58 anos e outro, 54. Já tenho bisnetos. Os dois se formaram em curso superior: em economia, e o outro é professor de matemática, é advogado” (A.A).***

Além disso, os portuários afirmam que chegaram a ganhar um salário digno, “se comparados aos dias de hoje, corresponderiam a 3 a 4 salários”, acima de profissões que exigiam o mesmo nível de qualificação.

Nesse sentido, podemos fazer uma comparação geracional, primeiro entre os entrevistados e seus pais, e depois, com os seus filhos. A primeira geração era de origem rural, trabalhava no campo, a maioria era analfabeta ou só sabia ler e escrever, mas não frequentara escola. Como pode ser observado no depoimento de A.A. em que afirma que seu pai era semi-analfabeto e trabalhava como tropeiro guiando as tropas entre Canguçu e Pelotas.

Já como estivadores, tiveram a possibilidade de ir a escola e terminar o antigo curso primário. Segundo o portuário V.V.:

***“Eu também não estudei muito. Ninguém na minha casa, só primário. Eu fiz até o 4º ano. Só queria saber de namoro, bater bolinha, bolinha de vidro também. Ninguém se concentrava pra essas coisas. Mas, eu tive até professora partícula. Ela botava pra mim a caneta (...). Meus irmãos fizeram, talvez, até 4º ou 5º ano também. Não mais que isso.” (V. V.)***

A sua geração consegue, assim, através da sua profissão, comprar casa em que mora a família, criar e garantir o estudo dos filhos. Nesse caso, a primeira e segunda gerações reconverteram um volume de capital para um deslocamento social transversal. A primeira geração nasce do mundo rural e, em determinado momento, migra para o espaço urbano; já a segunda geração, ou nasce no espaço rural e vem, ainda criança, para o espaço urbano, ou nasce já no espaço urbano, o que possibilita frequentar a escola e, mais tarde, exercer profissões vinculadas ao setor de serviço, mas que ainda utilizam o trabalho manual, como os portuários, ou mesmo alfaiates. Com uma renda maior que seus pais e mais constante, passam a frequentar clubes e associações negras em que reproduzem as atitudes da classe média branca, e investem na educação de seus filhos.

A terceira geração tem a possibilidade de chegar ao ensino superior e passa a exercer atividades no setor de serviço, não manual, ou como trabalhador liberal.

A partir do final da década de 80, além dos estivadores, passa também a atuar no Porto de Pelotas a categoria dos arrumadores, responsáveis pelo carregamento de mercadorias fora das embarcações.

Com o processo de modernização dos portos, nos anos 90, o movimento do Porto de Pelotas diminui drasticamente, obrigando os arrumadores a prestarem serviço precário na indústria do arroz, em que esses trabalhadores ocupam postos de trabalho totalmente desqualificados, o que vai diferenciar na trajetória e nas estratégias de reprodução de classe, se comparados aos estivadores.

Essa transformação vai impactar a questão do prestígio dessa atividade profissional, que ira fortalecer a visão de uma profissão precária e terceirizada, e de que forma ela perdeu a importância econômica e social dos estivadores no início do século XX. Dessa forma, é necessário analisar no próximo

capítulo, como os arrumadores, diferentemente dos estivadores, não conseguiram reverter, nem de maneira vertical ou transversal, o seu capital social, para conseguir mobilidade na estrutura social para si ou para os seus filhos.

## **CAPÍTULO 4**

### **Os Arrumadores de Pelotas**

Depois de acompanhar, no capítulo anterior, a trajetória dos trabalhadores estivadores portuários de Pelotas, nos meados do século XX, e analisar as formas de reconversão social que implicaram no prestígio da categoria e na possibilidade de ascensão social de seus herdeiros, esta pesquisa pretende, neste capítulo, analisar a trajetória de outra categoria dos portuários, a dos arrumadores de Pelotas que, por diferentes fatores, não tiveram a mesma possibilidade de ascensão social que tiveram os estivadores no período anterior. A proposta é analisar, por analogia, a inserção dos estivadores, no passado, no mercado de trabalho, com as formas pela qual os arrumadores se inserem hoje, focando, principalmente, nas transformações do mercado de trabalho a partir da modernização dos portos, observando as consequências da precarização do trabalho para a categoria. Além disso, avaliar a lógica das estratégias de reconversão social que resultaram na fraca mobilidade social da categoria e de seus herdeiros.

#### **4.1. A formação e características sócio-econômicas dos trabalhadores vinculados ao sindicato dos arrumadores de Pelotas**

O Sindicato dos trabalhadores no comércio armazenador, ou Arrumadores de Pelotas nasceu vinculado às atividades de estiva dos portos, que utilizavam mão de obra desqualificada e barata para o trabalho braçal de carga e descarga de navios. Mas, com a modernização do setor, em razão da obrigatoriedade da adequação à Lei Federal nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, ocorreu uma substancial mudança: a lei propôs a formação de um órgão composto de empresas e trabalhadores, denominado Órgão de Gestão de Mão de Obra - OGMO, que deu competência para administrar e gerir um cadastro de trabalhadores avulsos. Esse processo teve um impacto na organização dos trabalhadores portuários, pois a estiva e os arrumadores foram praticamente

extintos e substituídos por guindastes e máquinas, que necessitam de mão de obra qualificada para operá-los.

Em depoimento, o arrumador fala sobre a diminuição do movimento de carga no Porto de Pelotas:

**“Não, nós ficamos cadastrados e, às vezes, demora dois ou três meses para vir um navio de uréia.**

**Demora uns três meses prá passar um barco. Em época de eleição eles sempre promete - o Porto vai melhorar - e depois esquecem, depois não falam mais” (JBS).**

A modernização portuária implicou em uma transformação no serviço prestado pela categoria dos arrumadores, principalmente os trabalhadores de Pelotas que, por estarem vinculados a um porto secundário e quase desativado, foram obrigados a redirecionar suas atividades para outros setores de serviços não portuários, mas igualmente desqualificados e relacionados ao esforço físico.

Segundo depoimento do presidente da categoria dos arrumadores de Pelotas, o sindicato existia desde 1972, mas a sua sede era em Porto Alegre e com uma representação, através de uma delegacia, em Pelotas. Porém, em 1978, houve a separação e a fundação do sindicato dos trabalhadores no comércio armazenador, ou Arrumadores de Pelotas, com a sede ainda na antiga associação de estivadores e sofreu, a partir da segunda metade dos anos 90, um processo de terceirização e flexibilização do trabalho, passando a prestar serviços, principalmente, à indústria arroseira da região, atuando nos setores de sacaria e limpeza dos silos. Os arrumadores são encarregados de serviços braçais tais como: empilhamento de sacas; recolhimento de resíduos do processo produtivo; limpeza dos silos, cuja periculosidade apresenta um alto índice de acidente de trabalho; além de outros serviços desqualificados e perigosos.

O relato do representante da empresa que contrata os serviços dos arrumadores reforça que os mesmos são contratados para o serviço bruto e braçal, mas salienta que esse bruto tem uma técnica: para fazer uma pilha de

sacos, exige conhecimento, uma engenharia, é trabalho artesanal. Além disso, afirma que os arrumadores têm de ter um perfil que aguarde trabalhar em ambientes agressivos e o local da indústria onde eles trabalham no embarque e desembarque dos caminhões é chamado de estiva, sinônimo de esforço físico, apesar de a empresa não ser ligada ao Porto.

**Figura 3**



*Foto da sede do sindicato dos Arrumadores de Pelotas*

Apesar de se autodenominar sindicato, na verdade, juridicamente, constitui-se como uma associação de trabalhadores avulsos, com um presidente, eleito por seus membros a cada três anos e funciona como uma agenciadora de mão de obra avulsa. Essa característica de fragilidade em relação à organização dos arrumadores foi também confirmada nos depoimentos do representante da indústria arroseira, responsável pela contratação dos arrumadores. Ele afirma

que, além do sindicato, alguns trabalhadores ligados à associação montam pequenas “empresas” familiares e de amigos, o que acirra a concorrência ao sindicato.

A contratação dos trabalhadores avulsos é semanal, por ordem de chamada, ou seja, pelo número de inscrição. Para isso, todos possuem uma ficha com os dados cadastrais, organizada pelo sindicato.

Na ficha constam as seguintes informações: nome, data de nascimento, origem, endereço, escolaridade, cor, estado civil, número de filhos e data de entrada no sindicato. Além disso, são registrados todos os serviços agenciados no mês para efeito de pagamento pelos serviços prestados.

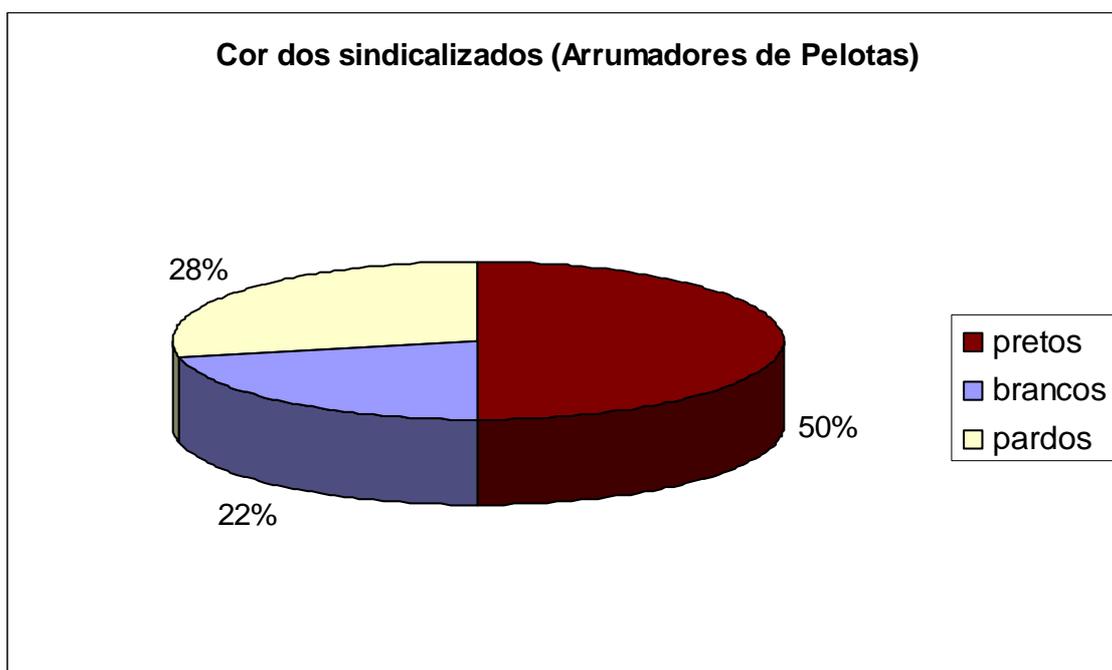
Cabe ressaltar que, para este estudo, foram escolhidas, nas fichas dos sindicalizados, as seguintes variáveis: cor, escolaridade, idade, tempo de sindicato, procedência, estado civil e número de filhos.

Os dados cadastrais estão por ordem de filiação, o que soma mais de 1.000 inscritos, número de sindicalizados desde o surgimento do sindicato; porém, para efeito da pesquisa, só foram contabilizadas as fichas dos sindicalizados que ainda geravam folha de pagamento, ficando de fora as fichas mais antigas e os sindicalizados mais recentes que tinham somente a inscrição, mas quase não geraram folha. Tal procedimento contabilizou um total de 78 trabalhadores, o que significa o universo total da amostra desta parte da pesquisa.

A primeira variável a ser quantificada foi cor ou raça do trabalhador, informação que consta na ficha. A variável cor faz parte do formulário cadastral do sindicato e o critério de classificação é feito por autoatribuição dos respondentes.

Da totalidade das fichas dos trabalhadores pesquisados, 78% foi caracterizada dentro da categoria negra (50% pretos e 28% pardos), como se pode observar no gráfico abaixo:

**Gráfico 1:**



A visualização do gráfico deixa clara a predominância do grupo de cor preto, nessa atividade. Apesar desta pesquisa trabalhar com o mesmo critério do IBGE, de raça e cor, optou-se pela utilização da variável racial negra, na soma dos grupos pretos e pardos. Assim, é possível classificá-los como uma categoria profissional racializada.

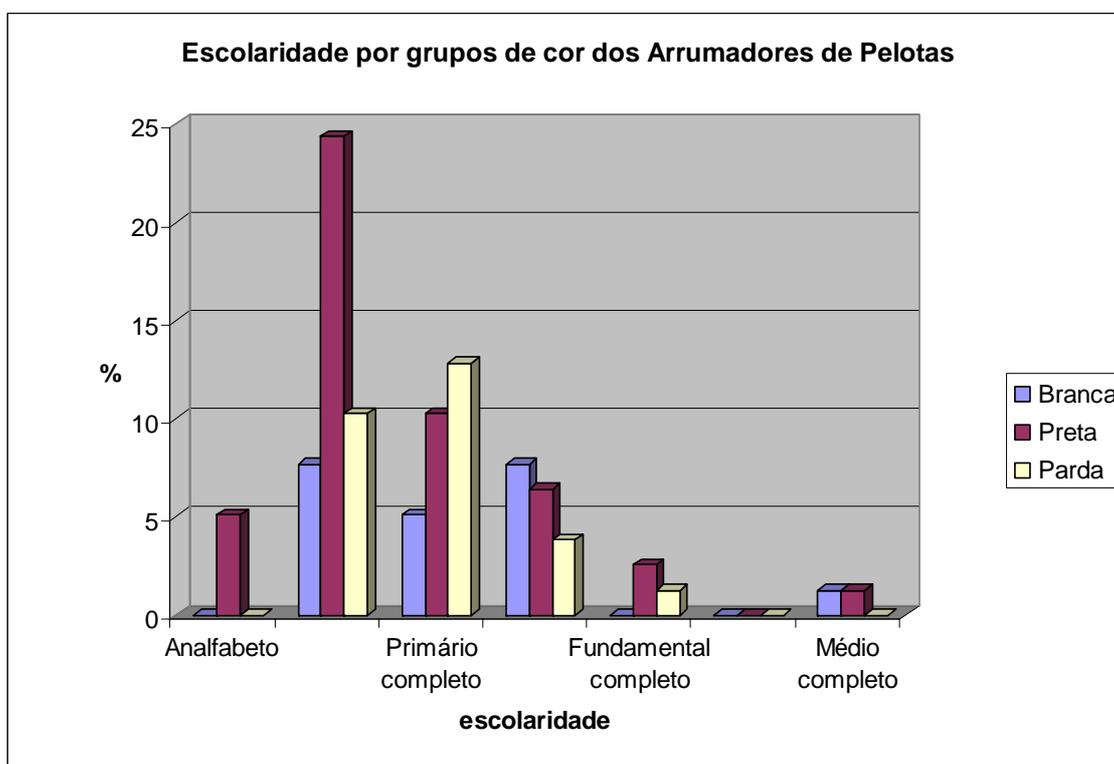
As categorias preto e pardo são muito próximas, em termos estatísticos, o que dificulta a sua diferenciação. Empregando o mesmo critério de Rafael Osório (2003), na discussão sobre o sistema classificatório de cor ou raça do IBGE, esta pesquisa utiliza-se da categoria negro como agregação dos grupos de cor pardos e negros. Tal procedimento pode ser justificado, em termos estatísticos, pela uniformidade e semelhança da estrutura sócio-econômica entre os dois grupos, pois os pretos e pardos se diferenciam muito dos brancos, mas pouco se diferenciam entre si e a agregação resolve o problema do limítrofe entre as duas categorias. Em termos teóricos, a justificativa apoia-se no fato de as discriminações, potenciais ou efetivas sofridas por pelas duas categorias são de mesma natureza, principalmente se forem utilizadas estas categorias para discutir as questões das desigualdades sociais, no caso, tema desta tese.

Essa dimensão da cor no mundo do trabalho muitas vezes foi desprezada em razão de outros fatores, considerados mais importantes para explicar a pobreza no Brasil e, no caso mais específico, do não desenvolvimento do extremo sul do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, é importante fazer o cruzamento dessa variável independente com outras variáveis para reforçar as características sócio-econômicas desse grupo, porém, sem esconder a dimensão racial.

O gráfico, a seguir, apresenta o cruzamento das variáveis cor e escolaridade dos sindicalizados:

**Gráfico 2:**

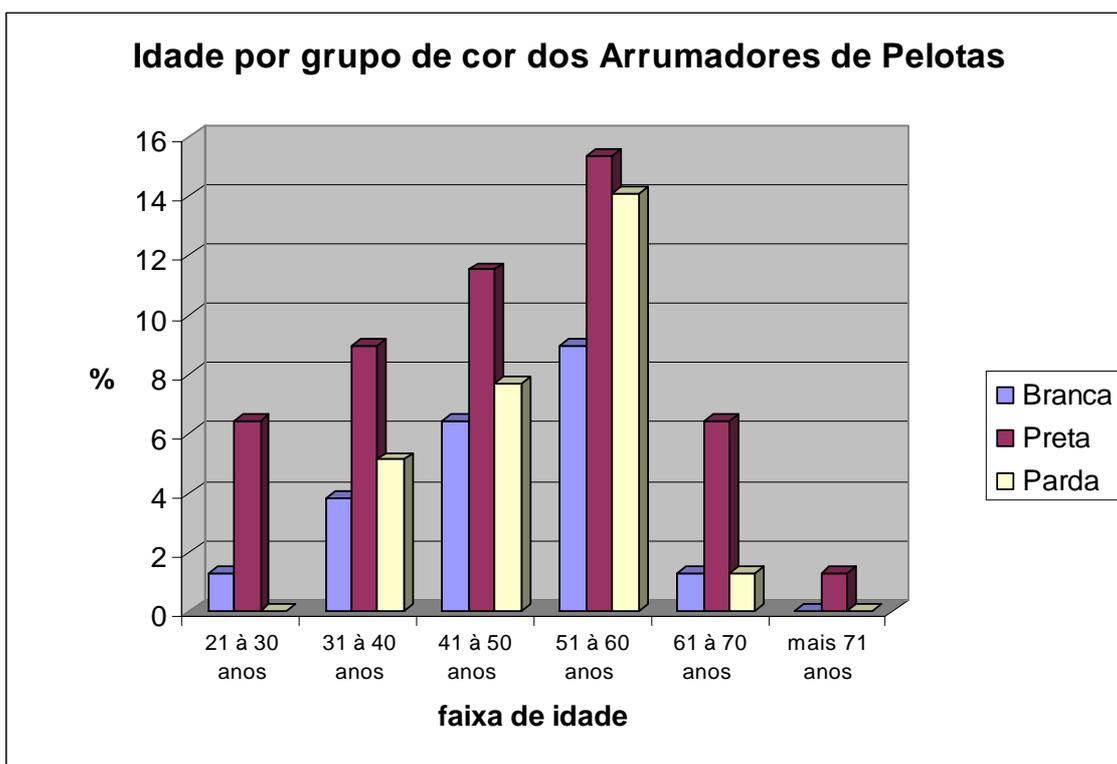


É possível observar, na tabela acima, que os trabalhadores do grupo de cor preto apresentam 29,5% de baixa escolaridade (4ª. Série incompleta e analfabetos), enquanto os grupos de cor branco e pardo apresentam uma distribuição mais equilibrada, dentro dos diferentes níveis de escolaridade. Se for utilizada a categoria negra, podemos observar que 39,8% dos trabalhadores desse grupo têm baixa escolaridade. Ao se somar com os 23% de negros que

têm o primário completo, conclui-se que mais da metade (63,0 %) dos negros tem até a 4ª Série primária.

Quanto à idade dos sindicalizados, pode-se observar a seguinte distribuição, no gráfico a seguir:

**Gráfico 3:**

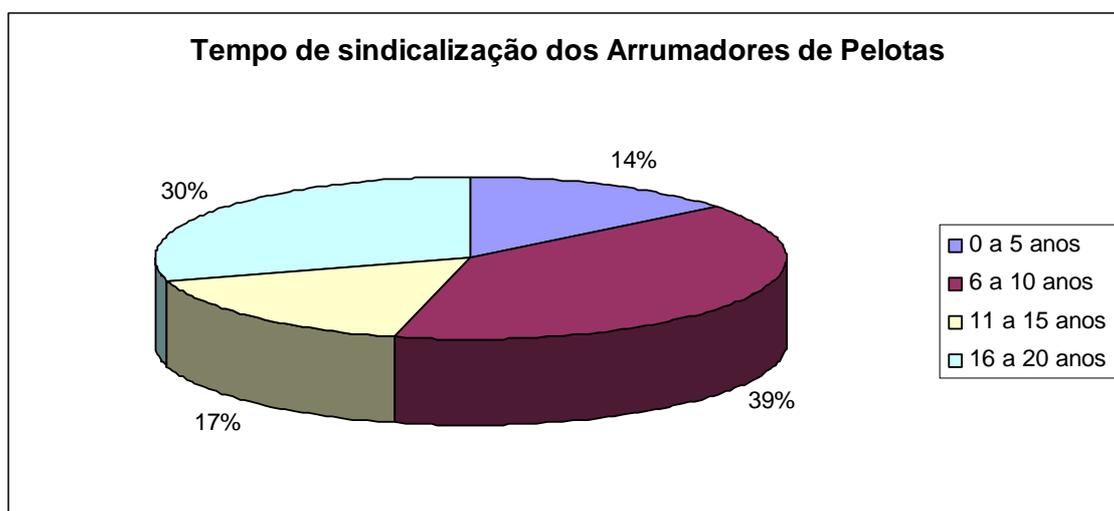


Pode-se observar, no Gráfico 3, que, além da baixa escolaridade, o Sindicato dos Arrumadores de Pelotas concentra um grande número de trabalhadores idosos. Nesse sentido, mais de um quarto (26,9%) dos trabalhadores negros concentra-se na faixa de 50 a 60 anos. Ao se trabalhar com a faixa de 41 a 60, anos esse número sobe para quase metade (48,7%) dos trabalhadores negros, o que, de certa forma, também explica a precariedade do trabalho, somada à baixa escolaridade que faz com que o trabalho de arrumador seja uma das poucas possibilidades de gerar renda para pessoas dessa idade.

Outra dimensão importante das características dos arrumadores é o tempo que os sindicalizados estão vinculados à categoria. Apesar de serem prestadores de serviço, os Arrumadores tem carteira assinada pelo Sindicato, que funciona

como uma espécie de agenciador da mão de obra. O sistema de contratação da prestação de serviço é dado pela ordem de chamada do número de inscrição do sindicalizado, prática utilizada por várias categorias portuárias. Assim, os mais antigos são os primeiros a serem chamados, quando da disponibilidade de serviço. A chamada é realizada semanalmente, aos sábados, e a jornada de trabalho inicia-se todas as segundas-feiras. No Gráfico 4, pode ser observado o tempo de vinculação dos trabalhadores ao Sindicato:

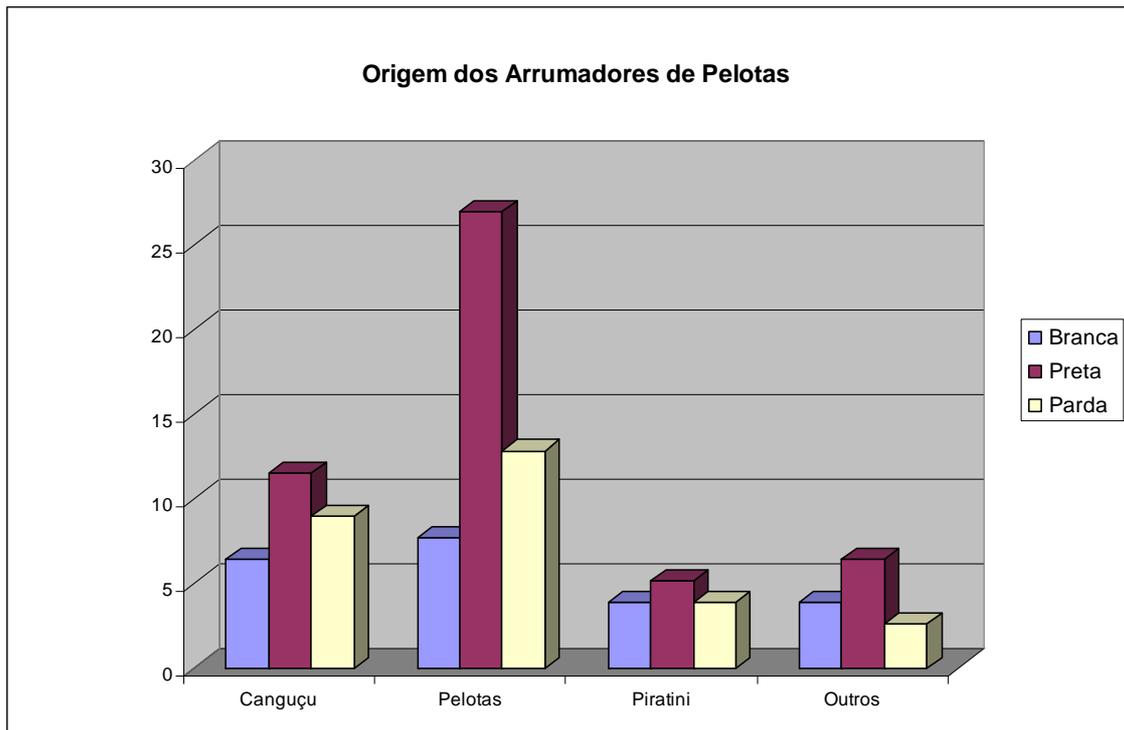
**Gráfico 4:**



No gráfico acima, quase a metade dos trabalhadores (47%) tem mais de dez anos de sindicalização, o que reafirma os dados do Gráfico 3 sobre o grande número de pessoas com mais de 40 anos no Sindicato, além da questão de muitos deles já estarem nessa atividade há muito tempo.

Ao levantar a origem dos arrumadores. Pode-se constatar que a procedência dos trabalhadores negros concentra-se em três municípios da região do extremo sul do Estado, como pode ser observado no gráfico a seguir:

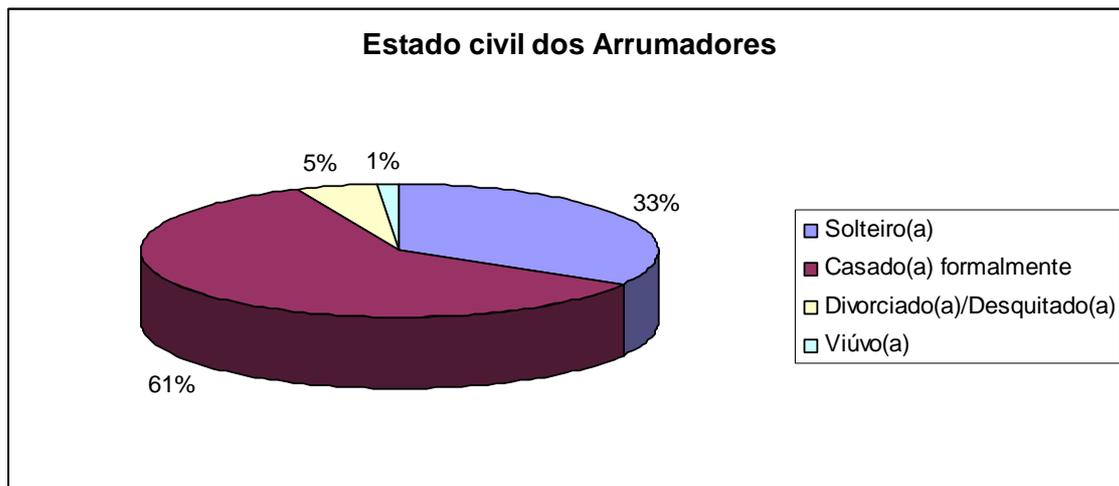
**Gráfico 5:**



A grande maioria dos negros pertencentes à categoria dos arrumadores é procedente dos municípios de Pelotas (26,9% de pretos e 12,8% de pardos) e Canguçu (11,5% de pretos e 9,0% de pardos), e municípios em que, historicamente, no século XIX, prevaleceu a atividade charqueadora, que tinha por base o escravo como base da mão de obra. Cabe ainda ressaltar que os municípios de Canguçu e Piratini caracterizam-se pela atividade agrícola, de população predominantemente rural. Já o município de Pelotas tem uma característica urbana, desenvolvendo-se principalmente a atividade econômica de serviços e o setor agroindustrial. (IBGE, 2000)

Em relação ao estado civil dos arrumadores, os dados cadastrais levantados apontaram a seguinte distribuição:

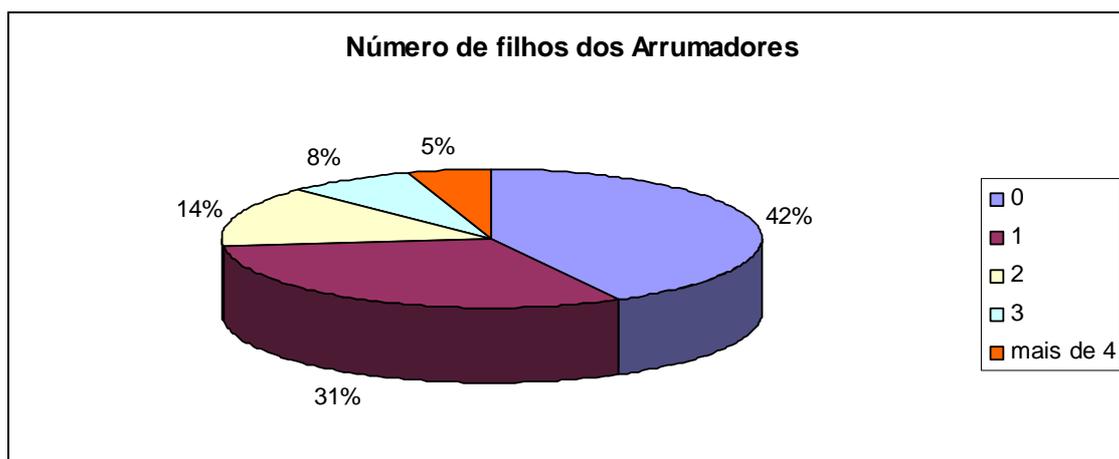
**Gráfico 6:**



Os dados apresentados pelo Gráfico 6 indicam que a maioria dos trabalhadores arrumadores são casados (61%), enquanto a parcela de solteiros é pequena (33%), o que evidencia uma profissão com uma marcante ênfase em trabalhadores que já têm família constituída.

Ainda em relação à composição familiar dos arrumadores, pode-se observar o número de filhos, no gráfico a seguir:

**Gráfico 7:**



Os dados do Gráfico 7 mostram que a maioria dos arrumadores tem poucos ou nenhum filho, já que 42% do total não tem filhos e 44% tem de um a dois filhos. Essa característica pode ser explicada pela origem urbana desses

trabalhadores. Comparado com os depoimentos colhidos na parte qualitativa desta pesquisa, o número de filhos dos pais destes arrumadores era muito maior: em média, mais de seis, pois a primeira geração era de origem rural.

Enfim, as variáveis analisadas justificam a escolha desse Sindicato para a discussão qualitativa sobre a mobilidade social do negro, pois essa categoria profissional, além de ser originária do Porto, também é formada majoritariamente por negros. Essa grande quantidade de pretos e pardos concentrados em uma só categoria profissional, como a dos arrumadores, tem a sua origem no fato de a região sul do Rio Grande do Sul ter concentrado um grande contingente de negros, no século XIX, em função da economia charqueadora, inseridos no Estado ainda no período escravocrata (Cardoso, 2003). Parte desse contingente foi incluída no mercado de trabalho no período pós-abolicionista.

Já foi discutida, no capítulo anterior, a passagem da mão de obra escrava para a livre na região, cujos resultados apontam para o setor portuário como uma das atividades que inseriram o negro no mercado de trabalho livre.

Considerando que, em Pelotas, essa categoria manteve-se, apesar da desativação da estiva, de que forma poder-se-ia analisar essa passagem, uma vez que a estiva, recentemente, era uma categoria de luta e resistência no meio sindical?

Nesse sentido, cabe perguntar se, ao invés de se investigar a inclusão do negro na sociedade capitalista, por meio da ocupação de postos de trabalho, seja como operário, seja como estivador, hoje, dever-se-ia pesquisar a mobilidade e as desigualdades raciais, em que a cor da pele esteja associada a um instrumento de adscrição e manutenção do negro a determinados níveis sociais.

Como prestadores de serviço, os Arrumadores de Pelotas também são tratados de maneira diferenciada em relação aos trabalhadores formais. De certa maneira, quando se imagina o espaço produtivo do processamento de arroz,

não aparece o encarregado de varrer a casca do chão, de limpar o silo, ou de manter o espaço arrumado. Esses trabalhadores acabam sendo invisíveis, porque, no esquema de produção, seu trabalho é classificado como precário e desqualificado.

Como foi confirmado no Capítulo 2, em termos estatísticos, os indivíduos do mesmo estrato e origem social, mas de grupos raciais diferentes, enfrentam formas diferenciadas de mobilidade social, ou seja, pretos e pardos têm maior dificuldade no processo de ascensão social do que os brancos, principalmente nos estratos mais elevados da hierarquia social.

Isso põe em questão a tese de que as desigualdades entre brancos e negros seriam derivadas das heranças acumuladas pela escravidão. Quando Hasenbalg discute a questão do poder explicativo temporal da escravidão para a manutenção da ordem social dos não brancos, afirma:

*“O poder explicativo da escravidão, com referência posição social dos não-brancos, decresce com o decorrer do tempo, isto é, quanto mais longe se está do fim do sistema escravista, menos se pode invocar o escravismo como causa da subordinação social atual dos não-brancos. Pelo contrário, a ênfase na explicação deve ser dada às relações estruturais e ao intercâmbio desigual entre branco e não brancos” (Hasenbalg - 2005:207).*

Hasenbalg ressalta as relações estruturais em que a questão étnica pode ser um componente a mais nessa exclusão do mercado. Nesse mesmo sentido, este estudo pretende investigar de que forma a discriminação dá-se no mercado de trabalho como mecanismo social de perpetuação de uma estratificação social. Para tanto se deve averiguar a trajetória dos trabalhadores vinculados ao Sindicato dos Arrumadores do município de Pelotas, trabalhando a trajetória de indivíduos de uma categoria ocupacional predominantemente negra, fazendo um estudo sobre a história de vida de seus integrantes, com o intuito de perceber se, na construção dessa categoria, houve traços de

continuidade histórica e de que maneira a categoria reconverteu em termos geracionais os capitais sociais.

Essas mudanças no mundo do trabalho sobre a categoria dos portuários implicam também em transformações na questão da identidade racial. Se, no início do século XX, a incorporação do negro na sociedade pelotense estava associada às lutas sindicais e a participação nos clubes, bibliotecas e sociedades musicais, o que garantia de certo *status* na sociedade pelotense, essa visibilidade social associada à cor no passado, transformou-se em invisibilidade do trabalhador sem identidade, nos silos da indústria arrojada, sem direitos, terceirizado e precário no presente.

Após um século, o desenvolvimento econômico não resultou no fim das desigualdades sociais e raciais, pois elas permanecem cada vez mais intensas e inalteradas. Assim, cabe investigar qual a trajetória dos trabalhadores braçais do setor portuário e seus sucessores, no sentido de averiguar as estratégias de reconversão de capital social familiar. O capital social familiar, conceito definido por Coleman (1988), consiste em alguns aspectos na estrutura social que facilitam a ação do indivíduo dentro dessa estrutura em termos de ascensão. Esse capital é resultante da relação entre pai e filho, na assistência dada pelo pai ao filho, enquanto estrutura de capital econômico, na forma de renda e de capital cultural, esse último, enquanto bens simbólicos e práticas culturais que reproduzem ou legitima a posição de classe do indivíduo. A forma como os capitais são utilizados e conduzidos nessa relação intergeracional é que define a posição de classe em que se encontram e dá a entender a ausência de mobilidade a partir de certo ponto da estrutura social.

## **4.2. Trajetórias de vida dos Arrumadores de Pelotas e a questão da reconversão dos capitais sociais**

A existência de uma linha de impedimento ou barreira, apontada na PNAD 96, para pretos e pardos, que quase impossibilita a mobilidade intergeracional às

ocupações de prestígio e a tendência de continuidade desse impedimento, permanece até os dias atuais com força no Rio Grande do Sul. Porém, somente esta constatação dessa tendência não basta. É necessário aprofundar e entender como essa propensão interfere na vida cotidiana dos indivíduos pesquisados. A análise da trajetória de vida possibilita trabalhar, de maneira sincrônica, as variáveis independentes, o que os estudos quantitativos só fazem de maneira linear. Esse conceito permite o acompanhamento de deslocamentos transversais e verticais.

A análise da trajetória da ocupação dos Arrumadores de Pelotas, que tem como característica preponderante a grande quantidade de trabalhadores negros (pretos e pardos), busca caracterizar essa categoria portuária e apontar as diferenças, caso elas existam, com a categoria dos estivadores que, no passado, teve importância fundamental para a inserção do negro na sociedade de classes, percebendo, assim, se existem alterações das reconversões do capital social e econômico, nos diferentes períodos e, caso existam, os motivos das diferenças de prestígio adquirido por uma ou outra categoria.

O conceito de reconversão, desenvolvido por Bourdieu(2007), discute a construção das distinções entre os indivíduos e está vinculado à noção de reprodução de classes:

*“As estratégias de reprodução – conjunto de práticas, do ponto de vista fenomenológico, bastante diferentes, pelas quais os indivíduos ou as famílias tendem, inconscientemente e conscientemente, a conservar ou aumentar seu patrimônio e, correlativamente, a manter ou melhorar a sua posição na estrutura de classe” (Bourdieu, 2007:122).*

A partir das estratégias de reprodução, enquanto formas de garantir ou aumentar a posição social do indivíduo, o autor identifica a existência de três fatores que irão influenciar nas estratégias de reprodução:

*“(...) em primeiro lugar, do volume e estrutura do capital a ser reproduzido, ou seja, do volume atual e potencial do capital econômico, do capital cultural e do capital social, possuídos pelo grupo, assim como de seu peso relativo na estrutura patrimonial. E, em segundo lugar, do estado – por sua vez, dependente do estado da relação de força entre as classes – do sistema dos instrumentos de reprodução, institucionalizados ou não (estados dos costumes e da lei sucessória, do mercado de trabalho, do sistema escolar, etc.): mais precisamente, tais estratégias dependem da relação estabelecida, em cada momento, entre o patrimônio dos diferentes grupos e os diferentes instrumentos de reprodução, a qual define a transmissibilidade do patrimônio, fixando as condições de sua transmissão, ou seja, o rendimento diferencial que possa ser oferecido aos instrumentos” (Bourdieu, 2007:122).*

Assim, para Bourdieu, a mudança na relação entre o estado dos instrumentos de reprodução, ou no volume ou estrutura do capital na reestruturação das estratégias de reprodução, acaba por significar as chamadas reconversões. A reconversão do “capital detido” é a transformação de uma forma desse capital em outro, que garante a “transformação da estrutura patrimonial”.

Essas transformações resultam em deslocamentos sociais, que podem se manifestar em dois sentidos: vertical ou transversal. O deslocamento vertical está vinculado a uma modificação do volume na espécie de capital já dominante dentro da estrutura patrimonial, que se resume em um deslocamento na estrutura da distribuição do volume global de capital, esse deslocamento só se dá nos limites de um campo específico. Já o deslocamento transversal significa a passagem de um campo para outro e, nessa passagem, acontecem as reconversões, resultando na transformação de um capital em outro.

A partir desse conceito, a análise de estudos de caso dos trabalhadores vinculados ao Sindicato dos Arrumadores de Pelotas permite perscrutar ângulos do processo de mobilidade social e os efeitos da discriminação. Para

isso, foram entrevistados onze trabalhadores vinculados ao Sindicato dos Arrumadores de Pelotas.

As entrevistas foram feitas a partir de um roteiro previamente estruturado, dividido em três partes: identificação do entrevistado, trajetória de vida e discriminação racial.

Analisando os depoimentos dos arrumadores sobre a sua trajetória de vida, foi possível observar algumas regularidades em suas trajetórias em termos de deslocamentos sociais. O roteiro da entrevista permitiu acompanhar três gerações de vida dos arrumadores: a primeira, de seus pais, em que narram a origem da família, profissão e escolaridade, mudança de emprego ou cidade e possíveis transformações do padrão de vida do pai e da mãe; a segunda geração corresponde à trajetória de vida do entrevistado, de seus irmãos e da esposa, quando tiver, com informações sobre a escolaridade e profissão de cada membro da família, além disso, descrevem as diferentes ocupações e locais de trabalho do entrevistado, até chegar à situação de arrumador; e, por fim, a terceira geração, que interpela sobre a escolaridade e profissão dos filhos, se tiverem, e as dimensões correspondentes das diferentes trajetórias.

A sistematização dos depoimentos configurou três tipos de regularidades de trajetórias para os arrumadores, respeitando as diversidades das trajetórias que não se conformam exatamente ao tipo identificado, porém, há características que podem formatar o percurso individual em um recorrente, que será apresentado a seguir.

#### **4.2.1. Trajetória rural-urbana**

O primeiro padrão de trajetória social dos Arrumadores de Pelotas pode ser identificado como rural-urbana. Quatro dos onze entrevistados apresentaram esse percurso, que consiste, na primeira geração (pai e mãe), em ser originária do meio rural, com baixo nível ou nenhuma escolaridade e desenvolver a

atividade pecuária ou agrícola sempre vinculada à cultura do arroz, seja no plantio ou no beneficiamento.

A segunda geração é geralmente formada por um grande número de irmãos, que completaram a 4ª Série primária ou no máximo o Ensino Fundamental. Na infância, ajudaram os pais na atividade agrícola e entre a adolescência e a maioridade mudam-se para uma cidade, ainda de característica rural, vinculada à rizicultura, com frequência Santa Vitoria do Palmar, momento importante em que esse trabalhador é inserido na rede do arroz, que tem a sua teia vinculada ao Sindicato dos Arrumadores de Pelotas.

A maioridade é o momento que costuma marcar a vinda para a cidade, onde a única possibilidade disponível acaba sendo o Sindicato dos Arrumadores. Isso dá-se em razão de possuírem pouca escolaridade e praticamente nenhuma qualificação e o sindicato agenciar trabalhos braçais sem a exigência de qualificação profissional. Assim, as estratégias de reconversão do capital social, cultural ou mesmo econômico ficam reduzidas à rede do arroz, seja rural ou urbana.

Quando Bourdieu (2007) define deslocamento transversal, essa passagem do trabalho de origem rural para as profissões urbanas poderia ser classificada dentro da categoria de deslocamento, pois não seria uma simples mudança no volume de capital, já que se alteram as características do trabalho, e as qualificações exigidas são diferentes. Porém, muitos arrumadores precedem a entrada no Sindicato com o trabalho na granja de arroz. Tudo indica que essa origem insere esse trabalhador em uma rede específica, uma vez que as granjas de arroz e as indústrias beneficiadoras funcionam de forma integrada. Essa trajetória, mesmo tendo uma mobilidade transversal, ela não é tão significativa, pois para esse trabalhador, mesmo saindo da atividade agrícola rural para a situação de prestador de serviço, como trabalhador braçal urbano, existe uma equivalência, já que os dois mundos, urbano e rural, estão dentro da mesma rede.

Em seu trabalho sobre marginalidade e desenvolvimento, Maria Célia Paoli (1974) detém-se em um dos casos de migração que ela denomina a passagem do trabalho rural para o urbano de “socialização antecipada”. Nessa situação, os indivíduos passam a ter os referenciais de vida urbana como padrão de referência positivo. Assim, os trabalhadores que tiveram um referencial assalariado, passam a perseguir esse ideal, enquanto modo de vida mais compensador. Nesse sentido, a migração não representa uma transição entre mundos sociais opostos e inconciliáveis. No caso dos trabalhadores da granja, por já terem sido assalariados no campo, passam para o mundo urbano sem que isso represente uma quebra em relação às expectativas de continuidade como trabalhador assalariado, ao mesmo tempo em que seu vínculo com a rede arroteira/arrumadores não é quebrada. Para a autora, a mobilidade ocupacional dos migrantes representa o aprendizado das novas funções “urbanas”, desde que elas sejam circunscritas ao trabalho manual. Assim no processo de ressocialização configura-se claramente o objeto de trabalho.

Já a terceira geração, de origem urbana, segue a trajetória do pai: se o filho é homem, vai trabalhar como arrumador ou em alguma categoria prestadora de serviço de trabalho braçal não qualificado, podendo ter, no máximo, um deslocamento vertical, com o aumento do volume de capital, a partir do momento que consegue acumular patrimonialmente; por outro lado, se a filha é mulher, pode também entrar em uma rede similar aos arrumadores, na área de limpeza, como faxineira, como foi observado em uma das entrevistas desse padrão.

Um exemplo que ilustra a força dessa regularidade em sua trajetória em termos de mobilidade social é o caso de JSB.

Os pais de JSB, que estudaram até a 3<sup>a</sup> Série primária, são naturais de São Lourenço, de origem rural e, ao se casarem, mudaram para Rio Grande. Nessa cidade, enquanto a mãe trabalhava como doméstica, o pai tentava uma vaga no porto; porém, ele não conseguiu a tão almejada colocação. Nisso, o avô de JSB foi buscar o casal em Rio Grande, fazendo-os voltar para a atividade agrícola do arroz em Santa Vitória do Palmar.

Na segunda geração, formada por onze irmãos, a maior parte estudou até a 3ª, ou no máximo até a 5ª Série. JSB começou a trabalhar com 13 anos na agricultura de arroz e ficou em Santa Vitória até os 18 anos; depois veio para Pelotas e iniciou as atividades no Sindicato dos Arrumadores de Pelotas, tendo sido um dos fundadores do Sindicato, em 1989. Sua mulher trabalha como doméstica.

JSB tem dois filhos, que moram em Pelotas: um com 26, que já constituiu família, e trabalha com o pai; enquanto a filha, de 22 anos, mora com JSB, cuida da casa e não estuda.

A trajetória de JSB está enquadrada no tipo rural-urbano dos arrumadores, pois ele e os pais são naturais do meio rural com baixa escolaridade. Seus pais até tentaram a vida no meio urbano, que, no entanto, acabou frustrada, já que o pai não conseguiu trabalho no porto como estivador. JSB relata que trabalhava na granja de arroz e, quando migrou para a cidade na adolescência, foi trabalhar em um engenho de arroz. Muitas propriedades rurais também possuem engenhos para beneficiar o arroz. Por isso esses trabalhadores, quando vêm para a cidade, já possuem alguma experiência nesse tipo de trabalho. Daí ser natural o ingresso no Sindicato, que presta serviço às grandes beneficiadoras de arroz de Pelotas.

Nesta pesquisa, classifico essa passagem rural-urbana do trabalhador agricultor da granja para o serviço de arrumador como um deslocamento transversal, pois as dimensões culturais e simbólicas dos capitais adquiridos são diferentes, a ponto de considerar diferenciados. Mas, por outro dado, há equivalências entre as duas ocupações, já que as referências do trabalho ligadas à rizicultura são as mesmas, além da forma de trabalho assalariada. Assim, apesar de uma mudança transversal, não se sai do mesmo patamar. Por isso não há um deslocamento transversal clássico, uma vez que o deslocamento do meio rural para o urbano não representou uma ascensão social. Ao “caírem” nessa teia, eles permanecem imóveis em termos de

mobilidade social, e essa teia acaba garantindo a permanência social desses trabalhadores nessa situação de desqualificação e precarização.

Apesar da trajetória de JSB ser a pretendida pelo pai, ela se diferencia qualitativamente. No caso dos pais de JSB, a dificuldade de inserção no mundo portuário não tem relação com a forma pela qual os agricultores vinculados ao arroz são inseridos ao atual mundo dos arrumadores, pois a rede dos portuários, no passado, distingue-se da rede do Sindicato dos Arrumadores no presente, que está mais próximo do agenciamento do que um sindicato. A rede dos portuários foi formada, junto às redes das instituições mutualistas, recreativas e culturais, que garantiam a mobilidade e a inserção desses trabalhadores no mercado de trabalho no início do século.

Conforme analisou Beatriz Loner (1999), o papel de dupla militância, no movimento operário e negro, garantia uma rede que mobilizava, ou tentava garantir a ascensão social do negro. Essa situação é diferente do atual Sindicato dos Arrumadores, que agencia o trabalho desqualificado, não se preocupando com a questão da identidade negra, apesar de a maioria dos sindicalizados se autoperceberem como negros.

#### **4.2.2. Trajetória urbana contínua em conexão com a rede arroseira**

O segundo tipo de trajetória social dos Arrumadores de Pelotas pode ser identificado como trajetória sempre urbana em conexão com a rede arroseira.

Três arrumadores entrevistados apresentaram essa trajetória, que se inicia na primeira geração, com pais que são de origem urbana, apresentam baixa escolaridade e exercem profissões um pouco mais qualificadas, no setor de serviços ou mesmo operário, que já têm algum prestígio.

Até por ser oriundo de família urbana, o número de irmãos da segunda geração é inferior ao padrão anterior, em média dois ou três. Em termos de estudos, os irmãos terminam o Ensino Fundamental ou chegam a ter

escolaridade acima da 4ª Série primária, mas, em algum momento da vida, param de estudar e começam a exercer profissão vinculada à pouca escolaridade, geralmente trabalho manual, ou podem ingressar como funcionários da prefeitura municipal. Nas três situações, a passagem pela prefeitura, como coletor de lixo ou mesmo como servente de pedreiro, antes de entrar na rede arroteira, marca o início de uma trajetória de submissão à determinado tipo de trabalho e, de certa forma, significa a impossibilidade de entrar em outra rede que não a do trabalho desqualificado, manual e de esforço físico.

O ingresso no serviço público costuma ter como sistema de seleção, por prova ou concurso público, que caracteriza um mecanismo de recrutamento que não favorece a discriminação racial. Porém, ao mesmo tempo, esse serviço não permite ou estimula a qualificação profissional e acaba sendo um local de imobilidade e de continuidade. Assim, mesmo que não haja nesse grupo a passagem pelo serviço rural, quando saem da prefeitura e ingressarem no Sindicato, já está conformado um quadro de imobilidade.

Nesse padrão, ao atingir a maioridade e sem qualificação depois da passagem pelo serviço público, “caem” na teia arroteira, somente na faceta urbana, associada aos engenhos de arroz e ao sindicato dos arrumadores.

Mantendo a continuidade das gerações anteriores, a terceira geração tende a manter o caminho do pai, não reconvertendo os capitais sociais dos pais e do avô.

Nesse sentido, a passagem da primeira para a segunda geração, os deslocamentos não são transversais, pois não há na trajetória desses trabalhadores mudança de campo, antes são verticais, pois os filhos diminuem o volume de capitais da geração paterna. Mas se analisarmos a continuidade das trajetórias da segunda para a terceira, não podemos continuar classificando o deslocamento como vertical, já que esse tipo de mobilidade representa a não modificação de volumes de capitais ou de patrimônio. Assim,

esse segundo deslocamento pode ser classificado como uma trajetória de uma mobilidade transversal.

Um exemplo desse padrão pode ser observado na trajetória de JLF, 41 anos.

A primeira geração da família de JLF é natural de Pelotas. O pai, branco, era portuário, trabalhava para o Frigorífico, e só tinha o 1º. Ano primário. A mãe, negra, era operária e trabalhava como safrista na indústria compoteira de Pelotas, tinha pouca escolaridade, só estudou até o 1º. Ano primário.

A segunda geração de JLF nasceu em Pelotas, composta por dois irmãos, sendo que um deles estudou até a 4ª. Série e está desempregado; o outro foi até a 8ª Série e trabalha como técnico em ar condicionado, em Rio Grande. JFL estudou até a 4ª. Série do Primeiro Grau, começou a trabalhar, com 8 anos, como ajudante de pedreiro; depois foi para a prefeitura, como servente de pedreiro, sendo que também trabalhou na Recon, na Weber, na CBL, nessa mesma ocupação. Por fim, está há três anos como arrumador. Sua mulher trabalha como doméstica.

Já a terceira geração é formada por três filhos: um de 6, outro de 9 e o último de 8 anos e todos estudam.

Cabe ressaltar que além do pai JLF ser branco e portuário, a mãe era operária. JLF não consegue reverter a situação inicial, mesmo tendo os pais de ocupações com maior prestígio. Não foi o caso do irmão que conseguiu fazer curso técnico e trabalhar na área. Ainda não é possível dizer nada em relação às trajetórias dos filhos, mas os três estudam.

A profissão de estivador do pai de JLF e mesmo a de operária safrista da indústria compoteira de Pelotas, da mãe, são profissões que têm maior prestígio que a profissão de arrumador, do filho. Apesar das profissões do pai e do filho serem originárias do Porto, houve um declínio social do prestígio da atividade de arrumador em relação à estiva. Essa situação pode ser explicada, primeiramente, pela quase desativação do Porto de Pelotas, que obrigou os

arrumadores a procurarem outras demandas para o seu trabalho em outro setor, principalmente como prestador de serviço na indústria. Já a estiva vai ser praticamente extinta no Porto de Pelotas a partir da criação do OGMO. Mostra-se, ainda hoje, vigorosa somente em Rio Grande. Em segundo lugar, um dos fatores que garantiu prestígio aos portuários e estivadores foi a estabilidade que a profissão conseguiu no passado, enquanto o Porto era ligado ao Estado. Essa estabilidade não foi estendida, mais tarde, aos arrumadores, pois na época em que se oficializa o Sindicato, 1989, também é criado o OGMO, órgão gestor da mão de obra do Porto, que se encarrega de terceirizar a mão de obra. Nesse mesmo período, grande parte da movimentação do Porto de Pelotas é transferida para Rio Grande. Assim, só resta à categoria a prestação de serviço como trabalhador avulso em outros setores da economia pelotense.

Nesse caso apresentado, além de JLF ir para a rede arroteira dentro do urbano, cabe ressaltar a passagem pela prefeitura, não só ele, mas os outros dois casos que estão inseridos nesse padrão.

Dentro desse tipo de trajetória social, há um quarto caso, em que a teia dos arrumadores acaba entrando no caminho desse trabalhador, em que o declínio social é evidente, mas que se difere dos casos anteriores, se for levado em conta as trajetórias de seus irmãos.

A primeira geração da família, composta pelos pais de VF, é natural de Pelotas. O pai estudou Mecânica na Escola técnica Federal, foi para o Rio de Janeiro trabalhar na Marinha, e depois foi para Angra dos Reis, onde trabalhou na indústria naval. A mãe era doméstica, mas faleceu quando os filhos eram pequenos.

VF e mais 4 irmãos formam a segunda geração; são naturais de Pelotas e foram criados pela avó. O pai trabalhava no Rio de Janeiro, enviava dinheiro e vinha uma vez por ano para ver os filhos. Todas as irmãs de VF estudaram e possuem formação técnica: uma é professora, outra é técnica na COPEL (PR), outra, que é professora do Ensino Técnico e, por fim, a última irmã tem loja. VF

estudou até a 3ª. Série primária, começou a trabalhar com 12 anos, como ajudante no engenho de arroz (atual JOSAPAR), onde chegou a ser operador de máquinas. Chegou a trabalhar em laboratório químico e, na Olvebra, como montador, dentro da usina de óleo. Depois saiu de Pelotas e foi para POA, trabalhar na montagem de estruturas metálicas. E na sequência mudou-se para Candiota, trabalhou na fábrica de cimento, como operador de máquinas. Teve ainda uma volta para Pelotas, quando trabalhou em empresa de fundição, moldador de peças. Arranjou novamente trabalho fora, foi para Triunfo, onde trabalhou no Polo Petroquímico como carregador de propileno. Só que, nesse período em que trabalhava em Triunfo, morava em Pelotas, porque era casado. Abandonou o trabalho em Triunfo para se fixar definitivamente em Pelotas, quando entrou para o Sindicato dos Arrumadores. Sua esposa é secretária em um consultório médico em Pelotas.

A terceira geração é formada por um filho, que estudou Engenharia Mecânica e trabalha em Passo Fundo.

A trajetória de VF diferencia-se do padrão das três trajetórias observadas anteriormente, pois além do pai nascer no meio urbano, ele estuda e tem uma profissão qualificada e de prestígio. VF é o único dos irmãos que não conseguiu manter a qualificação profissional do pai. VF não estudou, por ser o irmão mais velho, e sentiu mais de perto a morte da mãe e a desestruturação da família, principalmente a separação do pai, que foi para o Rio de Janeiro. Mesmo assim, teve oportunidades de traçar um caminho com uma profissão mais técnica e fora de Pelotas. Mas com o casamento ele volta para Pelotas e acaba por traçar seu caminho nas redes dos Arrumadores. Porém, seu filho reconverte o capital do pai. Isso mostra que, apesar de não ter tido estudo e ser arrumador, VF valorizou o capital cultural herdado de seu pai.

O problema do descenso de VF em relação às trajetórias do pai e dos irmãos pode ser explicado pela sua não participação na rede familiar, que tem por característica a reconversão do capital econômico do pai para o capital educacional e cultural de seus irmãos. Essa exclusão de VF da rede deu-se, provavelmente, por motivo da desestruturação da sua vida a partir da morte da

mãe e da ida do pai para o Rio de Janeiro. Assim, como ele mantém o capital cultural herdado do pai, há várias tentativas de entrar em outras redes que garantam a reconversão, mas a sua pouca escolaridade, a não qualificação e a ligação pessoal com Pelotas, pelo casamento, o leva para a teia dos arrumadores. Em seus depoimentos, VF chega a declarar que o Sindicato é quase a sua família:

**“Eu valorizo o que eu faço. eu valorizo tudo o que eu faço, eu valorizo. E o Sindicato é uma casa que oferece bastante trabalho pra todas as pessoas. Tem serviço pra todo mundo, ninguém fica mal.**

**Se um amigo meu fala: ‘Estou com o filho desempregado’, ‘manda lá para o Sindicato’. Você tem que esperar umas horas, uns dias, mas o serviço chega. Dá pra gente sobreviver dentro do Sindicato” (VF).**

Nessa fala de VF é possível perceber que a rede familiar foi substituída pela teia do Sindicato, pois ela dá a segurança que a família não conseguiu dar a ele.

Em seu trabalho sobre a ascensão das classes médias negras de Porto Alegre, Barcellos (1996), analisa a questão do peso da família na mobilidade social ascendente. Esse fenômeno foi observado a partir de depoimento de alguns de seus entrevistados que reclamavam da dificuldade de ter de carregar toda a família junto, assim que conseguem a possibilidade de ascensão. No caso de VF, ele sai de casa e busca diferentes tipos de profissão, mais qualificadas e fora de Pelotas, porém, quando consegue algum tipo de a ascensão, ele já criou uma nova família em Pelotas e essa ascensão é interrompida, como se a nova família dificultasse esse tipo de mobilidade.

#### **4.2.3. Trajetória urbana permeada pela adscrição**

O terceiro tipo de trajetória social dos Arrumadores é composto por trajetórias urbanas permeadas pela adscrição.

Três dos onze entrevistados apresentaram circunstâncias em que a discriminação interferiu na vida desses arrumadores. A primeira geração é de pais de origem urbana ou, como em um caso, apesar de os pais terem naturalidade rural, migram para o meio urbano antes de o filho nascer.

Essa geração teve pouca escolaridade e exerceu profissões pouco qualificadas, ou com alguma qualificação e vinculadas ao esforço físico. No caso da mãe, geralmente é dona de casa ou doméstica. Em um caso, a mãe foi operária, mas, como nos outros exemplos dessa trajetória, a discriminação interferiu diretamente na vida dos entrevistados. Em razão dessas particularidades e da importância desta descrição, optei por relatar a trajetória de vida de cada um deles.

Em dois dos casos, a estruturação da família faz-se a partir de casamentos interraciais, que resultaram na adscrição racial. Segundo Hasenbalg (2005), a adscrição, enquanto conceito, é definida como desvantagem competitiva sofrida do nascimento até a morte. Por isso, o grande problema enfrentado pelos indivíduos da segunda geração é a sua não aceitação, enquanto descendentes de negros, pelo lado branco da família, seja do lado do pai ou da mãe. Esse preconceito operado no interior das famílias, acabou interferindo na autoestima e na perspectivas de lutar na sua trajetória por uma mobilidade ascendente, já que a própria família, ou o mercado, os segregou. Assim, em algum momento da vida, eles pararam de estudar e, frente às decepções pessoais ou na carreira profissional, entram para a rede arroseira, pois as possibilidades de exercer outra atividade mais qualificada está esgotada, só restando uma via - a rede do Sindicato dos Arrumadores, associado aos engenhos de arroz na sua faceta urbana.

O primeiro caso, dentro desse padrão marcado pela adscrição, é o de MDM. A primeira geração da família, composta pelos pais de MDM, é natural de Pelotas. O pai era taxista, negro, e estudou até a 4<sup>o</sup>. Série primária; a mãe, branca, era dona de casa, e terminou o primário. Em determinado momento, ainda na adolescência, o casal se separou e MDM foi morar com o pai.

A segunda geração de MDM também nasceu em Pelotas e é composta por mais dois irmãos: o irmão estudou até a 3ª. Série primária e a irmã até o 1º. Colegial. Já MDM estudou até a 4ª. Série do Primeiro Grau. Por conta da separação, mudou-se para Santa Vitória do Palmar e começou a trabalhar, com 13 anos, na agricultura. Já na maioridade, migrou de volta para Pelotas, trabalhando em uma transportadora como ajudante, e em obras como servente de pedreiro, sempre em serviço braçal; por fim, trabalha como arrumador, desde 2003. É separado, e sua ex-mulher trabalha como doméstica. Não tem filhos.

De qualquer maneira, seja pela separação dos pais ou por problemas raciais, MDM fez o caminho inverso da maioria, saiu da cidade e foi para o campo com 13 anos de idade.

A trajetória de MDM é marcada pela desestruturação familiar, que pode ter sido originada pelo preconceito, pois após a separação foi morar com o pai, pois ele alega ter havido rejeição por parte da família de sua mãe, o que caracterizaria um caso de preconceito operando no interior da família. MDM não conseguiu reverter a situação inicial do pai, principalmente pela desestruturação familiar, saiu cedo de casa, estudou pouco, migrou para o meio rural, deixando as oportunidades de emprego no meio urbano de lado. Quando voltou para o meio urbano, acabou encontrando a rede de arrumadores como o lugar dos iguais e onde ele faz o que gosta, confirmado por seu depoimento:

**“É um serviço bom. É um serviço que eu gosto de fazer. Não exige muito... É um serviço que não precisa muito... Se você vai trabalhar em um escritório, tem um certo padrão, você tem que estar bem arrumado. Não que a gente não esteja limpo. A gente pode suar, pode sentar numa pedra normal. Você não precisa se preocupar muito com a aparência. É onde tenho meus amigos e onde me dou tri bem com eles” (MDM).**

Nesse testemunho, MDM gosta do trabalho de arrumador por ser o local de invisibilidade. Não há compromisso com as aparências e onde todos são iguais. De certa forma não haverá discriminação, lugar onde ele se sente bem.

O segundo caso, em que a discriminação interior da família também interferiu de sobremaneira na expectativa de ascensão social na vida de MS, porém de maneira diferenciada do caso anterior.

O pai de MS, composta pelo pai, negro, natural do Alegrete, veio como ferroviário e jogador de futebol para o município de Rio Grande. Ainda em Alegrete, completou o Ensino Fundamental e ingressou em uma ocupação valorizada no meio urbano. Em Rio Grande, casa-se com a mãe de MS, que é branca e estudou até a 4ª. Série primária, mesmo sendo dona de casa.

MS e mais dois irmãos formam a segunda geração, nascidos em Rio Grande. A irmã fez o Ensino Fundamental e é empregada doméstica. O irmão continua estudando, não trabalha e está fazendo o Ensino Médio. MS terminou o Ensino Fundamental, começou a trabalhar com 13 anos como ajudante de carga e descarga em obras, também foi servente de pedreiro. Trabalhou na indústria de pescado, em Rio Grande. Além disso, em 2004, foi para Pelotas, trabalhou na reciclagem como catador e depois fixou-se como arrumador. É desquitado e sua ex-companheira é dona de casa.

Possui apenas um filho do ex-casamento, que conta agora com 19 anos, está estudando no Ensino Médio e não trabalha.

A trajetória de MS diferencia-se dos demais tipos de trajetórias observadas para os arrumadores. O pai tinha o emprego de ferroviário e jogava futebol. Na época, a profissão de ferroviário, como a de portuário, tinha um grande prestígio social. Já ser jogador de futebol, apesar de ainda no período não apresentar grande prestígio, inseria o pai de MS nas agremiações mutualistas e nos clubes negros que formavam a rede de inserção do negro no mercado de trabalho.

Cabe ressaltar que o pai é negro e a mãe branca. O pai nunca foi aceito pela família da mãe. A discriminação familiar fica clara no depoimento, conforme o trecho a seguir:

**“Com certeza [em referência a ter recebido algum tipo de discriminação]. Isso a gente se depara todo dia. Inclusive na família, porque o fato da minha mãe ser mais clara... o fato da minha mãe ser branca. Minha mãe é branca, né. Tinha aquele troço, meu tio, meu avô, naquela época, que era bem mais rígido que agora. Pô, casaste com negro, coisa e tal, na família, dentro do troço. Então, ele sofreu, inclusive diversas vezes. Ele conversou comigo sobre isso, dentro da família, ser discriminado pelo meu vô. Eu, inclusive, eu presenciei meu tio, ele era até moço, então nós tomamos café na casa da minha mãe, e ele disse que comigo não sentava na mesma mesa. Até hoje, não acabou o preconceito” (MS).**

MS não conseguiu reverter a situação inicial do pai, principalmente pela desestruturação familiar, saiu cedo de casa. Tem pouco estudo e foi trabalhar em Rio Grande, nas fábricas de peixe, como cortador. Apesar de trabalhar em uma “fábrica”, não se compara a um operário, pois é um trabalho precário, onde os trabalhadores são avulsos e sem os direitos trabalhistas. As indústrias de peixe contratam por dia, porque dependem da safra de peixes, que é muito inconstante, além de variar muito de embarcação para embarcação (Martins, 2006). Isso se confirma no caso de MS, porque ele afirma que trabalhou em todas as fábricas de peixe de Rio Grande: Torquato Pontes, Pescal, Pesqueira Nacional e Albano Oliveira. Nesse sentido, o trabalho é precário porque a irregularidade justifica a falta de carteira assinada.

A ida para Pelotas dá continuidade à precariedade de sua situação, já que vai ser catador no setor de reciclados, até que entra na rede dos Arrumadores.

Para concluir os dois casos em que o casamento interracial resultou na adscrição, há semelhanças nessas trajetórias em razão da baixa estima gerada pelos conflitos familiares. De um lado a herança do capital social herdado é bloqueada, já que não há identificação do indivíduo como os valores familiares.

Por outro lado, a rede dos Arrumadores apresenta-se como o local de iguais e onde sua cor vai ser invisibilizada, local de segurança contra a discriminação. A ponto de, na fala de MDS, identificar o Sindicato como quase sua família, já que a sua verdadeira família não oferece um convívio tranquila. Já MS deixa clara a interferência da discriminação na desestruturação da família.

Por fim, o terceiro caso, é a trajetória de JLO, 37 anos. A primeira geração de sua família, composta por seus pais, é natural de Pelotas. O pai era analfabeto e trabalhava como pedreiro e a mãe doméstica, era semianalfabeta.

A segunda geração é formada por seis irmãos. Todos concluíram o Ensino Fundamental e três fizeram curso técnico. Já JLO é um dos que concluiu apenas o Fundamental. Começou a trabalhar com 13 anos, inicialmente como servente de obras. Trabalhou também no engenho de arroz, depois em instalação hidráulica, além de trabalhar como pintor e ajudante de carpetista. A última atividade, antes de virar arrumador, foi a de porteiro, trabalho que gostava, mas foi demitido por questões discriminatórias. Como pode ser observada na sua fala:

**“Tive duas experiências como porteiro. Uma foi até boa, e a outra, por discriminação racial, ou por uma discriminação camuflada, acabei perdendo o emprego” (JLO).**

Só iniciou como carregador por falta de opção, como deixa claro em seu depoimento:

**“Por ter sido demitido e não ter conseguido uma outra oportunidade de trabalho, prá não deixar minha família passar necessidade, acabei vindo trabalhar no Sindicato dos Arrumadores”(JLO).**

E mesmo ganhando mais que porteiro, não gosta de trabalho manual e de carga. A sua esposa é agente comunitária de saúde e tem o Ensino Médio completo.

Já a terceira geração é constituída por um filho de 16, que atualmente cursa o Ensino Médio.

A trajetória de JLO estaria neste terceiro tipo de trajetórias observadas para os Arrumadores, pois ele e os pais são naturais do meio urbano. Ele tenta reverter a situação inicial de seus pais, mas fica claro que a discriminação racial impediu que JLO atuasse em uma atividade do setor de serviço, que não utiliza grande esforço físico, restando a atividade de arrumador como a última saída para garantia da sua sobrevivência. É importante salientar que o filho, apesar de já estar com 16 anos, só estuda. JLO não quer que a sua trajetória se repita com o filho.

As declarações de JLO mostram que a discriminação racial o levou para a rede de arrumadores. A profissão de porteiro visibilizava a sua cor e devido ao preconceito racial teve impedido a continuidade do trabalho que mais gostava. Sem uma perspectiva de continuar nesta profissão, ele entra na rede e se torna invisível dentro de uma profissão possível para sua cor. Para que haja a reconversão de capitais sociais, que garanta a reclassificação dos indivíduos, dentro da classe, é necessário que ele se insira em uma rede de prestígio. Assim, por mais que JLO tende a entrar em outras redes, a cor da pele, ou a marca, o reconduz para a rede social possível, que é a dos Arrumadores.

Ao analisar os três tipos de trajetórias, pode-se concluir que, apesar das diferenças em termos de caminhos, formas de mobilidade e mesmo formas de reconversão de capitais herdados, existe um ponto em comum: a relação desses trabalhadores com a rede de Arrumadores vinculada à indústria arroseira. Em quase todos os exemplos, a rede entra na vida desses trabalhadores em momentos de inflexão, de dificuldade em conseguir reverter os capitais sociais herdados e transformá-los em mobilidade social ascendente.

Nesse sentido, a rede dos Arrumadores/indústria arroseira garante a proteção nos momentos de perigo, falta de perspectiva de trabalho, ou reconhecimento igual nos casos em que a discriminação opera sobre a vida do indivíduo. Ao

mesmo tempo, ela recoloca esses mesmos indivíduos na invisibilidade social do trabalho precário, desvalorizado e sem perspectiva de mobilidade social ascendente. De certa maneira, garante que esses trabalhadores continuem trilhando a mesma trajetória sem que haja possibilidades de mudanças, nem verticais ascendentes, como também as transversais, já que as possibilidades de mudança de campo a partir das reconversões ficam inviabilizadas a partir do momento que esses arrumadores se incorporam à rede.

O conceito de rede aqui utilizado é o mesmo que Mayer (1987) usa na discussão de rede e quase grupos, em que o autor trabalha com as possibilidades reais e não as virtuais do indivíduo acessar as oportunidades geradas pelas relações de interação com outro indivíduo ou associação. Esse conceito parte de um conjunto-de-ação, ou de possibilidades efetivamente empregadas pelos indivíduos. Assim, a rede está mais voltada para resolver problemas relacionados aos recursos materiais substanciais.

Ao analisar a rede Arrumadores/indústria arroseira a partir dos depoimentos, pode-se concluir que, no limite, as suas conexões não ultrapassam as possibilidades do trabalho precarizado, como também não criam condições para uma mobilidade ascendente de seus membros e, de certa maneira, não cria possibilidades de reconversão dos capitais sociais, econômicos e culturais herdados por esses trabalhadores.

### **4.3. Percepção da adscrição observada pelos Arrumadores na sua trajetória de vida**

No Roteiro de Entrevista, a terceira parte trata da discriminação racial, tendo sido precedida pela questão sobre algum tipo de preconceito sofrido por alguma das pessoas da família, que finalizou o item da trajetória de vida.

A partir da análise dos onze depoimentos dos Arrumadores, foi possível sistematizar a percepção que esses trabalhadores têm a respeito dos vários

tipos de preconceito e discriminação racial ou de classe por eles sofrida em diversos períodos de sua trajetória e em diferentes situações de sua vida: na escola, no cotidiano e no trabalho.

Ao tratar a questão da percepção da adscrição, do preconceito e da discriminação racial, é necessário diferenciar teoricamente os conceitos de preconceito, discriminação racial e racismo. Segundo Antonio Sergio Guimarães, racismo é designado como a doutrina, seja ou não científica, que dissemina a existência da raça e atribui a ela diferentes habilidades e qualidades que formam hierarquias morais, psicológicas, físicas e intelectuais. Já em termos sociológicos, o autor define que o preconceito está associado a um sistema de atitudes e a discriminação está ligada a comportamentos e ações. Assim, a discriminação seria um tratamento diferencial que pode gerar segregação e desigualdade racial. Por outro lado, o preconceito estaria ligado a crenças preconcebidas sobre as qualidades morais, intelectuais e psicológicas baseadas na idéia de raça (Guimarães, 2004:18).

Por sua vez, Nelson do Valle Silva (2000) define discriminação, do ponto de vista exclusivamente econômico, quando alguma característica “irrelevante” do indivíduo é utilizada para impedir o acesso do indivíduo às oportunidades econômicas, sociais e políticas. Essa característica chamada “irrelevante” não está relacionada com os reais potenciais, talentos, habilidades da pessoa discriminadas por quem discrimina.

Ao analisar as percepções dos arrumadores entrevistados, muitas das respostas estão relacionadas ao preconceito ligado a ofensas pessoais, outras vezes estarão ligados à discriminação, principalmente quando interferem nas trajetórias de vida. Outra questão é a discriminação que os Arrumadores sofrem enquanto categoria, que não é reconhecida pelos próprios como ligados à discriminação racial. Nesse sentido, é necessário refletir até que ponto essas discriminações estão ligadas à desqualificação da profissão ou cor dos integrantes do Sindicato.

A primeira percepção está ligada ao preconceito racial sofrido pelos pais, irmãos, sobre si e sobre os filhos.

Dos onze depoimentos, somente dois casos responderam que os pais sofreram algum tipo de preconceito: um no trabalho e outro em situações cotidianas, como ofensas em bailes. Já quanto a situações de preconceito sobre si e contra os irmãos, quatro responderam que sofreram algum tipo de exteriorização do preconceito através de ofensas, a maioria na escola, ou na casa dos amigos e outro em casa. Quanto aos filhos e à esposa, somente um caso afirmou da esposa ter sofrido discriminação no trabalho.

Quanto à discriminação no espaço de trabalho, dos onze entrevistados, em apenas dois casos foi apontada a existência de diferença no tratamento dado pelas empresas aos funcionários avulsos e os funcionários contratados. O depoimento de JLO destacou-se dos demais por causa da clareza com que relata e analisa vários procedimentos dentro da empresa, como pode ser observado no trecho a seguir:

**“ Citamos, por exemplo, uma empresa como a JOSAPAR. Prá não expor seus funcionários, que não cause um escândalo com a morte de um funcionário, um acidente de trabalho, eles contratam o Sindicato. Ou seja, os funcionários do Sindicato se expõem ao perigo, um perigo iminente, produtos químicos, trabalhos insalubre, de alta periculosidade... Eles contratam o Sindicato pra não expor seus funcionários, em razão de escândalo e da própria marca que eles representam.**

**O preconceito parte do princípio no momento em que chamam o Sindicato, ou seja, para a empresa não expor seus funcionário, eles contratam o Sindicato pra expor ao perigo... trabalho insalubre... Vou dar um exemplo, a seção de um pé de elevador, geralmente, de 7 ou 8 metro de profundidade, eles expõe um funcionário do Sindicato pra não expor funcionários deles” (JLO).**

O outro caso, em alguns momentos, identifica o trabalho de arrumador como trabalho de “preto”, não valorizado, ou em outros como um trabalho de pouco valor moral. Como enfatiza M.:

**“A gente fica mais na vista. Se rouba um bagulho, foi alguém do Sindicato. Se rouba celular, tudo é o sindicato.**

**É, a maioria acha que já é ladrão. Olha pela cara. A cara não julga nada. A cara da gente não é uma identidade. Tem pessoas aí que anda mal vestida, mas é porque não têm.**

**Na firma deles, o uniforme deles é café com leite; tem a JOSAPAR; tem o crachazinho com o nome deles. E a nossa é azul, que nem aquele rapaz que você tá vendo: calça azul, botina velha. O refugio de lá vem pra cá, pra gente usá.**

**Tem uma discriminação. Assim como eles coqueiam e fazem força, a gente faz igual” (M).**

Nesse depoimento, M. deixa claro que as desconfianças sobre os Arrumadores, estão vinculadas à aparência.

Já os outros nove entrevistados, negam que as diferenças de tratamento sejam forma de discriminação, chegando a defender o ambiente de trabalho e a necessidade destas formas de separação pela empresa. Como no exemplo abaixo exposto:

**“A firma tem de saber os que são funcionários deles e os que não são. Tem que ter o fardamento diferente, né. Trabalha bastante gente lá.**

**Oooh, tem uma pa de gente lá. É pra diferenciar quem é do sindicato e quem não é” (JM).**

Quanto à questão da percepção da discriminação racial na trajetória de vida, dois entrevistados chamam a atenção, pela forma como reconhecem a discriminação e como lidam com o discriminador.

A história de vida de JLO foi analisada anteriormente, na “trajetória urbana permeada pela adscrição”. Ele havia perdido o emprego por causa do racismo e, depois, só conseguiu uma colocação no Sindicato. Em suas falas, fica

evidente que, para ele, isso foi um descenso, o que pode justificar a forma crítica como observa a precariedade do trabalho do arrumador.

Porém, se a discriminação racial ficou evidente na sua relação de visibilidade de porteiro, no caso dos Arrumadores, não consegue enxergar a discriminação racial. Para ele, o descenso profissional ganha maior impacto em sua vida do que estar em uma categoria precária, de “pretos”.

Nesse sentido, pode-se caracterizar essa forma de percepção como aquela em o discriminado vê a discriminação, denuncia os discriminadores e tenta recorrer aos seus direitos, porém não vai até as últimas consequências, por algum motivo ou dificuldade e deixa de ver a discriminação quando entra na rede invisível dos Arrumadores.

Em suas declarações, JLO apresenta esse tipo de percepção da discriminação racial e manifestou-se quando ele exercia a atividade de porteiro. Porém, já como arrumador, ele não se sente fazendo parte da categoria e muito menos se vê como trabalhador negro.

O segundo tipo de percepção é aquela que também reconhece a discriminação, mas a vê como perigo. Assim, a discriminação é desprezada e contornada pela “malandragem” que ironiza e menospreza o discriminador.

Em seus depoimentos sobre a infância, M. lembra de momentos de discriminação e preconceito:

**“Na escola, tinha os amigos brancos, que as mães não deixavam a gente se misturar. Quando a gente ia na casa deles estudar, para fazer uma matéria, um estudo, nós tomava o café na rua, não tomava dentro de casa. Geralmente eles me ofendiam, diziam que negro não prestava...” (M).**

Outro momento de M. em que a questão da discriminação interfere na sua vida, já é na entrada da fase adulta, quando foge do Uruguai, por ter engravidado a filha do patrão:

**“Não, elas moram lá [mulher e filha]. Por preconceito também. Eu dormi com a filha do patrão e ela engravidou e eu vim embora. No caso, o pai era turco e a mãe era castilhana. Aí eu ouvi aquela história que o turco mata e vim embora. Quatro hora da manhã, eu vim embora. Eles vieram em Pelotas. Me pagaram certinho o que eu trabalhei. Pra mim abrir mão da criança. Nunca mais vi meu filho. Hoje ela tá grande. Eu tenho 8 filhos” (M).**

No depoimento acima, M. sente a questão do preconceito racial, ao ser preterido para casar com a filha do patrão, a ponto de o pai de sua companheira pagar as contas, como forma de impedir que ele veja a filha.

No trabalho, como já foi mostrado através de seu depoimento, M. também percebe a discriminação, principalmente quando acontece algo de errado na firma, sempre culpam os Arrumadores e essa discriminação M. associa à aparência.

Ele também relata que a sua companheira teve dificuldade de conseguir emprego por causa da cor.

Mas, ao falar sobre a discriminação sofrida pelos filhos, M. conta que a professora fala do seu passado, como mulherengo e malandro, de forma a dizer para os seus filhos que irão seguir o mesmo caminho.

Por fim, M. fala da sua identificação com os negros, na juventude:

**“Na minha infância, tinha uma turma que chamava a gangue dos punks. Nós morava na porta do tablado. Eu morava na COHAB Tablado e me criei com o pessoal das corujas da Santos Dumont. O negro das corujas brigava com os brancos da COHAB. Em vez de eu sair com o**

**peçoal da COHAB, eu saía com o peçoal da coruja. Eu sempre me dei com o peçoal” (M).**

Para M. a questão do preconceito e da discriminação é clara e ele consegue enxergar, nos diferentes momentos de sua vida, a interferência desse instrumento de interdição. Porém, ele assume a figura do malandro, chegando a afirmar que teve vários filhos, andou por vários lugares e que apesar de discriminado, tira proveito das situações.

Ao analisar as diversas percepções que os Arrumadores têm em relação ao preconceito e à discriminação racial, pode-se concluir que, em relação à discriminação sofrida pelos entrevistados e seus familiares no cotidiano das suas vidas, existe uma grande maioria que não vê essas manifestações no seu dia a dia; ou quando as percebem, acham que elas não interferem na sua mobilidade social. Há uma pequena parcela dos entrevistados que percebe a manifestação de atitudes ou ações discriminatórias e acham que essas manifestações prejudicam ou interferem na sua mobilidade social. Porém, as reações a essas manifestações são diferenciadas: de um lado, há uma manifestação de repúdio e denúncia à discriminação: de outro, a reação é dada através do desprezo. Nos dois casos de percepção do preconceito e da discriminação não se converteram em ações coletivas que alterem o *status* social do indivíduo.

Nos dois casos de percepção da questão da discriminação e a ação dos agentes na transformação da situação, pode ser trabalhada a partir da análise que Giddens faz sobre a conduta estratégica em relação às estruturas sociais. Nesse sentido, os atores têm consciência discursiva e prática, utilizam estratégias a partir dos contextos definidos, mas a conduta e reação dos agentes não significam necessariamente a transformação dessa situação.

Assim, dentro das atividades sociais, os atores têm razões para fazer o que fazem, mas as consequências são impremeditadas (Giddens, 2009). Os atores sociais não escapam do destino traçado pelas instituições.

Quanto à discriminação racial vinculada ao ambiente de trabalho pode-se observar que em só um dos casos existe a percepção desse vínculo, em que o arrumador atesta que essa profissão é vista socialmente relacionada à cor “preta”, ao “esforço físico” e à “degradação moral”. Os demais entrevistados não veem relação entre raça e as discriminações dentro do espaço de trabalho. Percebem essas discriminações ligadas à questão da formalidade trabalhista, em que as diferenças de tratamento dentro da empresa é uma forma de diferenciar quem é formalmente contratado ou não. Alguns trabalhadores não chegam a achar que existe algum tipo de discriminação dentro das empresas em relação ao serviço avulso, prestado pelos Arrumadores.

Essa forma de perceber as relações raciais desvinculadas das relações de trabalho, apesar de o Sindicato ter uma predominância de trabalhadores negros, pode ser discutida a partir das formas de atuação do Sindicato dos Arrumadores frente à questão racial hoje, e das associações mutualistas e dos sindicatos ligados ao Porto no início do século XX.

O Sindicato dos Arrumadores hoje, por não ser exatamente um sindicato e sim um agenciador da mão de obra avulsa, não tem uma preocupação pelos direitos dos trabalhadores em contraposição aos interesses da classe patronal, já que ele faz a intermediação na contratação do serviço. Por outro lado, mesmo não sendo um sindicato, mas uma associação, essa também não atua nas questões culturais, sociais ou mesmo identitária dos seus afiliados.

Já o Sindicato dos Estivadores, no início do século XX, tinha uma dupla atuação: de um lado, lutavam pelas questões sindicais, vinculadas ao trabalho; de outro, atuavam também nas questões sócio-culturais. Como já foi apresentado no Capítulo 3, Loner (1999) assinala a importância da dupla militância dos sindicatos e associações mutualistas nas questões trabalhistas e na luta pela inserção do negro na sociedade capitalista. Em seu trabalho sobre os trabalhadores portuários do Rio de Janeiro, Maria Cecília Velasco e Cruz (1998) vê, nas ações da União dos Operários Estivadores, preocupações com as questões ligadas à resistência negra, em termos culturais e identitários, principalmente dos ex-escravos.

Assim, a atuação dos dois sindicatos em momentos diferenciados vai interferir na questão da percepção dos seus afiliados quanto às formas de discriminação sofrida pelos trabalhadores na sociedade como um todo e, mais especificamente, no ambiente de trabalho. Enquanto no início do século XX a questão racial estava vinculada à questão sindical, hoje, a ação do Sindicato dos Arrumadores está desvinculada da raça, só atuando sobre as questões do mundo do trabalho, apesar da grande maioria dos trabalhadores sindicalizados se autodefinirem como pretos ou pardos.

Nesse caso, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que o Sindicato não trabalha com a dimensão identitária racial desses trabalhadores, reforça a condição de trabalhador precário e negro, já que essas características estão associadas ao trabalho desqualificado e de esforço físico.

Como já foi enfatizado no Capítulo 2, a família negra não investe na educação, por falta de expectativa de possibilidade de ascensão a longo prazo para os filhos, pois para isso seria necessário entrar em uma rede de influência que garantisse a mobilidade ascendente e dificilmente isso seria possível para uma pessoa negra. No caso dos Arrumadores ao entrar na rede Arrumadores/ indústria arroseira, mais do que falta de expectativa, o trabalhador negro assume limites de relações sociais, que resultam na impossibilidade de ascensão e de reconversão de capitais que garantam a sua mobilidade positiva, colocando o trabalhador em um determinado patamar da sociedade.

## Conclusão

Ao investigar a mobilidade dos negros no Rio Grande do Sul, a partir dos dados da PNAD 96 para o Estado, chegou-se à evidência da existência de uma grande tendência de descenso dos grupos de cor pretos e pardos em relação aos brancos. Esses dados especificam a questão da desigualdade racial no Estado, como uma tendência de menor mobilidade para os negros em relação aos brancos, tanto na ascensão como no descenso.

Tal situação aponta para uma intensificação da mesma tendência, levantada por Nelson do Valle da Silva, para o Brasil, que também observou uma maior mobilidade racial ascendente do grupo da cor branca. Ao se comparar a evolução de cada grupo de cor, essa situação também se repete dentro dos estratos ocupacionais, com pequenas diferenças entre o índice nacional, frente ao estadual. No caso do Rio Grande do Sul, além da mobilidade ascendente de pretos e pardos ser menor que a dos brancos, existe uma tendência ao descenso, atingindo índices bem maiores que as do nacional. Enquanto no Brasil o descenso de pretos e pardos estão próximos aos 13%, no Rio Grande de Sul atinge o índice de 22%, comprovando, também para a sociedade gaúcha, “a natureza cumulativa do processo de construção intergeracional desta desigualdade” (Silva, 2000:37).

Além da desvantagem do negro em relação à mobilidade ascendente do branco, no caso gaúcho, os grupos de cor pretos e pardos não têm muitos representantes nos estratos mais altos da sociedade, o que mostra um fenômeno da existência de uma linha de impedimento, ou seja, uma “barreira”, um obstáculo à ascensão social intergeracional dos grupos de cor pardos e pretos aos estratos sociais mais altos da sociedade (médio superior e alto), principalmente nas ocupações que exigem um grande investimento por parte dos pais.

Os dados intergeracionais mostram que existem poucos representantes, em termos estatísticos, dos filhos, nos estratos médio superior e alto do grupo de

cor preta e parda. Assim, pode-se afirmar que a ascensão ou a estabilidade dos grupos pardos e pretos ocorre em ocupações que não exigem uma grande qualificação profissional ou escolaridade. Todas essas ocupações estão vinculadas aos trabalhos manuais, principalmente nos estratos baixo superior, representadas por vigias, serventes, trabalhadores braçais sem especificação, vendedores ambulantes, empregados domésticos, etc; e, no médio superior, representadas por motoristas, pedreiros, mecânicos de veículos, carpinteiros, marceneiros, pintores, caiadores, eletricitas de instalações, etc.

O que chama ainda mais a atenção para essa barreira social é que, na comparação intergeracional dos fluxos de saída, isto é, quando se analisa o destino dos filhos, pode-se perceber que, a partir do estrato médio médio, os filhos não ascendem até a posição do pai, sendo ainda que 77,7% dos pretos têm a ocupação igual ou inferior a dos pais, só ascendendo 22,4%. Esse número vai decrescendo conforme aumenta a ocupação do pai, a ponto de ser observada a quase inexistência estatística de representantes dos filhos dos grupos de cores pardos e pretos no último estrato social. Esse estrato tem por característica abranger profissionais com níveis de escolaridade superior, altamente qualificado e de origem urbana. Nenhum dos pais dos grupos cor preto e pardo, de todos os outros estratos conseguiu colocar seus filhos no último estrato. Até mesmo os pais do estrato mais alto não conseguiram que seus filhos se mantivessem no mesmo estrato, o que mostra a dificuldade que o negro tem na sociedade gaúcha de manter seus herdeiros nos patamares mais altos da sociedade.

A existência da linha de impedimento ou barreira social apontada na PNAD 96 para pretos e pardos, nos últimos estratos sociais, representa a quase impossibilidade de mobilidade intergeracional às ocupações mais prestigiadas pela sociedade gaúcha. Em vista disso, dificilmente os pais pretos e pardos investirão na carreira do filho, sabendo que não existe na sociedade a possibilidade de ascensão depois de determinado patamar social. Mais do que a desigualdade social, há a desigualdade de expectativa na ascensão social, pois todos os representantes da elite têm a cor branca. Essa questão do

investimento educacional foi percebida nas trajetórias do estudo de caso dos Arrumadores de Pelotas.

Assim, no Rio Grande do Sul, a marca racial garante o impedimento ao acesso do negro a recursos educacionais e mantém a raridade relativa dos diplomas só para a parcela branca da população gaúcha, comprovado pelos ínfimos números, que não podem ser comparados à proporção populacional, de pretos e pardos, graduados e pós-graduados, nos dados do censo do IBGE, de 2000. No caso gaúcho, existe uma dificuldade em almejar outras profissões, diferentes daquelas que estão vinculadas à força física e ao trabalho desqualificado.

Pode-se concluir que a população negra do Rio Grande do Sul, formada por indivíduos da cor preta e parda, enfrentou maior dificuldade para ascender dentro da estrutura social gaúcha, do que o grupo de cor branco, principalmente para além de um determinado patamar, que exige maior investimento educacional. Isso vai confinar parte dessa população em determinado *locus* social do trabalho desqualificado e informal. Tal situação contribuiu para uma espécie de interdição do negro aos estratos superiores da sociedade e criou o que podemos chamar de “teto de vidro” dentro da pirâmide social, em que os indivíduos negros “podem observar” os brancos transitar acima de sua condição social, frustrando a expectativa de ascensão social e qualquer estratégia de reconversão de capitais, sejam eles sociais, culturais ou econômicos.

A partir da constatação da tendência ao descenso dos grupos de cor preta e parda, e da existência de uma barreira no meio da pirâmide social, esta pesquisa buscou explicar, através do estudo de caso, como pais e filhos, afetados por esse impedimento, mobilizam as estratégias que implicam em reconversões de capitais sociais disponíveis. Além disso, reconstituiu entendimento de um *modus operandi* do racismo, que interfere de maneira negativa nas reconversões e nos deslocamentos dos mesmos. As conclusões do estudo de caso referem-se a dois momentos da categoria dos portuários: os

Estivadores em meados do século XX; e hoje os Arrumadores, ambos da cidade de Pelotas.

O estudo de caso focou a cidade de Pelotas devido a sua importância enquanto cidade que comportou o maior número de negros do Estado no século XIX, ao desenvolver as atividades econômicas do charque, que utilizavam a mão de obra escrava. Com a abolição, parte dessa população foi incorporada ao trabalho assalariado com a ajuda das associações mutualistas. Assim, o negro passou por um processo de mobilidade ascensional, atuando em atividades que eram valorizadas na época como a atividade portuária e de alfaiataria, entre outras.

Esse processo de valorização das atividades portuárias não resistiu às mudanças em curso no final do século XX, já que, a partir da década de 90, a modernização do Porto interrompeu esse processo e iniciou outro, o de precarização da categoria dos Arrumadores de Pelotas, a partir do momento em que o Sindicato se desvinculou do Porto. A criação do Órgão Gestor da Mão de Obra (OGMO) transformou a categoria, mudando a relação entre os estivadores e arrumadores com a gestão portuária estatal. O Órgão Gestor passou a ser uma entidade prestadora de serviço, que exige novas habilidades desses trabalhadores, tais como a manipulação de empilhadeiras e o conhecimento informacional. Essa exigência de especialização descaracterizou a antiga categoria portuária, tanto no sentido da qualificação, como no da identidade racial. Assim, estivadores e arrumadores vinculados ao Porto de Rio Grande, através do OGMO, deixam de ser identificados como trabalhadores desqualificados e negros.

Essa constatação foi afirmada pelo presidente do Sindicato dos Arrumadores de Rio Grande, ao argumentar que, desde a criação do Órgão Gestor, houve uma mudança na caracterização dos trabalhadores vinculados ao Sindicato, tanto no sentido da qualificação, escolaridade, idade e cor dos sindicalizados.

O Sindicato dos Arrumadores de Rio Grande possui 500 sindicalizados, dos quais 130 são trabalhadores vinculados, enquanto 370 trabalham em forma de

rodízio. Entre vinculados e não vinculados, 200 têm carteira de habilitação, qualificação que garante o embarque de automóveis e veículos agrícolas, com índice zero de avarias. Todos os associados já passaram pelos cursos de qualificação de operação de guindastes e empilhadeira, oferecidos pela Marinha Mercante, e a grande maioria dos sindicalizados tem ensino médio.

Ainda, segundo o presidente, a categoria caracteriza-se por concentrar trabalhadores mais novos em relação aos outros trabalhos de capatazia, os Arrumadores têm em média 35 a 40 anos, sendo que a maioria é de origem urbana.

Quanto à cor dos sindicalizados, ele afirma que 60% seriam brancos e 40%, negros. Atesta que no passado a categoria pode ter tido uma maioria negra, da mesma forma que o trabalho de capatazia era visto naquela época como um trabalho que exigia grande esforço físico, mas hoje não vê mais essas características. Justifica também que, devido à qualificação, os arrumadores, apesar de serem trabalhadores avulsos, são considerados representantes de uma profissão de certo prestígio, já que a utilização dessa mão de obra vem aumentando a partir da constante ampliação do movimento de cargas no Porto de Rio Grande.

Porém, no caso de Pelotas, a queda drástica na movimentação de mercadoria do Porto levou praticamente à extinção dos estivadores e, no caso dos arrumadores, a sua desvinculação do Porto e, conseqüentemente, a procura de prestação de serviço em novos setores da economia pelotense.

Esse mecanismo de precarização da força de trabalho aparece na análise de Ricardo Antunes, quando avalia esse processo como reflexo das transformações na base produtiva e no fortalecimento da flexibilização do trabalho:

*“(...) a classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais. Tornou-se qualificada em vários setores, como na siderurgia, em que houve uma relativa ‘intelectualização’ do trabalho, mas desqualificou-se e precarizou-se em diversos ramos (...). Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador ‘polivalente e multifuncional’ da era informacional, capaz de operar máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade sua dimensão mais ‘intelectual’ (sempre entre aspas). E, por outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de part-time, emprego temporário, parcial, precarizado, ou mesmo vivenciando o desemprego estrutural” (Antunes, 2005:31).*

Segundo o autor, a precarização irá incidir de forma intensa sobre determinados grupos de trabalhadores, tais como os negros, as mulheres e os imigrantes.

No caso dos Arrumadores de Pelotas, a modernização portuária provocou, além do fim de suas atividades no Porto, a transferência dessa categoria para setores que ainda necessitam de trabalho não especializado e que utilizam a força física, iniciando o processo de precarização da categoria. Nesse caso, a precarização preserva a identidade racial, dado que 78% dos arrumadores se autodenominam negros. Assim, se o processo de modernização e flexibilização do trabalho precarizou parte da massa trabalhadora, essa massa trabalhadora tem cor.

Porém, é necessário frisar que, no passado, ao contrário da desvalorização vivida pelos arrumadores hoje, os estivadores tiveram uma trajetória ascendente, principalmente no período pós-abolicionista, já em meados do século XX.

Os estivadores de Pelotas conseguiram, na sua trajetória de vida, através da sua profissão, estabilidade e certo prestígio social. Nesse caso, a trajetória da

primeira e segunda geração conseguiu reverter um volume de capital para um deslocamento social transversal. A primeira geração, dos pais dos estivadores, nasceu no espaço rural e, em determinado momento, migrou para o espaço urbano; já a segunda geração, se não nasceu no espaço urbano, veio, ainda criança, para a cidade, o que possibilitou frequentar a escola e, mais tarde, exercer profissões vinculadas ao setor de serviço, mas que ainda utiliza o trabalho manual, como os portuários, ou mesmo alfaiates. Com uma renda maior que seus pais, e mais constante, passaram a frequentar clubes e associações negras, que ajudaram na sua inserção social.

Outra evidência da importância e do prestígio da categoria foi a possibilidade de reconversão do capital econômico em cultural, que proporcionou aos seus filhos condições de estudarem e terminarem a universidade.

Por outro lado, ao analisar os depoimentos dos arrumadores, percebe-se que eles só irão desfrutar do mesmo prestígio que os estivadores tiveram no passado até os anos 90 do século XX, o início do processo de modernização dos portos. Isso porque a modernização portuária implicou em uma transformação no serviço prestado pela categoria dos arrumadores em termos de qualificação e conhecimento. No caso dos trabalhadores de Pelotas, por estarem vinculados a um porto secundário, quase desativado, e por não se adaptarem às novas demandas do trabalho, foram obrigados a redirecionar suas atividades para outros setores de serviços não portuários, mas igualmente desqualificados e relacionados ao esforço físico.

Assim, o segundo momento do estudo de caso foi focado nos Arrumadores de Pelotas e a primeira constatação é que se trata de uma categoria profissional formada majoritariamente por negros. Essa característica, além de demonstrada na pesquisa pela contabilização das fichas cadastrais dos trabalhadores, é também reconhecida nos depoimentos dos próprios sindicalizados, como também pelos empregadores, que identificam a categoria dos Arrumadores como negros. É importante evidenciar que neste levantamento não foram encontradas na região outras categorias que fossem

identificadas como negras e, como foi evidenciado pelo depoimento do presidente do Sindicato dos Arrumadores de Rio Grande, essa identificação racial também não é compartilhada pelos associados do sindicato desse município.

Na análise das trajetórias dos Arrumadores de Pelotas, surgiram três tipos recorrentes de trajetórias de vida. Apesar das diferenças em termos de caminhos, formas de mobilidade e mesmo formas de reconversão de capitais herdados, existe um ponto em comum entre eles: a relação desses trabalhadores com a rede de Arrumadores vinculada à indústria arrozeira. Em quase todos os exemplos, a rede entra na vida desses trabalhadores em momentos de inflexão, de dificuldade em conseguir reconverter os capitais sociais herdados e transformá-los em mobilidade social ascendente.

Nesse sentido, a rede garante a proteção nos momentos de perigo, falta de perspectiva de trabalho, ou reconhecimento como igual nos casos em que a discriminação opera sobre a vida do indivíduo. Mas, ao mesmo tempo, ela recoloca esses mesmos indivíduos na invisibilidade social do trabalho precário, desvalorizado e sem perspectiva de mobilidade social ascendente. De certa maneira, garante que esses trabalhadores continuem trilhando a mesma trajetória, dentro de conjuntos-de-ação limitados, sem que haja muitas possibilidades de mudanças, sejam verticais ascendentes, sejam as transversais, já que as possibilidades de mudança de campo a partir das reconversões ficam inviabilizadas a partir do momento que esses arrumadores se incorporam na rede.

Essas mudanças no mundo do trabalho sobre a categoria dos portuários implicam também em transformações na questão da identidade racial. No início do século XX, a incorporação do negro na sociedade pelotense estava associada às lutas sindicais e à participação nos clubes, bibliotecas e sociedades musicais, que garantiam certo *status* na sociedade pelotense. Hoje, o Sindicato está desvinculado da questão racial e preocupado com as perspectivas de emprego de seus associados, apesar de ser um sindicato

reconhecido como de trabalhadores negros, e de não haver evidências de outra categoria com essa característica.

O problema da decadência do prestígio dessa categoria deu-se com as transformações do mundo do trabalho, ocorridas a partir da modernização do Porto de Rio Grande e a quase desativação do Porto de Pelotas. Essa categoria desqualificada e com um grande número de trabalhadores negros irá sentir, além da queda de prestígio, os efeitos da precarização: a falta de direitos, terceirização, precárias condições de trabalho e a impossibilidade de uma mobilidade ascendente a partir de determinado patamar da sociedade. Assim, ser negro, em Pelotas, significa estar associado a um tipo determinado de trabalho. Além disso, os efeitos perversos do processo de modernização do trabalho portuário foram sentidos com maior intensidade pelos trabalhadores negros de Pelotas.

Em termos de trajetória de vida, a rede utilizada por esses trabalhadores possibilitará não mais do que a manutenção da situação precária, pois a rede, enquanto possibilidade real de contatos, não cria possibilidades diferentes daquela que reproduz o trabalho desqualificado, manual, recolocando os seus filiados, que são negros, no patamar inferior da sociedade. A rede Arrumadores/indústria arroseira, por fazer a relação intrínseca entre a cidade e o campo e pela forma pessoal da gestão da mão de obra, acaba por limitar as possibilidades de mobilidades dos seus participantes, reproduz as hierarquias sociais do passado dentro do processo de modernização das sociedades capitalista periféricas, já apontadas por Florestan Fernandes (1965). De certa forma, a rede aloca o negro para o trabalho bruto e, na perspectiva de uma sociedade que mantém a adscrição, no seu lugar social. Conforme as análises das trajetórias dos Arrumadores de Pelotas, ao entrar na rede, o trabalhador não tem em vista uma perspectiva de ascensão social, deixa de investir nos capitais herdados pela geração anterior e conforma-se com a perspectiva de trabalho desqualificado e vinculado ao esforço físico.

Nesse sentido, ao entrar na rede, o indivíduo reproduz um *habitus precário*. Esse conceito foi desenvolvido por Jessé Souza (2006) e nessa acepção, o

*habitus precário* seria um tipo de personalidade ou disposição de comportamento que não garante as demandas competitivas e que impossibilita o gozo do reconhecimento social e as consequências existenciais e políticas do indivíduo enquanto cidadão. Ao desenvolver o conceito, Souza redimensiona e subdivide o conceito de *habitus* de Bourdieu, para as sociedades capitalistas periféricas. Segundo o autor, o *habitus* bourdiesiano representa a incorporação pelos sujeitos de disposições e esquemas avaliativos a partir da estrutura sócio-econômica. No caso das sociedades capitalistas modernas, para que os princípios normativos e jurídicos fossem incorporados, foi necessário um aprendizado coletivo que permitisse a eficácia social de regra jurídica da igualdade e da cidadania. Isso só foi possível quando a percepção da igualdade foi efetivamente internalizada na vida cotidiana, o que Souza define de *habitus primário*. Já no caso das sociedades capitalistas periféricas houve a ausência dessa dimensão na relação entre classe dominante e dominada e, no caso brasileiro, só uma parte da população desenvolveria o *habitus primário*, enquanto para outra só restaria o “*habitus precário*, que implica na existência de redes invisíveis e objetivas, que desqualificam os indivíduos e grupos sociais precarizados como subprodutores e subcidadãos” (Souza, 2006:48).

Cabe ressaltar que utilizo parte do conceito de *habitus precário* desse autor, pois para justificar a criação da “ralé estrutural” nas sociedades periféricas como generalização de toda uma parcela da população brasileira, Souza despreza a questão de a marginalização estar vinculada à questão racial. Ao negar a existência da raça nessa categoria de pessoas desclassificadas, o autor, de certa forma, reedita a discussão sobre a discussão da discriminação no Brasil ser de classe e não de raça, defendida pela escola americana. Dessa forma, não considera na distinção de classe a questão da marca como fator importante para a adscrição. Nesse sentido, Jessé Souza acaba por desprezar a contribuição crucial da obra de Florestan, quanto a crítica a democracia racial, enquanto instrumento ideológico de esconder o preconceito. Sem esse dispositivo a dominação não agiria sobre determinada parte da sociedade, impondo a interdição dos negros ao mercado de trabalho. Além disso, também não leva em conta os trabalhos de Hasenbalg e Nelson do Valle da Silva (1992), que reafirmam a questão da desigualdade racial no Brasil, mostrando

que a pobreza tem cor. Dessa forma, utilizarei o conceito de *habitus precário* de Jessé Souza, porém vinculado à raça negra.

Dessa maneira, a rede arrumador/indústria arroeira se caracterizar-se-ia como precarizadora do *habitus* de seus filiados. Ao entrar nessa rede, o trabalhador acaba diminuindo o acesso a outras possibilidades de reconverter qualquer tipo de capital herdado, limitando o acesso aos recursos escassos disponibilizados na sociedade. O conceito de rede aqui empregado trabalha com as possibilidades reais colocadas em ação pelo indivíduo e não as possíveis ou virtuais do indivíduo acessar as oportunidades geradas pelas relações de interação com outro indivíduo ou associação. Do mesmo modo em que Mayer trabalha com a limitação da rede a partir da relação entre indivíduo e seu conjunto-de-ação, ressalto o limite material potencial da rede em termos de conexões e as possibilidades efetivamente empregadas pelos indivíduos (Mayer, 1987:143).

Assim, no caso dos arrumadores, a rede, enquanto relações profissionais, de amizade ou mesmo de clientelismo gerado pelo sindicato, são limitadas e finitas a um conjunto-de-ação que acaba recriando a precariedade e que evidencia os arrumadores como trabalhadores negros.

Neste trabalho, os dados quantitativos mostram que, na sociedade gaúcha, mais do que reproduzir a desigualdade social, intensificou a discriminação, principalmente quando se observa criação da barreira social, interditando o acesso do negro aos estratos mais altos da sociedade, mantendo-o no *locus* dos trabalhos menos qualificados. Além disso, essa impossibilidade gera a tendência do não investimento em capitais educacionais que possam gerar possibilidade de mobilidade ascendente, dado que os capitais simbólicos são negativos. Isso porque há uma desigualdade na possibilidade de expectativa de ascensão social. Apesar da importância da descoberta dessa interdição, foi necessário ultrapassar os limites das generalizações para entender como essa barreira interfere na trajetória de vida do indivíduo.

Assim, ao se investigar o estudo de caso da categoria ocupacional negra dos Arrumadores de Pelotas, houve a possibilidade de vislumbrar as formas de reconversão dos capitais sociais, econômicos e culturais herdados pelos trabalhadores na sua trajetória de vida e como o *modus operandi* do racismo interfere em seu cotidiano. Observou-se que o prestígio dos trabalhadores portuários mudou a partir do processo de modernização. As forma de intensificação da automatização e a flexibilização do trabalho acabam por expulsar o negro das possibilidades de trabalho especializado e intelectual, ao mesmo tempo em que embranquece a categoria no momento em que essas transformações se efetivam; ainda empurra os trabalhadores negros para as atividades econômicas em que as possibilidades do trabalho precário e vinculado ao esforço físico ainda se fazem necessárias. Nesse processo, essa categoria vai utilizar os dispositivos de reconversão que mobilizam os seus filiados para uma trajetória de mobilidade negativa, através da rede Arrumadores/indústria arroseira. A utilização dessas conexões de influência fez com que o indivíduo desenvolvesse um *habitus precário* que o desqualifica como cidadão, no sentido de utilizar os capitais sociais disponíveis para efetivar em sua plenitude competição do mercado de trabalho, criando a “ralé estrutural negra”. Se a sociedade sofre com as consequências desses processos de modernização e flexibilização do trabalho, o grupo racial negro no Rio Grande do Sul sofre de maneira muito mais intensa e é impelido para a margem da sociedade, no lugar do não direito.

## Referências Bibliográficas

- ANJOS, José Carlos dos. “A categoria raça nas Ciências Sociais e nas políticas públicas no Brasil”. In: Santos, José Antonio dos; CAMISOLÃO, Rita de Cássia e LOPES, Vera Neusa(org.). *Tramando falas e olhares, compartilhado saberes: contribuições para uma educação anti-racista no cotidiano escolar*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? – ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2000.
- \_\_\_\_\_ . *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boi Tempo, 2005.
- AZEVEDO, Célia Marinho de. “O abolicionismo transatlântico e a memória do paraíso racial brasileiro”. In: *Estudos Afro-asiáticos*, n.º 30, dez.1996.
- \_\_\_\_\_ . *Anti-racismo e seus paradoxos – reflexão sobre cota racial, raça e racismo*. São Paulo: Annablume, 2004.
- AZEVEDO, Thales de. *Cultura e situação racial no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.
- BAIROS, Luiza. “Orfeu e Poder: uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil”. In: *Estudos Afro-asiáticos*, n.º 17,1996.
- BALCÃO, Nilde Ferreira. *Terceirização: a desmontagem do contrato de trabalho*. São Paulo: Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. USP, 2000.

- BARCELLOS, Dayse Macedo de. Família e ascensão social de negros em Porto Alegre. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em antropologia social – UFRJ / Museu Nacional, 1996.
  
- BARNES, J. A., "Redes sociais e processo político. In: *Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos*. Org. FELDMAN-BIANCO, Bela. São Paulo: Global, 1987.
  
- BASTIDE, Roger. *As Américas Negras: civilizações Africanas no novo mundo*. São Paulo: Difel, 1974.
  
- BLAU, P.; DUNCAN, O. D. *The American Occupational Structure*, New York: Willey. 1967.
  
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
  
- \_\_\_\_\_ . *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 2004.
  
- CAILLAUX, E.: "Cor e Mobilidade Social no Brasil". In: *Estudos Afro-Asiáticos*, vol 26, 1994, p. 53 a 66.
  
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
  
- \_\_\_\_\_ . *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*. Florianópolis: Insular, 2000.
  
- \_\_\_\_\_ . "Os brancos e a ascensão social dos negros em Porto Alegre". In: *Anhembi*, ano X, n. 117, vol. XXX, ago. 1960, pp. 583-596.

- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- COSTA, Emília Vioti da. “O mito da democracia racial brasileira”. In: *Da monarquia à república, momentos decisivos*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- COSTA PINTO, A. L. *O negro no Rio de Janeiro: relações de raça em uma sociedade em mudança*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.
- CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Virando o jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Tese de doutorado - USP, 1998.
- \_\_\_\_\_ . “Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905 – 1930”. In: *Afro-Ásia*, nº 24, 2000.
- DAVIS, K.; MOORE, W. E. “Some Principles of Stratification”. In: *American Sociological Review*, nº 10, 1945.
- DA MATTA, Roberto. *Relativizando, uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1990.
- DEGLER, Carl N. *Nem preto nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Editorial Labor, 1976.
- FERNANDES, Florestan. *Integração do Negro na sociedade de classes*. São Paulo: Cia editora Nacional, vol. I e II, 1965.
- \_\_\_\_\_ . *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difel, 1972.

- FIGUEIREDO, Ângela. *Novas elites de cor – estudo sobre os profissionais liberais negros em Salvador*. São Paulo: Anna Blume, 2002.
- FRANCO, Affonso Arinos de Mello. *Conceito de civilização brasileira*. São Paulo: Editora Nacional, 1936.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.
- \_\_\_\_\_ . *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- FRY, Peter. “O que a Cinderela Negra tem a dizer sobre a ‘política racial’ no Brasil”. In: *Revista USP*, n° 28.
- ERIKSON, R. e J. GOLDTHORPE, J. *The Construct Flux. A Study in Class Mobility in Industrial Societies*, Oxford: Claredon Press, 1993.
- YAISH, M.; KRAUS, V. “Class Mobility in Israeli Society: a comparative perspective”. In: *Research in Social Stratification and Mobility*, no. 15, p.3-28, 1997.
- GILL, Lorena Almeida; LONER, Beatriz Ana. Os clubes carnavalescos negros de Pelotas (RS). In: *3º. Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil meridional*. Florianópolis, 2007. Endereço eletrônico: [www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/37.37.pdf](http://www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/37.37.pdf).
- GOLDTHORPE, John H et al. *The Affluent Worker in Class Structure*. London: Cambridge University Press, 1969.

- GOLDTHORPE, John H.; LLEWELLYN, Catriona; PAYNE, Clive. *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*, Oxford: Claredon Press, 1987.
- GOODMAN, L. *The Analysis of Cross-Classified Data*, New York: Plenum, 1979.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio. “Brasil - EUA: Um diálogo que forja nossa identidade racial”. In: *Estudos Afro-asiáticos*, n.º 26, set.1994.
- \_\_\_\_\_ . “Cor, classe e status nos estudos de Pierson, Azevedo e Harris na Bahia, 1940-1960”. In: MAIO, Marcos Chor (org.). *Raça, ciência e sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil/ Editora Fio Cruz, 1995.
- \_\_\_\_\_ . *Classes, raça e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- \_\_\_\_\_ . *Preconceito e Discriminação*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- \_\_\_\_\_ . *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2005.
- GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2001.
- HANCHRARD, Michel. “Cinderela negra? Raça e esfera pública no Brasil”. In: *Estudos Afro-asiáticos*, n º 30, 1996.
- HARRIS, Marvin. *Padrão Racial nas Américas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

- HASENBALG, Carlos. "Raça e Mobilidade Social". In: Hasenbalg, C. e Silva, N. do V., *Estrutura Social, Mobilidade e Raça*, Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ, 1988.
  
- \_\_\_\_\_ . *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.
  
- HASENBALG, Carlos A. & SILVA, Nelson do Valle. *Estrutura social, mobilidade e raça*. São Paulo, Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ, 1988.
  
- \_\_\_\_\_ . *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed./IUPERJ, 1992.
  
- \_\_\_\_\_ . (org.) *Origens e destinos – desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2003.
  
- HAUSER, R. "A Model for the Mobility Table". In: *Social Forces*, 1980.
  
- HOFBAUER, Andréas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
  
- IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difel, 1965.
  
- \_\_\_\_\_ . *Escravidão e racismo*. São Paulo: 1978.
  
- \_\_\_\_\_ . *Raças e classes sociais no Brasil*. São Paulo: Editora brasiliense, 1997.
  
- JACCOUD, Luciana de Barros & BEGHIN, Nathalie. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília: Ipea, 2002.

- KURZ, Robert. “Perdedores Globais”. In: *Os últimos combates*. Petrópoles, Vozes, 1997, 135 -141.
  
- LATOUR, Bruno. *Ciência em ação – Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
  
- LEITE, Ilka Boaventura. *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas, 1996.
  
- LONER, Beatriz Ana. *Mobilização e Organização em Pelotas: 1888-1937*. Tese de Doutorado em sociologia. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.
  
- \_\_\_\_\_.*Classe Operária: “Negros: Organização e luta em pelota”*. In: *História Em Revista, Pelotas*, v. 5, n. -, p. 07-27, 1999.
  
- MAESTRI FILHO, Mário J. “O escravo africano no Rio Grande do Sul”. In: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius. *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
  
- MAGGIE, Yvonne. “Aqueles a quem foi negada a cor do dia: as categorias de cor e raça na cultura brasileira”. In: MAIO, Marcos Chor (org.). *Raça, ciência e sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil/ Editora Fio Cruz, 1995.
  
- MAIO, Marcos Chor. “A questão racial do pensamento de Guerreiro Ramos”. In: *Raça, ciência e sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil/ Editora Fio Cruz, 1995.
  
- \_\_\_\_\_ . “O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, out. 1999.

- MARRE, Jacques Leon. “História de vida e método biográfico”. In: *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, vol.3, n° 3 jan/jul.,1991.
- MARTINS, César Augusto Ávila. *Indústria da pesca no Brasil: o uso do território por empresas de enlatamento de pescado*. Florianópolis: tese de doutoramento em geografia, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2006.
- MARTINS, José de Souza. *Cativeiro da Terra*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.
- MARX, Karl. “Para a crítica da economia política”, in: *Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1978.
- \_\_\_\_\_. “Maquinaria e grande indústria”. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural,1984. Cap. XII, vol. I - 2.
- MAYER, Adrian C. “A importância dos “quase-grupos” no estudo das sociedades complexas”. In: *Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos*. Org. FELDMAN-BIANCO, Bela. São Paulo: Global, 1987.
- MELLO, Luciana Garcia de. *A discriminação em números e palavras: Um estudo sobre a participação de negros e brancos no mercado de trabalho gaúcho*. Porto Alegre: Dissertação de mestrado em sociologia, UFRGS, 2005.
- MORAES, Roque. “Análise de Conteúdo”. In: *Cadernos de Educação*, Porto Alegre: EDPUCRS, março /1999, n°: 37.
- MILIBAND, Ralph. “Análise de classes”. In: GIDDENS, Anthony & TURNER, Jonathan (org). *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

- NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- ORNELAS, Manoelito de, *Gaúchos e Beduínos. A origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul*. Ed. José Olimpio MEC, 1976.
- OSÓRIO, Rafael Guerreiro. “O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE”. In: *Texto para discussão nº. 996*. Brasília: Ipea, 2003, ISSN 1415-4765.
- \_\_\_\_\_ . “A mobilidade social dos negros brasileiros”. In: *texto para discussão nº. 1033*. Brasília: IPEA, agosto de 2004.
- PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado, *Desenvolvimento e marginalidade: um estudo de caso*. São Paulo, Pioneira, 1974.
- PASTORE, J. *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- \_\_\_\_\_; HALLER, A. O. “O que está acontecendo com a mobilidade social no Brasil?”. In: VELLOSO, J.P.R., CAVALCANTE, R.C. (Org.), *Pobreza e mobilidade social*. São Paulo: Nobel, 25-49, 1993.
- \_\_\_\_\_; SILVA, Nelson do Valle. “Análise dos Processos de Mobilidade Social no Brasil no Último Século”. In: *XXV encontro da ANPOCS*, 2001.
- PIERSON, Donald. *Branços e Pretos na Bahia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

- PIERUCCI, Antonio Flávio. *Cilada da diferença*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- POULANTZAS, Nico. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- RAMOS, Guerreiro. *Introdução crítica à sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. Andes Ltda., 1957.
- RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil*. Bauru, SP: Edusc. 2007.
- RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.
- \_\_\_\_\_ . *As coletividades anormais*. Brasília: Edições Senado Federal, 2006
- ROMERO, Silvio. “Os novos partidos políticos no Brasil e o grupo positivista entre eles”. In: *O evolucionismo e o positivismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica, 1895.
- SAINT-HILARE, August de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.
- SANTOS, Luiz A. de Castro. “A casa-grande e o sobrado na obra de Gilberto Freire”. In: *Anuário Antropológico 83*, Tempo Brasileiro/Edições UFC, 1985.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

- \_\_\_\_\_ . *O Espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- SILVA, Nelson do Valle. “Extensão e natureza das desigualdades raciais no Brasil”. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn Walker. *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- \_\_\_\_\_ . As duas faces da mobilidade. In: *Revista Dados*, n. 21, Rio de Janeiro, 1979.
- \_\_\_\_\_ . Posição Social das Ocupações, Rio de Janeiro: IBGE, 1973.
- SOARES, Luis Carlos. “Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do séc. XIX”. In: *Revista Brasileira de História*, nº 16. São Paulo: ANPHU/Marco Zero, 1988.
- SOUZA, Jessé (org). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- STAVENHAGEM, Rodolfo. “Estratificação Social e Estrutura de Classes”. In: VELHO, Otávio G.; PALMEIRA, Moacir G. S. & BERTELLI, Antônio. *Estrutura de Classes e Estratificação Social*. Rio de Janeiro, 1971.
- SUPERINTENDÊNCIA de PORTOS e HIDROVIAS (SPH). Endereço eletrônico: <http://www.sph.rs.gov.br/sph2005/portopelotas/historico.php>.
- WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- WRIGHT, Erik Olin. “Race, Class, and Income Inequality”. In: *American Journal of Sociology*, vol. 83, nº 6, pp.1368-1397, 1978.

- \_\_\_\_\_ . *Approaches to class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.